



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Política Social

MAGDA CARNEIRO FERREIRA

**Diálogo sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, com a
mediação das categorias Estado, classe social e crise, Brasil -
Século XXI**

Brasília
Setembro de 2022



Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Serviço Social
Programa de Pós-Graduação em Política Social

MAGDA CARNEIRO FERREIRA

**Diálogo sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, com a
mediação das categorias Estado, classe social e crise, Brasil -
Século XXI**

Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Política Social, na linha de pesquisa Política Social, Estado e Sociedade, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Política Social.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima

Brasília
Setembro de 2022

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

CD537d Carneiro Ferreira, Magda
Diálogo sobre o governo do Partido dos Trabalhadores,
com a mediação das categorias Estado, classe social e crise,
Brasil - Século XXI / Magda Carneiro Ferreira; orientador
Carlos Alberto Ferreira Lima. -- Brasília, 2022.
107 p.

Dissertação(Mestrado em Política Social) -- Universidade
de Brasília, 2022.

1. Estado. 2. Governo. 3. Independência de classe. I.
Alberto Ferreira Lima, Carlos, orient. II. Título.

**Diálogo sobre o governo do Partido dos Trabalhadores, com a
mediação das categorias Estado, classe social e crise, Brasil -
Século XXI**

A banca examinadora, abaixo identificada, aprova a dissertação de Mestrado em
Política Social da discente Magda Carneiro Ferreira para obtenção do título de
Mestre em Política Social.

.

Prof. Dr. Carlos Alberto Ferreira Lima (orientador)

Prof. Dr. Luiz Carlos Galetti (membro externo)

Profa. Dra. Maria Helena Rauta Ramos (membro externa)

Quem é o verso?
É o reverso do espelho.
O poder em controvérsia podê-lo
Quem diverge infinitamente.
Verte o espectro todo.
Subversão da visão.
Fóton

Poema anônimo pichado nos pilares do ICC em 1985

Resumo

O presente trabalho se coloca na perspectiva do diálogo dentro do campo marxista, abordando algumas concepções de Estado, direito, crise e trabalho. No primeiro capítulo, tentamos resgatar as concepções de autores por nós considerados de relevância para o debate do Estado, direito e consciência de classe. Buscamos aproveitar contribuições divergentes de distintos autores como Thompson, Poulantzas, Wood, Williams, Trotsky, Gramsci e Osorio, um universo bem amplo para ser abarcado, o que constituiu uma tentativa de diálogo dentro da experiência (conforme Thompson) da autora. O capítulo segundo visa a resgatar a posição da teoria marxista da dependência, em confronto com o desenvolvimentismo, e caracterizar a profunda divergência do assim chamado neodesenvolvimentismo com os dois primeiros; procuramos apresentar, nesse primeiro fragmento do segundo capítulo, um pouco sobre o que nos tem a dizer Sampaio, Marine e Osório. No segundo fragmento desse segundo capítulo, relacionamos o evento da financeirização, um período específico do capitalismo, com a falência das opções keynesianas de resposta às crises cíclicas do capital. No terceiro fragmento, tratamos da financeirização reportando-nos ao gasto público social. Nessa discussão apoiamos-nos em autores como Chesnais, Brunhoff, Campos e Mollo, além de Harvey, Prado e Paulani. O terceiro capítulo trata da mobilidade do trabalho (conforme Gaudemar), relacionando sua liberdade aparente, desenvolvida no primeiro capítulo, à mobilidade espacial, mobilidade e plasticidade de se mover entre a zona de emprego e desemprego, ou subemprego e as evidências de superexploração no país. No quarto e último capítulo, fizemos uma breve leitura da práxis e da programática do Partido dos Trabalhadores no período estudado

Palavras chave: Estado, governo, independência de classe

Abstract:

The present work is placed in the perspective of dialogue within the Marxist field, approaching some conceptions of State, law, crisis and labor. In the first chapter, we try to rescue authors' conceptions considered by us relevant to the debate of the State, law and class conscience. We seek to take advantage of divergent contributions from different authors such as Thompson, Poulantzas, Wood, Williams, Trotsky, Gramsci and Osorio, a very wide universe to be covered, which constituted an attempt at dialogue within the author's experience (according to Thompson). The second chapter aims to rescue the position of the Marxist theory of dependence, in comparison with developmentalism, and to characterize the profound divergence of the so-called *neodesenvolvimentismo* with the first two; we try to present, in this first fragment of the second chapter, a little about what Sampaio, Marine and Osório have to say to us. In the second fragment of this second chapter, we relate the event of financialization, a specific period of capitalism, with the failure of Keynesian options for responding to the cyclical crisis of capital. In the third fragment, we deal with financialization by referring to public social spending. In this discussion, we rely on authors such as Chesnais, Brunhoff, Campos and Mollo, in addition to Harvey, Prado and Paulani. The third chapter deals with labor mobility (according to Gaudemar), relating its apparent freedom, developed in the first chapter, to the spatial mobility, mobility and plasticity of moving between the zone of employment and unemployment, or underemployment, and the evidence of overexploitation in the country. In the fourth and last chapter, we made a brief reading of the praxis and programmatic of the *Partido dos Trabalhadores* in the period studied

Keywords: State, government, class independence

Lista de tabelas

Tabela 1 - Tabela 1860 do SIDRA - Pessoas de 10 anos ou mais de idade e Valor do rendimento médio mensal.....	20
---	----

Lista de gráficos

Gráfico 1: Relação entre ativos financeiros e PIB.....	57
Gráfico 2: Percentual dos serviços da dívida em relação aos pagamentos totais efetuados e percentual do estoque da dívida em relação aos pagamentos totais efetuados.....	63
Gráfico 3: Relação Gastos Sociais, Dívida Pública e Estoque da Dívida em relação ao total dos gastos do orçamento.....	66
Gráfico 4: Participação dos Gastos Sociais no desembolso líquido do governo federal.....	67

Lista de figuras

Figura 1: População não natural e correlação entre população migrada e migração recente.....	74
--	----

Sumário

Resumo.....	I
Lista de tabelas	II
Lista de gráficos	III
Lista de figuras	IV
Introdução	6
Método	9
1. Estado, direitos e consciência de classe.....	11
1.1. Estado e sociedade em processo: as determinações.....	16
1.2. O Estado, relações de poder e classes.....	25
1.3. Estado nação dentro das relações do universal e do particular.....	32
2.4. Limites da atuação do Estado capitalista nos gastos sociais.....	37
2. Crise capitalista	43
2.1. Desenvolvimento enquanto ideologia.....	43
1.2. Financeirização e crise	51
1.3. Financeirização e gasto público	58
3. Trabalho e exploração	69
3.1. A locomoção no território como migração	70
3.2. Superexploração, plasticidade da força de trabalho enquanto mobilidade no capitalismo.	75
.....	75
3.2.1. Contextualização	75
3.2.2. Superexploração e exército industrial de reserva.	79
4. Atuação dos governos petistas	Erro! Indicador não definido.
4.1 Evolução programática do Partido dos Trabalhadores.....	85
4.2 Num mundo sem classes sociais.....	89
Conclusão.....	91
Referências.....	93

Introdução

Este texto vem sendo trabalhado desde 2020, chegando ao seu término, somente agora, às vésperas das eleições presidenciais, onde, de um lado, aparece à luz do dia tudo aquilo que carregamos desde sempre: nosso racismo, nossa intolerância religiosa com os terreiros, nosso machismo, sexismo, isso agravado por um quadro grave de crescimento do já imenso exército industrial de reserva e tantas outras sequelas históricas. Sem dúvida, o principal responsável disto tudo é o atual governo, mas não só ele, nossa grande mídia.

Nesse sentido, este trabalho busca ativar nossa memória e reclama o não esquecimento de uma crítica do período recente sob o governo do PT. E um pouco mais: entende e tenta demonstrar que, se o PT sofreu um golpe palaciano, foi por se embrenhar demais com a pequena política dos corredores do legislativo e da casa civil, por virar as costas ao que foi sua origem e da qual dependeu até certo momento. Não que se deva enganar com uma burocracia, que é, desde sua origem, burocracia sindical.

Tudo isso foi uma verdadeira iniciação, que parece, ao mesmo tempo uma corda guia para o passado, para tentar traçar um diálogo com o presente recente deste século XXI, e vislumbrar um futuro mais promissor. Não negamos o percurso às vezes errático do texto e o fiasco em conseguir seu intento de apreender a Política Social como processo transformador. De toda maneira, esses quatro fragmentos, quatro capítulos, foram escritos movidos pelo impulso de quem quer descobrir um pouco de Política Social e da situação do Brasil atual, sem deixar de entender a importância e a urgência da maior parte da população, carente de atendimento digno e acesso, primeiramente à vida, à saúde, educação e demais campos da política social. Não nos adentramos na prática do Serviço Social, nem a questionamos, por pura incapacidade de fazê-lo.

As categorias principais da análise são costuradas e implicadas de forma a apresentar um mosaico de autores e pensamentos que convergem, na direção do que está sendo exposto, para o que, poderia ser o caminho visando à construção de uma sociedade menos desigual, ou seja, mais igualitária.

O eixo estruturante do texto é a autonomia da classe trabalhadora, como via de construção de um discurso, de um programa, de uma alternativa, de uma práxis, entendendo que todos esses processos são marcados pela diversidade mas buscando a unidade na ação política. Consiste num eixo que se espraia sobre a tentativa de compreensão do caráter de classe

do Estado e seus limites cada vez mais estreitos, da financeirização enquanto crise do capital e do processo do trabalho no capitalismo contemporâneo.

A questão da liberdade do trabalho, sob o capitalismo, é retomada mais como uma provocação e, ao mesmo tempo, um questionamento de sua real existência (ou mesmo, de sua possibilidade), introduzindo a questão do Estado e dos direitos. Às contradições internas somam-se as externas, sendo por estas últimas configuradas, de maneira a gerar uma singularidade própria das nações dependentes.

As diversas combinações de partes autóctones e não autóctones do nosso percurso histórico, hierarquicamente desiguais, formam o caráter da burguesia nacional, estruturalmente indisponível para assumir o papel de agente de transformação. Antes pelo contrário, entendendo-se e encontrando-se muito mais no campo da conservação, quiçá do retrocesso, a depender de componentes conjunturais. Um certo saudosismo dos momentos mais sombrios da história brasileira, combinado a uma intensa crença na determinação dos fatores externos.

É certo que há matizes em nossa burguesia, que apontam na direção do fortalecimento de uma alternativa *a priori* viável, no entanto, sua efetivação não passa pelo campo do Estado, nem pelo campo burguês. Passa e se fortalece no campo do conflito, da resistência e da formação de um programa e de organismos dos trabalhadores. Algo que pode ter ficado alheio às direções do campo sindical majoritário e do Partido dos Trabalhadores.

Quebrando a lógica da própria produção do valor e trazendo à tona várias luzes da América Latina, a teoria da dependência cumpre um papel importante, mas não só ela; assim, procuramos resgatar também o que entendemos enquanto seus limites, por pensarmos um tipo distinto de construção e imbricação dos partícipes da totalidade social.

No aspecto econômico, realçamos o que compreendemos como o mais proeminente da crise: a financeirização mundial, sem entrar no detalhamento de que tipo de crise é essa, se uma onda longa, se estrutural. No entanto, ao abordarmos a superexploração do trabalho, optamos por dar destaque ao subconsumo no enfoque total da problemática econômica brasileira.

Sendo a classe trabalhadora a baliza central da análise, procuramos falar do trabalho enquanto mobilidade daqueles que são a negação de si: trabalhadores, ou seja, aqueles cuja única mercadoria que trocam na circulação é a sua força de trabalho, na medida em que não são proprietários dos meios de produção.

Tentamos, por fim, no quarto e último fragmento, dar destaque ao papel do PT (Partido dos Trabalhadores) no governo no presente século, resgatando algumas considerações pontuadas ao longo do texto e suas implicações nessa tentativa de análise.

Esperamos, com este trabalho, dar uma contribuição, de alguma forma, para aqueles e aquelas que, como nós, buscam entender melhor o mundo a partir de uma perspectiva dos oprimidos e de classe.

Método

Para falar sobre o método aqui utilizado gostaria de, inicialmente, fazer algumas considerações, na medida em que o movimento de transpor o material coletado à ideia, colocar a vida em palavras, não é uma tarefa sem armadilhas. Partimos de pressuposto, de base marxiana, de que, o pensamento, assim como a palavra, não cria o real, pelo contrário, eles se fundam no real e o expressam, através da mediação do pensamento, assumindo a forma do “concreto pensado”.

Não há ideia sem implicação com o real e como produto deste último; a consciência atual, que temos de nós, é produto de um passado e pode se constituir um entrave ao avanço social e humano de nossa precária condição.

A linguagem, o programa a ser enunciado e aquele que foi enunciado, revelam as opções ideológicas da política. O texto é guiado para o horizonte do vir a ser, da negação profunda do que temos e da constatação que a nossa história aponta para caminhos que precisam ser retomados.

Não é do nada que surgiu a situação atual, certamente guarda relação com a existência de uma população extremamente ousada, que sempre soube se expressar com ousadia, seu proletariado jovem e impetuoso, sua juventude negra periférica, sua população parda, fruto de uma mistura forçada, e que preserva e recria a sua existência.

Para a pesquisa empírica pesquisamos em quatro bases para a obtenção de dados:

- (i) o Sistema Gerador de Séries Temporais, do Banco Central, para apuração da moeda em aplicações financeiras;
- (ii) O Siga Brasil, plataforma do Senado Federal para leitura do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal, que possibilitou a apuração dos montantes da dívida pública e dos gastos sociais;
- (iii) O SIDRA, plataforma do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística para leitura da PNAD de 2001 a 2015.
- (iv) O *Statistical Package for Social Science* (SPSS) para leitura do arquivo da PNADC e da PNAD de 2001 a 2020.

Por fim, partimos do diálogo entre diversos autores marxistas como base de elaboração de uma leitura própria, por vezes desregrada, por vezes extremamente encaixada naquilo que se espera de nós, mas que, por oportuno que seja, revela um pedaço daquilo que somos. No que se refere à concepção de Política Social, essa aparece ainda difusa e não determinada, por nos

termos frustrado na completude de seu alcance. Assim, o que esse trabalho procura debater, ele o faz pela mais ampla negação, por vezes radical, por vezes não, e mantendo caracteres de um estudo inicial que pretendemos dar continuidade.

1. Estado, direitos e consciência de classe

O assim denominado “governo de frente popular” se caracteriza pela coalizão de partidos de esquerda, liberais e centro-esquerda. Tem em si a negação da teoria da revolução permanente, onde o papel revolucionário da burguesia é visto como historicamente encerrado. Na ótica dessa teoria tanto o fascismo como o governo de frente popular se caracterizam por sua localização no campo contrarrevolucionário. Há, por certo, uma nítida diferença entre esses dois tipos de governo: enquanto o primeiro busca a aniquilação física da vanguarda do movimento operário e dos aparatos contra hegemônicos, o segundo busca sua legitimação através da cooptação dos mesmos.

Portanto, a adesão ao governo de frente popular é recomendável em confrontos armados contra o fascismo ou qualquer tipo de movimento reacionário de campo burguês. O que diverge significativamente da adesão política. Como no caso da guerra civil espanhola, onde a tática das brigadas internacionais era de apoio à república, sem deixar de chamar e pontuar as traições da república frente à classe trabalhadora. Trata-se de posição semelhante ao *entrismo* em um partido operário reformista, ou mesmo social-democrata, que tenha amplo apelo junto aos trabalhadores e carregue uma expressiva vanguarda com posições que vão ao encontro do programa da classe. Estar em campo burguês “progressivo”, que entre em confronto político ou militar com campos reacionários, não isenta de fazer a denúncia cotidiana da atuação contrarrevolucionária da burguesia e seus representantes desse campo “progressivo”.

Os governos presidencialistas ou parlamentaristas são a máxima instância do Estado burguês e apresentam as tarefas imediatas da classe dominante para o melhor funcionamento possível da extração de mais-valia, através da exploração e da opressão da classe trabalhadora. Isso ocorre, quer seja aniquilando seus membros mais combativos, quer seja chamando a classe à conciliação com vista a melhor implementação de seus planos.

Para uma análise de governos, que são históricos-conjunturais, faz-se conveniente uma abordagem anterior de sua forma de inserção histórico-social, enquanto parte de uma instituição mais duradoura que é o Estado, cujo fundamento está ancorado na sociedade de classes.

Partimos do pressuposto de que o Estado se fundamenta na sociedade de classes. Ele é reflexo da expropriação do trabalho alheio, da formação de um excedente constantemente

expropriado. Fundamenta-se também na opressão intimamente relacionada com a dominação de classe.

Entranhado na vida cotidiana, o processo de opressão perpassa a sociedade no sentido de garantir a extração do excedente. Todas suas manifestações revelam a tirania da realidade da reprodução imediata da vida, sobre o que poderia ser um *lócus* de realização, ou seja, livre de exploração e opressão.

O todo é algo distinto da soma das partes. As mediações produzem uma nova qualidade àquilo que seria um simples agregado, elas se dão entre as diversas sociedades, com percursos de formação histórica distintos, numa combinação entre desiguais (LÖWY, 1998, p. 75). Elementos dominantes falsamente externos se imiscuem nas sociedades periféricas, pois, passam a integrá-las, formando um amálgama que se articula interna e externamente (LÖWY, 1998, p. 75). É nesse contexto dentro-fora, onde, na realidade, o interno responde e forma o externo e com ele se confunde, apesar de sempre distinto e subalterno, é que se coloca a análise dos Estados nacionais dos países periféricos.

A compreensão do Estado – enquanto um dado sócio-histórico – ocorre sob diferentes formas de pensamento e ideologias, desde a concepção liberal do Estado burguês passando pelo marxismo e suas diversas concepções com distintas implicações.

Pretendemos argumentar que o Estado não corresponde ao somatório de um povo, um território e uma nação. Antes disso, de maneira geral, o Estado é uma instância de poder de classe, com fundamentação de direito. E na medida em que o Estado nação e seu campo jurídico correspondente encobrem relações reais, não se apresentam como instâncias de emancipação.

Iniciaremos e nos guiaremos pelo entendimento da categoria trabalho como contrato e enunciação do direito burguês. Também como trabalho social, dada a sua centralidade para as determinações da sociabilidade.

Tal perspectiva parte da constatação de classes antagônicas na sociedade, cujas relações buscam ser justificadas pelos capitalistas, o que cria efeitos reais para a manutenção da exploração e das relações sociais: dentre elas a própria acepção de trabalho como mercadoria.

O primeiro pressuposto é que de um lado está o capital e do outro está o trabalho, ambos como figuras autônomas entre si. O trabalho que se confronta com o capital é trabalho alheio [fremde] e o capital que se confronta com o trabalho é capital alheio [fremdes]. Os extremos que se confrontam são especificamente diferentes. No primeiro o pôr [Setzung] do valor de troca simples [...]. O valor de uso que o trabalhador tem para oferecer ao capitalista, portanto, que em geral ele tem a oferecer a outros, não está materializado em um produto, não existe de qualquer maneira fora dele, logo, não existe realmente, mas só potencialmente, como sua capacidade. (MARX, 2011, p. 206-207).

“Curva da oferta de mão de obra”, “produtividade do trabalho”, produto e renda, todas são conceituações econômicas para explicar fenômenos de cunho social. Elas evocam a força de trabalho como mercadoria, numa sociedade em que todos compram e vendem na condição de iguais. Evocam também a sua mobilidade geográfica, o trabalho simples e o complexo e a plasticidade dessa mercadoria especial no capitalismo, que se apresenta em profunda mutação: desde a instalação do trabalho cooperativo na maquinaria do século XIX na Inglaterra, até o seu alastramento no mundo atual. O que não muda é sua condição de mercadoria especial.

A elasticidade da força de trabalho implica na duração, intensidade e complexidade do trabalho, portanto, na sua relação de exploração na sociedade, visto que lhe é alheio o produto do seu trabalho. Implica também na sua mobilidade de migração entre regiões e entre os diversos setores da produção e na “opção” de se negar a vender a sua *mercadoria força de trabalho*, o que consiste em sua liberdade:

A relação entre a mobilidade e liberdade da força de trabalho pode ser ainda precisada. No seu aspecto positivo, a “liberdade” conduz à possibilidade de o trabalhador escolher seu trabalho e o local onde exercê-lo; no seu aspecto negativo, ela conduz às exigências do capital e ao seu poder de despedir [...] um trabalhador, ou de transformar seu trabalho, assim como as condições que ele o exerce [...]. O capital derruba todas as barreiras jurídicas ou tradicionais que impedem de comprar a seu bel prazer esta ou aquela força de trabalho ou de se apropriar desse ou daquele gênero de trabalho. (GAUDEMAR, 1976, p. 190)

Essa liberdade é condicionada pelo capital que emprega a força de trabalho e, ao mesmo tempo, produz o exército industrial de reserva.

Na relação entre o trabalho e o capital aparentemente nada é tomado do trabalhador. O sujeito de direito é o fundamento de toda relação jurídica contratual. A relação entre trabalho e capital adquire assim um caráter duplamente enigmático. Ela se dá na relação entre coisas – caráter econômico da mercadoria e do dinheiro – e entre vontades de unidades formalmente independentes e iguais uma perante a outra – caráter de sujeito de direito, conforme expõe Pachukanis (2017, p. 124).

Desse modo, a necessidade da equivalência na troca como medida social, funda a necessária “igualdade”, “ao mesmo tempo que o produto do trabalho adquire a propriedade de mercadoria e se torna portador de valor, o homem adquire um valor de sujeito de direitos e se torna portador de direitos” (PACHUKANIS, 2017, p. 124).

Vinícius Silva (2021, p. 1.626-1.628) chama a atenção que a pretensão de Pachukanis em sua obra não era tratar do caso concreto e dos diversos ramos do direito; antes disso, ali ele formula conceitos mais gerais e abstratos procurando apreender a forma acabada do direito no capitalismo. Trata-se de uma abstração, conforme o prefácio à segunda edição de *Teoria Geral do Direito e marxismo*, mas uma abstração necessária para compreender a gênese de um fenômeno mais complexo que é a relação de direito, socialmente localizada no capitalismo.

A especificidade capitalista da forma jurídica alude ao fato de que essa sociedade cria todas as condições para que o elemento jurídico alcance sua forma mais desenvolvida até então.

Por conseguinte, [para Pachukanis] “quanto mais conseqüentemente for introduzido o princípio de regulamentação autoritária, que exclui qualquer indício de vontade isolada e autônoma, menor será o terreno para a aplicação da categoria do direito” (ibid, p. 129). Deste modo, não compreende toda regulamentação como jurídica, pois aquela só é admitida como tal na hipótese de abarcar as determinações da relação jurídica, ou seja, a equivalência entre sujeitos. (SILVA, V. L., p. 1.630)

A suspensão da ordem jurídica implica, portanto, na ausência do direito e na plenitude de poderes do Estado frente a essa ausência, no sentido de poder eliminar, até mesmo fisicamente, um oponente. Esse é um campo sensível na teoria do estado de exceção onde “de um lado está a norma em vigor, mas não se aplica (não tem força) e em que, de outro lado, atos que não têm valor de lei adquirem sua *força*” (AGAMBEN, 2004, p. 61, grifo do autor), é também um ponto sensível às revoluções que contrapõem o seu conteúdo à forma e constituição do Estado.

Tal situação de exceção nos parece familiar na atualidade mesmo, onde a execução, ou aplicação da lei, se dá na ausência completa da lei, na mais pura ilegalidade, sem o devido processo legal. Frequentemente o processo penal, nos seus procedimentos, utiliza de critérios “extrajurídicos” para decisão, que acolhe frequentemente certos aspectos estruturais da nossa cultura – como o racismo, por exemplo.

Não se trata, portanto, de colocar a relação de exploração entre classes como elemento único e separado, menos ainda como fenômeno que pode ou não ocorrer nas relações de direito, mesmo porque essas relações são manifestações da sociabilidade em sua totalidade (os afetos, a cultura, a política). E ainda, segundo Thompson (2021, p. 108), “a lógica do processo capitalista encontrou expressão no âmbito de todas as atividades de uma sociedade, tendo exercido uma pressão determinante sobre o seu desenvolvimento e forma”.

Podemos certamente afirmar que o aspecto imparcial e neutro da prática das garantias de igualdade, no ordenamento jurídico, “possibilita a existência da coação e da dominação social de forma indireta, o que mantém a desigualdade como fator de normalidade na sociedade” (CORREIO, 2015, p. 98). Dá-se, então, que o operador *luta de classes* é necessário para a apreensão do Estado capitalista e das interações subjetivas e objetivas, na sociedade, para garantia da existência não só material, mas, em amplo sentido.

Esse é um ponto de inflexão com autores como Polanyi (2000, p.186-295) onde o não entendimento das classes sociais e uma específica visão de necessidade delega ao aparato institucional a missão de garantia das liberdades. Para esse autor a simples regulação do

trabalho e do dinheiro são garantidores da “desmercantilização” dos mesmos. “As liberdades civis, a empresa privada e o sistema salarial se mesclaram num padrão de vida que favoreceu a liberdade, a moral e a independência do pensamento” (POLANYI, 2000, p. 295). Em outras palavras, se a liberdade é assumida como um valor, ela se identifica com a liberdade de mercado que, no entanto, deve ser limitada a fim de preservar, em primeiro lugar, a liberdade concebida dessa forma e, agrega-se a esta a igualdade, valores como a vida privada e a dignidade humana.

No momento, apenas frisamos que a necessidade da liberdade e igualdade abstratas da norma jurídica são o seu caráter ideológico no sentido de mascaramento das relações de poder no capitalismo. E afirmamos não no sentido de uma retórica, pois, implica em um posicionamento prático, frente as instâncias estatais. Muito divergente da simples ocupação de espaços estatais como supostamente *locus* de atuação ético-política, no sentido da emancipação.

Nas relações sociais baseadas na troca de equivalentes, lastro da relação jurídica e fundamento da igualdade que constitui o Estado nação, a separação *relativa* entre o político (como campo do poder) e o econômico (como base produtiva), complementa essa noção. Nesse sentido o privado é uma das sustentações do Estado, que regula a união familiar, o direito de herança e as relações privadas em geral. A apropriação no direito, não se restringe aos meios de produção, abarca o patrimônio cultural, as relações de gênero e demais manifestações da questão social. E essas relações de apropriação do outro – enquanto portador de predicados em si – dão fundamento ao direito que, por sua vez também serve de suporte ao Estado burguês.

Ademais, há uma qualificação dos sujeitos de direito de seus atos e suas relações, no amplo sentido em que se apresentam na sociedade. Afastando o anacronismo aparente dessas relações, descobre-se que papéis são instituídos; poderes, hierarquias e expectativas sociais históricas e relacionais são criadas (MASCARO, 2013, p. 22). Muito do que se chama de ato de vontade é, na verdade, uma determinação histórico estrutural em processo.

Nesse campo do direito se dá a interrelação de fenômenos díspares: como o cultural e o econômico; o ideológico e o conjuntural, todos em processo e em mediação entre si na sua gênese, ora síncronos ora assíncronos, não somente no sentido histórico, enquanto direito burguês, mas também nas suas determinações.

1.1. Estado e sociedade em processo: as determinações

O Estado pode ser visto como uma instituição que molda a estrutura e o poder social. A abordagem de instituições, sociedades e história, que estão sujeitas a determinações singulares, pode ser feita através da causalidade que pressupõe sua racionalidade e inteligibilidade. Antes, porém, cabe fixar o sentido de determinação enquanto limites impostos e exercício de pressão interrelacionados – que, por não se construírem através de leis naturais ou categorias imutáveis, mas sim por relações sociais – não se restringem ao aspecto objetivo dessas mesmas, mas também ao subjetivo e superestrutural (WILLIANS, 2009, p. 120-122). É um equívoco, dessa forma, tratar a sociedade como um processo totalmente objetivado, inconsciente e involuntário – ela é objetivada e passiva, ativa e consciente (WILLIANS, 2009, p. 120-122).

Falaremos sobre as determinações e contradições estruturantes do político no campo do Estado, do poder e da luta de classes. Enfocaremos uma visão de política social – voltada desde dentro das instâncias do Estado – numa tentativa de defender direitos no campo político, mas em ampla contradição com o estreitamento das suas possibilidades de atendimento às demandas sociais, dentro dos movimentos de expansão e contração da economia capitalista.

Sobre o conceito de determinação, esta categoria pode ser vista também no comportamento da parte em relação ao todo, pela estrutura geral do conjunto (BUNGE, 1997, p. 37-39), ao qual pertencem a sociedade e o Estado. Por outro lado, do ponto de vista dialético, as alterações qualitativas nos determinantes da sociedade, já trazem em si a sua própria negação, não reduzindo seus pressupostos a uma lógica formal. Todas essas determinações – causalidade, finalidade, particularidade na universalidade, multiplicidade – não se anulam e acontecem simultaneamente (BUNGE, 1997, p. 37-39).

Os diversos tipos de determinações estão vinculados entre si e os tipos mais complexos e contraditórios dependem dos menos complexos sem reduzir-se a eles. Além das formas de determinação elencadas há também a autodeterminação que está entre as outras e com elas interage, como por exemplo, a causa e motivo, num constitutivo genético do fazer (BUNGE, 1997, p. 40-41).

Genético no sentido de que as determinações são processuais e, portanto, históricas, pois a crença no surgimento dos momentos históricos a partir do nada é mística, da mesma forma em que nada nunca se converte em nada. Tudo é processo em um vir a ser (BUNGE, 1997, p. 46).

Visto dessa forma, não há uma polarização entre Estado e direito, de um lado, e mercado, de outro. O Estado e o direito burguês são peças fundamentais para o funcionamento

do mercado. Quando se estabelece, como veremos, o seguro-desemprego, faz-se não como uma afirmativa do direito à subsistência e, portanto, do direito à vida, mas como um suporte na preservação do exército industrial de reserva. Ou seja, menos mercado não implica em mais direitos para a classe trabalhadora e, de outro modo, mais Estado, também não implica em mais direitos para a classe trabalhadora. Tal premissa é linear e puramente funcional. Como se pode constatar na intervenção orçamentária do Estado estadunidense em gastos bélicos e gastos sociais (KLEIN, 2004 *apud* SILVA; MORAES, 2012, p. 21).

Dardot e Laval (2016, p. 63-70) observam que Polanyi em sua obra “*A grande transformação*”, aponta para uma linha divisória e contraditória entre: a atuação do Estado de defesa da sociedade por um lado e, por outro, do Estado de criação de mercado.

[A] reação contra as tendências destruidoras do mercado autorregulador tomou duas formas: o protecionismo comercial nacional e o protecionismo social que se instalou no fim do século XIX. *Portanto, a história deve ser lida segundo esse duplo movimento de sentido contrário: o que leva à criação do mercado e o que tende a resistir a ele* (DARDOT, LAVAL, 2016, p.64, grifo nosso)

Para esses autores, o liberalismo, longe de ser a disjunção entre Estado e mercado, é uma linha diretora de um mercado autorregulador, o que não quer dizer que o sistema de mercado e a intervenção sejam excludentes entre si¹ (DARDOT, LAVAL, 2016, p.66-67).

Falamos aqui da autorregulação do mercado como uma condição intrínseca da economia capitalista, de maneira distinta de Polanyi, que enxerga a separação entre o político e o econômico como condição à autorregulação (2000, p.92). E ainda, que a primazia da liberdade de mercado seria socialmente limitada, pois, dado um ótimo ponto de valoração da liberdade individual, as pessoas se resignariam ao controle social necessário, que seria idealmente capaz de impedir a autodestruição da humanidade.

Pelo contrário, compreendemos que o Estado está mergulhado nos movimentos dos mercados, que não podem prescindir do trabalho e da exploração. Sem desprezar a intrínseca imbricação do político com o econômico, apontamos que o Estado não é o operador privilegiado do campo da luta de classes (como pretendem os partidos de esquerda que nele priorizam sua intervenção); pois, o primeiro é criatura e não criador e o segundo é criador na medida em que transforma e em que afirma programaticamente uma alternativa de classe.

¹ Para ver uma posição de Polanyi a respeito: “De forma estrita, *o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado autorregulável*. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente excludentes. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo” (POLANYI, 2000, p.181, grifo nosso).

Eis que, através da dicotomia proposta por Polanyi, aparentemente surge a solução: regular o mercado através do Estado. E assim, mesmo entre alguns marxistas, a presença do Estado significaria a ausência da barbárie e um caminho mais seguro para a humanidade. Nessa premissa teríamos um Estado burguês garantidor dos direitos individuais e sociais; e, que, portanto, poderia ser o ponto de partida para uma estratégia revolucionária.

Quando os pós-keynesianos e progressistas, com eles identificados, gritam: empresas estatais (e não o têm feito), saúde e educação pública e gratuita (e não o têm feito), pleno emprego, políticas para as mulheres, políticas de igualdade racial, de defesa do meio ambiente; gritamos convictamente juntos. Porém, estamos cientes que nenhuma dessas políticas romperá com os limites dados pelo direito burguês², pela democracia burguesa e pelo poder dos mercados, para a possível realização delas. Mesmo assim, foi esse horizonte imaginário que correspondeu à atuação dos governos petistas do presente século: a atuação do Estado burguês constituidor de garantias, mesmo que parcas, teria uma função clara no caminho à emancipação humana.

No entanto, os acontecimentos às vezes distorcem os rumos: a *turba popular ensandecida* das jornadas do dia 13 a 17 de julho de 2013³ é um indicativo das intercorrências que a história coloca nesse caminho: não teriam as massas chegado a verdadeira compreensão dos fatos, do que resultaria a guinada à direita no momento posterior.

Nove anos de governo petista apontavam para um evento em que, “os sintomas da perturbação”:

Impedem que a sociedade-coisa percorra tranquilamente seus caminhos-coisas, até as suas conclusões-coisas. [...]. Sabemos todos, atualmente, que fenômenos que ao olho (ou ao estômago) desinformado poderiam parecer causa justificada de perturbação, são na verdade manifestação da elaboração-coisa ulterior de uma sabedoria-coisa [remete-se o autor ironicamente sobre a reificação] (THOMPSON, 2021, p. 129)

As iniciativas de políticas sociais dos governos petistas não alteraram os efeitos da política neoliberal até então adotada, um quadro de concentração de renda e miserabilidade da população.

Aqui no Brasil, o momento histórico de virada para o maior aprofundamento das reformas não foi o impeachment de Dilma em 2016, muito pelo contrário. Na verdade, esse evento foi primeiro fruto das Jornadas de 2013, ao mudar a correlação de forças sociais e

² Para essa abordagem ver um interessante artigo do site *A Critique of Crisis Theory from a marxist perspective*, intitulado: *Are Keynes and Marx compatible?* (Keynes e Marx são compatíveis?) (WILLIAMS, S. 2011).

³ Para ver sobre o assunto sugerimos os artigos escritos por André Antunes (2018) “Cinco anos das Jornadas de Junho: um legado em disputa” e por Calil (2013) que faz, este último, um retrato imediato e certo sobre os acontecimentos nas ruas, nas mídias e nas direções de esquerda.

políticas, retirando o PT do governo e concorrendo para a grave situação no qual nos encontramos hoje, com a instalação progressiva de um governo neofascista.

Segundo Calil (2013, p.389), pesquisas do Ibope, da Datafolha e da Unicamp atestaram que, pelo menos em São Paulo, nos primeiros momentos das jornadas de julho, a composição inicial das manifestações era, em sua maioria, de uma juventude com renda precária, majoritariamente até 5 salários mínimos; e, entre esses, a maior parte recebia até 3 salários mínimos.

A entrada em cena dos trabalhadores organizados foi refreada pela própria Central Única dos Trabalhadores, temerosa que estava em macular o já maculado governo do PT. E de fato, as políticas de emprego e transferência de renda refletem-se na distribuição da renda entre a população, como demonstrado na Tabela 1. Enquanto o extrato mais alto da população – que recebia acima de 10 salários mínimos em 2001 - encolheu para menos da metade da população, nesta mesma faixa, no ano de 2013; a camada inferior, que representava 44% da população e ganhava até 3 salários mínimos, passou a representar 57,25% da população, respectivamente. Por outro lado, observamos uma tendência a aprofundamento das desigualdades. A camada da população historicamente restrita, que ganha mais de 20 salários mínimos, encolheu em mais de 70% de 2001 para 2015. Tal fenômeno, pode ser associado às transformações que o neoliberalismo (não somente enquanto política econômica de governo, mas enquanto reestruturação produtiva) trouxe desde a década de 1980, ocorridas no período através da ampla terceirização de mão-de-obra, do trabalho não assalariado – dito empresarial, como no caso dos entregadores – e da precarização generalizada das condições de vida dos trabalhadores.

O grande recuo dos sindicatos, observado no período pós final da década de 1980, e das lutas sindicais, é sem dúvida elementos de composição deste quadro, com raríssimas exceções de organizações combativas, criadas posteriormente, como é o caso da Conlutas.

Acrescenta-se a isso que, como procuraremos expor, o próprio capitalismo brasileiro - devido às suas contradições e imerso que está na condição da financeirização mundial, na dependência periférica e no caráter historicamente reacionário das nossas elites -, produz os limites impeditivos e intransponíveis para a planificação capitalista. Planificação que idealmente seria capaz de gerar riqueza em sentido amplo – enquanto garantidoras da reprodução da vida em sentido de longo e curto prazo – passando pela questão ambiental, sexual, reprodutiva e pela democracia real.

Tabela 1 - Tabela 1860 do SIDRA
 Pessoas de 10 anos ou mais de idade e Valor do rendimento médio mensal
 Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade (Mil pessoas)

Classes de rendimento mensal	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Total	140.422	145.761	153.733	159.411	164.640	169.211	173.133	177.657
Até 1/2 salário mínimo	4,98%	7,79%	7,88%	7,16%	8,03%	6,94%	7,34%	7,23%
Mais de 1/2 a 1 salário mínimo	13,90%	15,29%	17,24%	16,89%	17,12%	16,69%	16,81%	17,95%
Mais de 1 a 2 salários mínimos	16,76%	17,09%	19,39%	20,70%	21,91%	22,45%	23,53%	24,05%
Mais de 2 a 3 salários mínimos	8,30%	8,58%	7,28%	8,16%	7,70%	9,06%	9,58%	8,51%
Mais de 3 a 5 salários mínimos	7,45%	7,11%	6,82%	6,26%	6,71%	5,95%	5,55%	6,08%
Mais de 5 a 10 salários mínimos	5,52%	4,56%	4,45%	4,51%	3,93%	4,08%	3,79%	3,92%
Mais de 10 a 20 salários mínimos	2,47%	2,06%	1,68%	1,69%	1,53%	1,38%	1,38%	1,35%
Mais de 20 salários mínimos	1,13%	0,93%	0,67%	0,59%	0,51%	0,49%	0,47%	0,40%
Sem rendimento	38,55%	35,68%	33,81%	32,84%	31,10%	30,43%	29,13%	29,42%
Sem declaração	0,94%	0,90%	0,77%	1,20%	1,46%	2,55%	2,43%	1,10%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Elaboração própria

Temos visto, em época de financeirização e mundialização da economia, o fortalecimento do direito privado no Estado, através da desregulação dos direitos sociais que se desenvolve com o protagonismo do campo parlamentar e, na instância jurídica, é acompanhada pela redução da atuação da justiça do trabalho com a elevação da atuação do Direito Penal e Comercial, contratual.

Certamente, há a expropriação do acesso a políticas sociais extramercado associada a um aumento significativo das transferências de renda. O que não nos autoriza dissociar tais tendências, como fatos separados, dos pressupostos que aprofundam a exploração do trabalho. Tal expropriação decorre, também – reafirmamos – do estreitamento da margem de legitimação do Estado capitalista, decorrente de seus próprios limites.

A separação do produtor direto dos meios de produção, a apropriação privada, cria uma contradição entre o interesse individual e o coletivo, o qual, este último, não existe em abstrato, mas, na realidade enquanto dependência recíproca dos indivíduos. Supostamente o Estado não representaria idealmente essa coletividade no sentido universal e igualitário.

Precisamente porque os indivíduos só procuram o seu interesse particular - que para eles não coincide com o seu interesse coletivo, pois a universalidade é apenas uma forma ilusória da coletividade - esse interesse apresenta-se como um interesse particular que lhes é *estranho e independente*, e que simultaneamente é um interesse *universal* especial e particular [...]. Por outro lado, o combate prático destes interesses particulares, que se chocam constante e realmente com os interesses coletivos e ilusoriamente coletivos, torna necessário a intervenção prática e o refreamento através do interesse *universal* ilusório sob a forma de Estado (Marx; Engels, AIA 2007, grifos do autor).

Os avanços no campo dos direitos passam pela disputa dos interesses de classe e revelam suas múltiplas determinações. Embora o Estado seja o Estado da classe dominante, precisa se apresentar como o Estado de todos os indivíduos privados, do povo e da nação. Destaca-se que muito das conquistas democráticas essenciais, gestadas do processo histórico europeu, nunca se concretizaram no Brasil.

Rejeitando explicações elaboradas a partir dos propósitos, atitudes e crenças individuais e preferindo entendê-los como matéria a ser explicada a partir da compreensão em processo, cujo conteúdo concreto é determinado pelas condições e situações histórico-sociais específicas, Kosik (1968) situa o indivíduo no capitalismo e aponta para a centralidade das relações de produção da existência: o servo, o escravo, o capitalista, o religioso, o revolucionário, o desempregado, todos contextualizados nos seus respectivos momentos históricos.

Em contraponto a isso, Williams (2009, p. 85-88) indica que não há uma separação do homem prático e seus produtos, não sendo esses produtos (enquanto ideias) mero reflexo da prática cotidiana, pelo contrário, as ideias integram a prática. Tal separação consistiria, para o

autor numa prática idealista e danosa, já que “a consciência é parte do processo material: ou como o que Marx chamou de o elemento necessário da *imaginação* no processo de trabalho, ou como condições necessárias do trabalho associado” (WILLIAMS, 2009, p. 88), expressas na linguagem e práticas de relacionamento.

Diferentemente de Kosik, que se refere ao indivíduo que trabalha e ao trabalho concreto, no momento econômico, Williams se reporta ao momento econômico-cultural, enquanto um momento que não pode se fragmentar na análise como puramente econômico.

A característica própria do trabalho no capitalismo que se apresenta como trabalho abstrato, socialmente equiparado, em contradição e negação do trabalho concreto, no entanto, é este último que dá ao trabalho sua utilidade, enquanto forma de extração de mais-valia. Isso não implica numa consciência abstraída do mundo, reflexiva da realidade – no sentido especular propriamente dito. A consciência integra os indivíduos na arte, na cultura, no seu apresentar-se ao mundo e os reúne numa interação dialógica.

Além de sua inserção no mundo do trabalho, as pessoas se diferenciam pela linguagem e pelo discurso (mesmo que em última instância seja determinados pelo vínculo de classe social) – dados materiais e que estão sempre em reelaboração – os quais servem como portadores de valores e signos ideológicos (BAKHTIN, 2006, p. 31-39; WILLIAMS, 2009, p. 63-64) e que se acumulam pela experiência (THOMPSON, 2021, p.30).

É um equívoco pensar a consciência como uma abstração do homem prático, adquirida a parte das relações dialógicas, num acontecimento isolado e assíncrono daquilo que se diz, “primeiro há a vida social material e *depois*, a certa distância temporal e espacial a consciência e *seus* produtos” (WILLIAMS, 2009, p.88).

A relação entre o ser social e a consciência está na experiência vivida que serve de base para a mediação e valoração socialmente significativa. Se a consciência está na sua gênese ligada ao ser social, a sua existência, enquanto consciência e percepção de sentido, tem também efeitos reais. São, portanto, observáveis no fazer e no ato discursivo. “As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (BAKHTIN, 2006, p.32) e, desse modo, tornam-se indicadores de transformações que nos são contemporâneas. Para este autor, falar de consciência e ideologia é falar sobre linguagem pois essa só pode se concretizar por meio dos discursos, da linguagem em movimento e em divergência de sistema de signos baseado em um modelo matemático, que nega seu aspecto histórico e concatenado com a transformação social. Por ser concreta, por se encontrar em movimento e ser socialmente experienciada, a criação de significação na consciência (expressa através do discurso e práticas) não estabelece uma relação unicamente

reflexiva do ser social, ela é uma função social, relacional e, portanto, discursiva. A explicação de um fenômeno qualquer relacionado à infraestrutura, destacada de seu contexto ideológico completo e único, não apresenta nenhum valor cognitivo (BAKHTIN, 2006, p. 31).

Mesmo se a correspondência estabelecida for justa – por exemplo, a guinada programática do Novo Sindicalismo na década de 1990, colocada em contraste com a reestruturação produtiva em época do capital financeiro, essa correspondência só pode ser explicada de maneira satisfatória se contrastada com uma ideia cultivada e consolidada – desde os anos Thatcher na Inglaterra – em que realmente *there is no alternative*. Assim pode-se concretizar como o discurso se reflete e se refrata pela sociedade assumindo uma certa significância. Politicamente, o discurso é a via programática das classes e frações de classe. A ótica na qual o ser social não se produz enquanto efeito abstrato de determinações configuradas é um dos aspectos que procuramos expor agregando a categoria experiência em Thompson (2021, p. 30), que é em si relacional, material e concreta, produtora da consciência, conforme Williams (2009, p. 80-81) e que, mais ainda, essa consciência expressa enquanto linguagem e enquanto produto social carrega um conteúdo ideológico, sempre que dialógica e significativa (BAKHTIN, 2006, p.22).

Autodeterminação pela causação se aproxima do conceito da *agência* de E. P. Thompson, sem sê-lo, pois o autor refina para algo mais profundo, encarando os fatos históricos sociais e a relação entre consciência de classe e ser social em um nível mais complexo do que a relação causa efeito e mais concreto do que o conteúdo de uma essência abstrata (THOMPSON, 1991, p. 27-32). Para esse autor a classe é um dado empírico e categorial e a luta de classes um operador histórico, que não podem ser desconsiderados. Diferente de outros objetos do estudo humano, a consciência não é inerte aos fatos sociais e não se reduz a puro efeito da ideologia, pois, em suas manifestações, ela interage com as determinações estruturais e as transforma. As estruturas não pairam no ar, elas encontram-se mergulhadas nos acontecimentos da história e as noções de causação e estrutura são propriedades do objeto de estudo da “história real”. Condicionam o próprio objeto em função de uma finalidade estrutural, onde o próprio objeto de estudo torna-se insondável na sua manifestação concreta (THOMPSON, 2021, p. 39). Apesar de não ser uma auto evidência, as manifestações da cultura, da ideologia, dos costumes e, por fim, da experiência do vivido, servem de prova para a construção de uma teoria, que embora distinta, é muito próxima do real.

A experiência não espera discretamente, fora dos gabinetes [...], o momento em que o discurso científico de prova vai convocá-la. A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerras de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas morrem de fome: seus sobreviventes pensam o mercado de novas

maneiras. Pessoas são presas: na prisão pensam de novo modo sobre as leis (THOMPSON, 2021, p. 30)

Berger e Pinto (2018, p. 9) afirmam que para E. P. Thompson o termo *cultura* aparece como o modo de vida, de resistência e de trabalho dos sujeitos em sua experiência social cotidiana, assim como, a *consciência* aparece enquanto o modo como estes elaboram sua experiência social cotidiana de classe. Dessa forma, classe não é uma coisa e sim um acontecimento que não pode ser definida de maneira abstrata, mas na relação com outras classes.

Diferente de Althusser, que trata a consciência como resultado ou efeito das estruturas, Thompson ressalta a inexistência dessa denominada falsa consciência, a qual afirma ser sempre verdadeira, enquanto parte inerente da experiência. A história, para Althusser, seria sempre a narrativa dos vencedores, no campo ideológico desses. No entanto, para Thompson, o papel do historiador é justamente recontar a história, à luz de novos aspectos dos fatos históricos, ou diante da descoberta de novos fatos.

Thompson (2021, p. 33) coloca que a argumentação de Althusser de que o trabalho de pensar os fatos históricos como se fossem matéria-prima formatada por conceitos ideológicos preexistentes, pressupõe que esta matéria-prima, ou a evidência, está fixada no âmbito de um determinado campo ideológico. De acordo com Thompson, se aceitarmos essa premissa como verdadeira, teremos que, de contrabando, aceitar que:

(1) as ilusões ideológicas podem reproduzir a si mesmas interminavelmente ou, de outra forma, que

(2) os procedimentos teóricos são, *em si mesmos*, capazes de refinar as impurezas ideológicas dos materiais dados, ou ainda, como Spinoza, que

(3) os procedimentos teóricos são *em si mesmos* capazes de refinar as impurezas ideológicas do material dado apenas mediante o discurso científico de prova, que é um arranjo puramente teórico (THOMPSON, 2021, p.33-34).

Portanto, para Thompson, a filosofia da história não pode se apresentar com meros arranjos teóricos e lógicos, abarcando uma universalidade abstrata em prejuízo das evidências perceptíveis dos objetos em estudo, quais sejam: as práticas cotidianas, a cultura e o discurso, que se encontram em movimento no tempo histórico. “O objeto real é epistemologicamente inerte, ele não pode se impor ao pensamento ou se revelar ao conhecimento” (THOMPSON, 2021, p. 44), o que não quer dizer, por outro lado, que ele seja, ideológica ou socialmente inerte e, justamente, por estar numa relação objetiva, ele (qualquer um que seja) é perceptível e impõe seus traços e sua lógica na sua adequada compreensão:

[Os] problemas que as “matérias-primas” apresentam ao pensamento consistem justamente em suas qualidades muito ativas, indicativas e invasivas. Porque o diálogo entre a consciência e o ser se torna cada vez mais complexo – na verdade chega a uma ordem distinta de complexidade, que apresenta uma ordem distinta de problemas epistemológicos – quando a consciência crítica está atuando sobre uma matéria-prima constituída de seu próprio material: artefatos intelectuais, relações sociais, o fato histórico (THOMPSON, 2021, p. 44).

Essas considerações, de Thompson, estão aqui colocadas sem desvalorizar a importante contribuição do estruturalismo na captura das determinações, ainda que o façam de forma absoluta. Por outro lado, elas denunciam também a reificação como mecanismo de freio à compreensão dos momentos da classe no presente século, em movimentos de resistência ou não. Na situação em análise, do caso brasileiro, a única explicação possível seria a traição de suas direções, dado seu engajamento no Estado burguês, ao privilegiar, por exemplo, a via eleitoral.

Partimos dessa discussão para caracterizar a prática dos agentes que ocupam o Estado, enquanto provedor de serviços sociais, em face da heterogeneidade e multiplicidade da vida social, no seu cotidiano, que se apresentam como objeto no âmbito da política social. E buscaremos compreender a relação entre Estado, poder e classes, componentes esses exercem determinações à vida em sociedade.

1.2. O Estado, relações de poder e classes

As relações de poder na sociedade capitalista não se restringem ao Estado, atravessam todos os aparelhos hegemônicos e contra hegemônicos: em articulação com as relações econômicas, elas perpassam todos os âmbitos, do cultural ao político, do ideológico, “cientificamente fundamentado”, à prática cotidiana, da moral às relações de trabalho, de gênero e de etnia. Elas estão presentes nos manicômios, nos presídios e demais locais de trabalho. Dada sua importância, o poder é tratado de diversas correntes teóricas e por diferentes autores.

Para Wood (2006, p. 35) a esfera política no capitalismo tem uma especificidade, pois, o poder de coação na esfera da produção não é diretamente acionado pelo apropriador do sobretrabalho, nessa relação de exploração, como era em modos de produção anteriores. Diferentemente do feudalismo, onde a exploração se dava intimamente ligada à uma relação pessoal, no capitalismo a exploração ocorre numa relação de intercâmbio específica e particular, numa relação singular onde o produto não é criado em função da necessidade e sim objetivando a troca entre os diversos agentes.

A diferença entre produto e capital é de que, precisamente, como capital, o produto exprime uma relação particular, pertencente a uma forma histórica de sociedade [e, além disso] a sociedade não consiste de indivíduos, mas expressa a soma de vínculos, relações em que se encontram esses indivíduos uns com os outros (MARX, 2011, p. 205).

Lênin teorizou sobre o duplo poder para a caracterização de uma *situação revolucionária*, o Estado aparece nessa concepção como lugar de decifração desse momento social (POULANTZAS, 2019, p.50). O duplo poder pode ir além, no seu impacto histórico de reconfiguração das relações, fundando uma nova forma de relações sociais para produção. Poulantzas (2019, p.64) concebe a categoria classe social como um reflexo das estruturas, os indivíduos por sua vez são considerados suportes ou portadores das estruturas dadas. A determinação que as estruturas exercem sobre o indivíduo e sobre as classes, nesse autor, é completa e a relação entre poder político e classes sociais é articuladora do Estado. De acordo com esse autor, o conhecimento visa a objetos reais, concretos e singulares, que se apresentam como as formações histórico sociais da França, do Brasil e assim por diante, enquanto síntese de múltiplas determinações.

Para conhecer os objetos concretos pode-se utilizar de uma formulação de objetos-abstractos formais que não existem no sentido rigoroso do termo, mas que são condição de conhecimento dos objetos reais-concretos: é o caso por exemplo do modo de produção (POULANTZAS, 2019, p.17-18).

A categoria macro histórica de modo de produção trata de uma combinação específica de diversas estruturas e práticas que aparecem em campos de instâncias que se sobredeterminam, como o político, o econômico, o ideológico e, especialmente, não existe em sentido puro sob o capitalismo.

Nessa concepção, o Estado “possui a função particular de constituir o fator de coesão dos diversos *níveis*⁴ de uma formação social” e, na perspectiva de Lenin, a luta verdadeira e aberta ocorre quando a classe abarca o domínio do político (POULANTZAS, 2019, p. 44-45). Assim sendo, o político, o econômico e o ideológico são regiões ou níveis distintos, articulados ou sobredeterminados pelo econômico e a luta de classes se restringe normalmente ao campo econômico e não se manifesta no campo político sem que uma linha de dominação/subordinação possa ser traçada (POULANTZAS, 2019, p. 235)⁵. O bloco de poder “indica uma unidade contraditória particular das classes ou frações de classe politicamente

⁴ Em seu livro de 1978, Poulantzas faz uma retificação da utilização da palavra níveis para definir os campos, pois a primeira dá uma conotação de autonomia aos diversos campos, que traria consigo também a noção de invariância da economia, da política, por fim, da infraestrutura e da superestrutura. (POULANTZAS, 2000, p. 14)

⁵ Há que se observar que a separação em campos e instâncias é característica do estruturalismo althusseriano na sua visão da relação entre estrutura e superestrutura.

dominantes em sua relação com uma forma particular de Estado capitalista” (POULANTZAS, 2019, p. 241) implicando em sacrifícios mútuos. Nesse sentido, Boito (2012) desenvolve a ideia da formação de uma frente na qual a hegemonia seja exercida pela burguesia nacional, de caráter neodesenvolvimentista, capaz de enfrentar o campo neoliberal. Essa frente apresentaria também caráter populista, na medida em que alija os trabalhadores do bloco de poder. Mas de fato, até 2013, os trabalhadores fizeram parte, dessa forma, da frente popular, como uma garantia à burguesia nacional de coesão social. Apesar do mérito dessa concepção, tal análise tem como pressuposto a existência de uma burguesia interna capaz de fazer frente ao imperialismo (COELHO, 2020, p. 42):

Dada a estreita imbricação de seus interesses com os demais capital-imperialistas, em contexto histórico no qual a constituição de burguesias em espaços nacionais passa por uma intensa cosmopolitização, a expectativa de um comportamento autonomizante e republicano dessas burguesias está fadada ao fracasso. Inexiste, pois, uma burguesia nacional no Brasil (FONTES, 2012, p. 314).

Acrescentamos que, para Poulantzas (2000, p. 36) “o Estado tem papel constitutivo na existência e reprodução dos poderes de classe”. O que nos remete a outro aspecto fundamental da luta de classes, que é o exercício de contra hegemonia e independência de classe na sociedade. Por exemplo, a luta pelo fim do imposto sindical era uma bandeira para superação dos sindicatos que lideraram a ampla onda de greves na década de 1980 e foi abandonada tão logo a CUT conquistou o peso majoritário nos aparelhos sindicais. Por que insistir em tal ponto, já que o imposto facilita o financiamento dos aparelhos sindicais? Precisamos mesmo do autofinanciamento se o Estado pode intervir? Não seria esta uma das dualidades do Estado em meio a reprodução social e organizativa e, portanto, programática da classe? Sem dúvida a afirmativa parece muito oportuna.

Na arena política do Estado, não existem setores burgueses seletivos ao neoliberalismo, com uma pretensão de índole nacional capaz de fazer mínimas reformas para a população sem em troca levar para si muitas derrotas estruturantes dos trabalhadores. Como no caso da reforma trabalhista, da privatização do SUS – que é intensificada pelos governos estaduais no final da primeira década de 2000 (ALBINO; LIPORONI; 2020, p.1103) – e a transformação do regime mutualista de previdência dos servidores públicos em regime atuarial e o prolongamento das jornadas de trabalho e do tempo para obtenção da aposentadoria.

Trotsky nos fala da revolução permanente a partir da experiência russa, como esforço estratégico, tendo em vista a constatação do papel contrarrevolucionário da burguesia, sendo essa classe incapaz de pôr a cabo a própria revolução.

Löwy apresenta, em um estudo de 1978, elementos sobre a revolução permanente em Marx e Engels:

É sobretudo para a Alemanha que se volta a atenção dos comunistas, porque a Alemanha se envolve às vésperas de uma revolução burguesa e porque realizará essa revolução nas condições mais avançadas da revolução europeia e com um proletariado infinitamente mais desenvolvido que o da Inglaterra do século XVII e o da França do século XVIII; e porque essa revolução burguesa será, portanto, o prelúdio imediato de uma revolução proletária (MARX; ENGELS, 2010, p. 69, *apud* LÖWY, 1978, p. 140)

Löwy argumenta que, embora não haja, nesses autores, uma teoria acabada sobre revolução permanente, há a enunciação da mesma e esboços para sua elaboração:

Encontramos nessa passagem célebre [do Manifesto] algumas noções que serão importantes para uma futura elaboração da teoria [...]: 1.º a ideia de que o desenvolvimento econômico e social, seu grau de “maturação revolucionária”, não podem ser medidos nos limites de um só Estado, mas em escala internacional (europeia, no séc. XIX); 2.º a compreensão de que uma revolução burguesa clássica (de tipo inglês ou francês) não pode se repetir na Alemanha; em função do peso social e político que ganhou o proletariado no país; 3.º a intuição de que a revolução burguesa não são *duas etapas históricas distintas*, mas dois *momentos* em um mesmo processo revolucionário ininterrupto (LÖWY, 1978, p. 141, grifos do autor).

Sobre a dualidade de poder, fenômeno peculiar da revolução russa, movida pela existência dos soviets e do partido com seu programa – mas não um fenômeno histórico exclusivo – pode-se agregar ainda que essa dualidade de poder se caracteriza pelo choque, em si, irreconciliável de duas classes. Choque esse que assinala a perspectiva de uma transformação violenta de curto prazo, mas que não se constrói subitamente (TROTSKY, 1982, p.195-198). O revolucionário soviético traz como outro exemplo de duplo poder o caso da burguesia revolucionária na França, dado que a Revolução Francesa aparece assim como o embate da Assembleia Constituinte, formada pelo terceiro estado e a velha monarquia francesa formando uma relação de duplo poder.

Gramsci (2017, C.12) define o Estado em dois grandes planos superestruturais: a sociedade civil, com um conjunto de organismos (ou aparelhos) privados e o da sociedade política do Estado que exerce o domínio direto ou o comando. E acrescenta, na vida concreta, a sociedade política e a sociedade civil são a mesma coisa e se identificam. O autor trabalha com os conceitos de hegemonia, coerção e consenso, cujo espectro atravessa a cultura, a economia, a moral e a política. Observamos que na obediência há um elemento de comando (auto comando e auto obediência). Só há obediência de bom grado, ou seja, livremente, quando se compreende que se trata de uma força maior, então, tal obediência se dará mesmo na ausência dessa força maior (GRAMSCI, 2017, C.8). Silva (2021) argumenta que os aparelhos da classe trabalhadora em luta não se confundem, programaticamente, com os aparelhos burgueses de

consenso e dominação. A hegemonia da classe revolucionária, por isso, não se confunde com a hegemonia burguesa⁶, empenhada que está, essa última, em transformar o seu interesse particular de classe em interesse geral, sem nunca o ser. Os organismos da classe trabalhadora são chamados a compor o Estado burguês, participando de comissões, parlamento etc. E há momentos em que a classe trabalhadora abdica de suas lutas em prol da via eleitoral e participação em determinadas instâncias de poder. No entanto, o que permanece é a ampla composição burguesa do Estado (SILVA, 2021; COELHO,2021). Dadas as divergentes apropriações da teoria de Gramsci, entendemos que só um programa focalizado nas lutas sociais da classe trabalhadora e na contra hegemonia é capaz de preservar em Gramsci o conteúdo de classe⁷.

Nesse sentido a atuação da classe trabalhadora dentro do aparelho de Estado não pode substituir a organização da classe e a mobilização social. Além do mais, não é vantajoso, do ponto de vista da classe, penhorar suas lutas em função de um consenso imaginário entre classes. A coerção social necessária para dominação de classe não é visivelmente associada ao processo de exploração, são dois campos aparentemente alheios: o poder político estatal e o poder do controle privado individual da produção. Embora o poder econômico de apropriação da mais-valia no processo de produção e circulação (a apropriação, só ocorre na circulação), pelos proprietários capitalistas, esteja aparentemente separado do poder de coação política, esse poder está intimamente integrado com a autoridade de organizar a produção.

A coação político-econômica merece especial atenção pelo avanço que sofreu no presente século, por meio da reconfiguração dos estatutos jurídicos do trabalho, que intensificou e prolongou a jornada e ampliou o período em atividade e degradou as condições de trabalho. Os proprietários capitalistas recuperam, no controle direto da produção, o poder político que aparentemente perdem para o Estado, com a vantagem de se desincumbirem da obrigação de cumprir funções sociais (WOOD, 2006, p. 36). O poder de extração de mais-valia e de comando sobre o trabalho não deixa de ser um poder, antes de tudo político, e que determina o estranhamento no processo de alienação do produtor real do produto de seu trabalho.

⁶ Sobre o conceito de hegemonia no sentido de Gramsci e, portanto, de consenso, apropriado de diversas formas na atualidade, Perry Anderson (1977, p.7-23) antes de apresentá-lo nesse sentido, remete-nos à origem do termo no debate anterior à revolução russa de outubro, onde resgata o conteúdo de classe ali referenciado como: a direção do proletariado hegemônica frente as demais classes exploradas. Nesse debate está em questão a própria concepção de Gramsci do capitalismo ocidental e da guerra de trincheiras. Não é esse ponto polêmico que queremos aqui abordar, mas sim fazer um breve resgate da rica discussão de “um Gramsci revolucionário”, conforme Coelho (2021)

⁷ Para saber mais sobre a revisão do conceito classista de hegemonia, ver Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, in *Hegemonia y estrategia socialita. Hacia a uma radicalización de la democracia*.

Ellen Wood chama atenção para a ideologia burguesa, visto ser ela que promove a separação entre o econômico e o político, não estando as condições objetivas separadas das subjetivas e que para Marx, o segredo último da produção capitalista é político (WOOD, 2006, p. 30).

As relações sociais em que se insere esse mecanismo econômico – e que na verdade o constituem – são tratadas como algo externo, no máximo um poder político especialmente separado pode intervir na economia, mas a economia em si é despolitizada e esvaziada de conteúdo social (WOOD, 2006, p.29).

Assim, a separação entre economia e política contribui para negar e, ao mesmo tempo naturalizar, o processo de exploração, ou seja, capital, terra e trabalho aparecem como fatores da produção sendo eles a fonte originária da riqueza, igualando-se ao trabalho enquanto gerador de valor (MARX, 2017, p.877).

Para relacionar essas coisas umas com as outras como mercadorias, seus guardiões têm de estabelecer relações uns com os outros como pessoas cuja vontade reside nessas coisas e agir de modo tal que um só pode se apropriar da mercadoria alheia e alienar a sua própria mercadoria em concordância com a vontade do outro, portanto, por meio de um ato de vontade comum a ambos. Eles têm, portanto, de se reconhecer mutuamente como proprietários privados (MARX, 2013, p. 159).

As relações sociais no modo de produção capitalismo, artificialmente apartadas, nos seus diversos âmbitos - ideológico, cultural, político, econômico - autonomizam as relações que perpassam os espaços de produção e circulação da riqueza, onde a mercadoria e o dinheiro são os marcadores por excelência e a produção social é apropriada de maneira privada e desigual. De fato, não há uma separação estática entre estas diversas instâncias, quando se elege a moeda como signo de valor. O que se demarca aqui é o resgate de seu papel e de sua importância na sociabilidade capitalista. As demais formas histórico-sociais, vigentes no capitalismo, formam um tecido único com o econômico.

O trabalho individual aparece numa sociedade organizada como parte do trabalho social total. Sob o capitalismo, as relações passam a se dar entre trabalhos privados que somente na efetivação da troca pelo dinheiro pode ser chancelado como trabalho social (RUBIN, 1987, p. 144). Nesse sentido Mascaró (2013, p. 24) afirma que numa sociedade mercantil, os produtores aparecem como produtores privados e suficientes, quando intercambiados os produtos do trabalho como mercadoria, estabelece-se uma igualdade entre coisas distintas através do “equivalente geral” dinheiro, essa equivalência é um marcador que socializa o privado e torna impessoal o particular. Em movimento contrário, os indivíduos subalternos, assim determinados como negatividade, aparecem enquanto resistência dentro do processo histórico-social. Em um momento histórico determinado, a classe possuidora da *mercadoria força de*

trabalho será capaz de travar uma luta *propriamente política e irreconciliável*, no sentido da superação histórica do capitalismo. Como afirma Marx: “A burguesia não se limitou a forjar as armas que lhe trarão a morte; produziu também os homens [e mulheres] que empunharão essas armas” (MARX, 2010, p.46).

Para Mascaro (2013, p. 27) a coerção social não se dá por conta de sua anunciação, declaração ou aceitação, mas sim por meio de mecanismos que são basilares e que configuram as próprias interações, além do interesse imediato, para “formatar” as múltiplas possibilidades no campo das relações sociais.

Por outro lado, cabe, a esta altura, resgatar o conceito de classe de Thompson onde “as determinações objetivas não se impõem sobre matéria prima vazia e passiva, mas sobre seres *históricos* ativos e conscientes” (WOOD, 2003, p. 76). Para Wood é equivocado partir de um dualismo teórico que opõe estrutura à história, pelo contrário, deve-se abarcar a concepção materialista de processos históricos estruturados. Observamos, então, a advertência de que esses seres ativos e conscientes, necessariamente encontram-se em um contexto maior, porém, destaca-se a interação cotidiana com as estruturas, quer seja sob forma de resistência, quer seja sob forma de subjugação. Para Thompson (1991, p.27-32) a classe aparece como categoria histórica, empiricamente observável, pertencente ao campo marxista da história e que passa a se perceber como tal especificamente com o início do capitalismo. A categoria classe social constitui um operador lógico explicativo da história dos diversos modos de produção.

O estudo da classe implica não apenas na concepção do trabalho abstrato no capitalismo, implica também a compreensão dos movimentos e organizações dos trabalhadores. A posição de formação da classe é uma predestinação das pessoas pela divisão do trabalho e, ao mesmo tempo, causa e consequência da luta de classes (BADARÓ, 2019, p.34-37) e da prática cotidiana.

E necessário, portanto, entender o Estado em íntima imbricação com os projetos e necessidades que a classe trabalhadora tem, frente à luta de classes, de um ponto de vista dos programas políticos que apontam para o caminho da afirmação da autonomia dessa classe.

Considerar as intervenções no aparato estatal sem privilegiá-las em detrimento da própria luta é uma questão de coerência com o programa político da classe. E o reconhecimento da classe passa pelo reconhecimento dos diversos tipos de relação que ela trava no ato cotidiano do trabalho e em suas lutas, a sua diversidade, particularidade, singularidade e universalidade.

1.3. Estado nação dentro das relações do universal e do particular

A leitura dicotômica entre o Estado nacional e os elementos alienígenas do contexto internacional, abstraindo o social como um dado da análise internacional, é negada pela teoria do desenvolvimento desigual e combinado. Trata-se de discutir uma suposta polarização entre o internacional e nacional.

De formulação trotskista, a teoria do desenvolvimento desigual e combinado alia-se a teoria da revolução permanente numa confrontação, em sua origem, com a revolução por etapas e com a revolução em um só país. De cunho internacionalista tenta capturar a realidade internacional, não como uma externalidade, mas como um componente indissolúvel.

Desde seu início, a expansão do capitalismo assumiu um caráter “combinado”, fundindo-se com a pluralidade de formas sociológicas existentes por meio de sua emergência mediada internacionalmente. Ao fazê-lo, processos distintamente capitalistas viriam progressivamente a ganhar controle sobre essa desigualdade existente, reconstituindo sua qualidade fundamental ao unificar as várias instâncias e formas de desenvolvimento desigual em uma totalidade histórica mundial única, causalmente integrada (ANIEVAS, NIŞANCIOĞ19401LU, 2015, p. 44),

A afirmação de que as mesmas causas produzem os mesmos efeitos não é incondicional e geral, sem ter em conta as especificidades de cada processo, não há como identificar tendências:

Cada nação tem seus próprios traços característicos [inclusive traços característicos distintos sub nacionalmente]. Mas essas peculiaridades surgem como consequência da modificação das leis gerais em função de condições materiais e históricas específicas. São, em última instância, a cristalização particular de um processo universal (NOVACK, 1998, p. 39)

Segundo Novack, “O marxismo não nega a existência de peculiaridades nacionais [a essas especificidades] o marxismo vê como produto histórico que surge de combinações concretas de forças e condições internacionais” (NOVACK, 1988, p. 35-36). A teoria marxista da dependência fundamenta-se na divisão internacional do trabalho entre economias centrais e dependentes e abarca o processo de “desenvolvimento do subdesenvolvimento” participante de uma totalidade que se reafirma em seu *locus* econômico e social. Assim como a *teoria do movimento desigual e combinado*⁸, busca romper com o evolucionismo, a ideologia do

⁸ A Teoria do desenvolvimento desigual e combinado é elaborada por Trotsky a partir do contexto pré-revolucionário na Rússia e aponta para a singularidade do capitalismo nos países periféricos que, tanto em termos econômicos como sociais, apresenta uma originalidade que nada mais é do que a cristalização das desigualdades em suas formações. Conforme Trotsky (1982, p. 14): “O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução [temporal] da humanidade. Com isso se exclui a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas diferentes nações. Obrigado a seguir os países avançados, os países retardatários não se ajustam em seu desenvolvimento à concatenação das etapas sucessivas”, presentes nos países

progresso e o eurocentrismo. Na medida em que esta teoria vê o relacionamento das nações como redes geopoliticamente interativas, sem perder vista a territorialização da época moderna, nega um caminho linear de desenvolvimento histórico das diversas regiões. No entanto, diverge dessa, por motivos que procuraremos expor.

Segundo Osorio (2009, p.35):

Em seu fazer-se mundo e complexificar-se, o capital devém capitalismo, uma forma histórica particular de organização do conjunto da vida social [...]. O Estado, inscrito como germe no capital enquanto poder despótico, assume sua dimensão acabada enquanto coerção legitimada por formas consensuais [...]. O capitalismo, enquanto expressa sua essência do capital, reclama um espaço planetário para desenvolver-se [...] em seu desenvolvimento enquanto sistema mundial, termina gerando diversas formas de capitalismos ou capitalismos particulares [...] isso implica em conceber o sistema mundial capitalista como uma unidade heterogênea, composta de regiões e Estados com maior poder e com a capacidade de apropriar-se de *valor* de outras economias e que geram suas próprias formas de reprodução.

Para tanto, esse autor busca responder teoricamente a questões como: o lugar da América Latina na produção e apropriação de valor no capitalismo mundial, modalidade particular que assume a reprodução do capital em uma região dependente e quais suas consequências no conjunto da estrutura e dinâmica societal. Numa concatenação dos conceitos como imperialismo, divisão internacional do trabalho e formações-econômico sociais (FERREIRA; OSORIO; LUCE, 2012, p. 14). Por exemplo, ao colocar-se lado a lado países distintos como a Holanda e o Peru, as determinações das diferenças tecnológicas e de produtividade não podem ser entendidas sem um posicionamento histórico das duas nações, desde o século XVII, onde uma dada organização da economia mundial “fez possível que muito da imensa riqueza de metais preciosos que as coroas espanhola e portuguesa extraíram da América Latina fosse parar em Amsterdam e posteriormente Londres” (OSORIO, 2009, p. 39). Por outro lado, Osório (2009, p. 42) a diverge da pretensão de uma universalidade que concebe as regiões dependentes como simples espaços de expropriação e apropriação e vê uma única existência de um capitalismo universal como na teoria do sistema-mundo, essa é uma linha divisória da teoria marxista da dependência endereçada à teoria de Wallerstein. Mas isso também se aplica, de modo distinto, à teoria do movimento desigual e combinado, onde a constituição das burguesias nacionais do mundo periférico é sociológica e economicamente integrada à dinâmica internacional, porém de modo desigual.

da Europa Ocidental. Os países retardatários são obrigados, antes do prazo previsto, a assimilar o capitalismo, em saltos históricos que suprimem e se adaptam às condições originárias da região. Para uma breve abordagem ver Michael Löwy (1998, p. 73-80)

O autor argumenta ser condenável a unificação *abstrata* que elimina a diversidade, ou, ao contrário, a justaposição da diversidade sem conceber a unidade. A realidade empírica não poderia ser reduzida em um conceito universal homogêneo, nem fragmentada em particularidades que são independentes, os *padrões de reprodução do capital*⁹ em cada região tornam-se preponderantes na análise.

A sociedade civil abarca o conjunto das relações materiais dos indivíduos no interior de um determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas. Encerra o conjunto da vida comercial e industrial existente numa dada fase e ultrapassa por isso mesmo o Estado e a nação, se bem que deva afirmar-se no exterior como nacionalidade e organizar-se no interior como Estado (ENGELS; MARX, 2007, p. 74).

Nesse sentido, Linden (2013, p. 12-15) chama atenção para um tipo de abordagem que *naturaliza* o Estado nação, colocando-o como a unidade analítica básica e auto evidente, sendo que, ao contrário disto, não se pode utilizar o pressuposto que as sociedades e os movimentos de classe se põem e são geograficamente idênticos aos Estados-nação. Esse autor pretende dar, assim, destaque para influência mútua dos múltiplos processos regionais, quer coincidentes com o Estado nação ou não, por exemplo o processo de formação do Haiti e o aumento da repressão sobre a classe trabalhadora inglesa. E aponta, como alternativa para o “nacionalismo metodológico”, uma visão integrada desses dois processos históricos (LINDEN, 2013, p.27). As diversas civilizações do globo, prossegue Linden, por seu lado, não se colocam como *sistemas* (abertos ou fechados), pois jamais encontraremos uma sociedade única, circunscrita num espaço geográfico social.

De uma perspectiva global, a existência de Estados-nação, obviamente continua sendo um aspecto essencial do sistema mundial. No entanto é um aspecto que precisa ser historicizado e relativizado em face de aspectos subnacionais, supranacionais e transnacionais (LINDEN, 2013, p. 15).

Visto que os Estados nacionais e sua configuração mundial constituem a forma histórica de expropriação de mais trabalho, as determinações do Estado-nação não podem ser vistas como uma estrutura que não implica em elementos históricos próprios do capitalismo, ou que possua um *locus* vazio e neutro de acomodação das classes antagônicas, nem pela dualidade burguesia nacional versus imperialismo. Justamente por ser a instância preferencial do poder, o Estado reflete as demais instâncias de poder: geopolítico - subnacionais, supranacionais e transnacionais – e histórico social. No entanto, “deve-se esgotar as exigências da explicação

⁹ O conceito de padrões de reprodução do capital (OSORIO, 2012, p.49) considera formas distintas dos ciclos reprodução do capital em espaços geográficos determinados, tendo como ponto de partida a formação econômico territorial que, por sua vez, pode associar-se às formações históricas sociais de Poulantzas, como o dado concreto da análise do Estado nação, abstraindo, assim, o acoplamento socioeconômico e histórico das burguesias nacionais.

[das] diferenças. Acrescenta-se que isso só será possível, em sentido estrito, enquanto são consideradas por sua vez os processos que unificam as partes diferenciadas” (OSORIO, 2009, p. 36).

O stalinismo subordinou a revolução mundial à existência da União Soviética, e não o contrário, ou seja, não subordinou a existência da União Soviética à revolução mundial. Muitas análises que não incorporam a revolução permanente e o movimento desigual e combinado, carregam em si um tipo de caracterização das burguesias nacionais dos países dependentes como um ponto de polarização com o imperialismo, expresso na defesa da soberania e no nacionalismo.

Para especificar a questão proposta, reportamo-nos à matéria de Stalin de 1922, onde ele resgata um postulado tático de Lenin, como uma estratégia: "realizar o máximo possível num só país (no nosso país, conforme Stalin) para desenvolver, apoiar e desencadear a revolução em todos os países" (LENIN, 1980, p. 50-51, *apud* STALIN, 1924) para apoiar a tese da revolução por etapas e a prioridade nacional. Outro exemplo, trata-se da falsa dicotomia cubana recentemente explorada pelos países hegemônicos. Quando a população reivindica melhores condições de vida em face da pandemia, os Estados Unidos bradam a falta de democracia, certamente motivados por sua pequena participação no nicho das empresas capitalistas em Cuba. Por sua vez, a burocracia cubana denomina os manifestantes de infiltrados norte-americanos e confronta-se com eles, reprimindo as manifestações, inclusive prendendo alguns participantes. Enquanto tal dicotomia se estabelece, não se coloca no centro do debate a implicação da permissão à reinstalação da propriedade privada de capitais internacionais europeus em Cuba e suas implicações para o trabalho e todas as conquistas da população cubana.

Apesar de não nos apropriarmos do termo “nacionalismo metodológico”, destacamos que ele traz em si o questionamento da unidade de análise territorial fechada, da dicotomia entre o nacional e o externo. Contrabalanceamos isso, com a reafirmação de que as diferentes culturas têm o direito de se autodeterminar, em toda e qualquer localidade do globo terrestre.

Sem uma análise diacrônica e o encadeamento da sincronia de momentos historicamente assíncronos dos diversos Estados, abandonamos e subordinamos o fenômeno da revolução mundial a diversas revoluções locais, como processo determinante do programa. No entanto, o processo cubano está ligado de maneira desigual, porém combinada, com a expansão capitalista no processo de mundialização. E o fato de existirem capitais internacionais em Cuba, demonstra a possibilidade de caracterização do governo cubano frente a tal desenvolvimento.

As unidades referenciais, nessa premissa lógica bidimensional, constituídas das formações nacionais diversas: Brasil, Chile, México, frente ao imperialismo, num posicionamento hierárquico sem levar em conta a implicação de sua combinação histórica – que devido aos saltos e assincronismos – leva à manutenção da ordem mundial, mesmo em países que viveram significativos processos revolucionários.

No caso da Teoria Marxista da Dependência, apesar do exposto, com base no processo cubano, nega-se o pressuposto da vocação progressista e nacionalista da burguesia latino-americana dada sua integração dependente (OSORIO, 2009, p. 44).

E de fato, a revolução cubana exerce influência decisiva na América Latina na década de 1960, quer seja para o avanço das esquerdas, quer seja para onda de golpes na região, apesar de ser freada e abafada naquilo que seria o seu necessário processo de expansão pelo próprio regime castrista.

Não poderia ser diferente o impacto sobre as elaborações teóricas que alcançaram teóricos como Löwy, Weffort e Oliveira, citados por Braga e Rubbo (2018, p.323), que se utilizaram das chaves explicativas da teoria do desenvolvimento desigual e combinado para entendimento e contraposição ao dualismo estruturalista – Oliveira em *Crítica à razão dualista* e Weffort na sua interpretação do populismo no Brasil.

Podemos nos perguntar: onde se daria a unidade dentro dessas particularidades? A explicação pode retomar ao ponto anteriormente abordado sobre a relação entre estruturas e teoria da história, entre organização interna e os movimentos internos e seus condicionantes externos (ZELENY, 1968, p. 23-24). Considerando a totalidade, Marx tenta expressar o caráter de um determinado tipo – o capitalismo – como organismo ou todo determinado que está sempre em movimento. Nesse sentido, o todo sempre é uma parte de algo. E o todo é um salto da somatória das partes que o constituem e parte de um processo histórico maior, quando comparamos partes diferentes de um todo, partimos da comparação entre as diferenças, analogias e suas origens (idem), só assim se dá a totalidade, em ela sendo genética.

O valor, o dinheiro, a circulação aparecem como efetivação do processo de acumulação, como condições postas pelo capital, não mais como sua gênese, mas como resultados de sua existência. O dinheiro só se transforma em capital, na sua gênese, no fim do primeiro processo de produção, após ter se apropriado de trabalho não pago (MARX, 2011, p. 377-378).

O capital tem origem na circulação e põe o trabalho como trabalho assalariado; forma-se dessa maneira e, desenvolvido como totalidade, põe a propriedade da terra tanto como sua condição quanto como sua antítese. Mas isso evidencia que assim ele apenas criou o trabalho assalariado como seu pressuposto universal. Por isso, é preciso examinar este último por si mesmo. (MARX, 2011, p.217).

Temos, então, o surgimento do capitalismo como um processo histórico, cujos pressupostos seriam momentos de sua formação (a acumulação primitiva e modos de produção precedentes) e que, além disso, conteria pressupostos próprios de sua particularidade histórica, enquanto resultado de seu próprio movimento: nesses se encontram a força de trabalho como mercadoria, a moeda e os preços, como representantes do trabalho abstrato.

1.4. Limites da atuação do Estado capitalista nos gastos sociais

Quando falamos do direito, em relação ao Estado e à sociedade, recorrendo às teorias que explicam a história, em Bunge; o funcionamento do Estado segundo Gramsci, Trotsky e os internacionalistas, Poulantzas e Wood; e a compreensão da história em Thompson e Williams, nosso objetivo é cimentar uma reflexão a respeito do que foram as primeiras décadas do século XXI no Brasil.

O confronto direto com a Economia Política, por vezes, nos faz esquecer do processo real frente à teoria e nos apegamos por demais ao seu campo explicativo, especialmente quando falamos de processos históricos tão recentes que ainda estão pendentes de explicação, no futuro próximo, pois não revelaram ainda todas as suas consequências.

Podemos apenas levantar alguns aspectos e traços que consideramos essenciais, dadas as experiências de um passado mais remoto e, portanto, muito mais revisitado e confrontado com processos dele decorrentes. O “bolo” recente ainda não foi comido e, se foi, não está digerido¹⁰ e ainda temos expectativas futuras.

Não temos por objetivo elaborar um relato histórico, expondo dados, de forma completa, de diversas ocorrências setoriais, no campo do trabalho, político, sociológico, ou seja, reconstruir uma história em sua totalidade, no sentido das causações (THOMPSON, 2021, p. 120-121). Nossa pretensão não é generalista, mas específica, portanto, focalizar um setor para atingir uma maior precisão.

Para aqueles que se referem à ocupação de camadas populares de espaços antes proibidos e agora abertos pelas políticas sociais, como a política de cotas, numa ótica de Estado conforme Polanyi, que não entende a existência de classes no sentido marxiano e que veem a possibilidade de limitação do mercado como garantia de emancipação e defesa da liberdade, é fato que o ódio e a discriminação desfilam com muita naturalidade por aqui e causam indignação. Mas esse ódio e essa discriminação teriam mais relação com a exploração direta

¹⁰ Ver ENGELS, F. *Socialisme utopique et socialisme scientifique*, Paris, Editions Sociales, 1973.

dos trabalhadores, dada a necessária exclusão de uma camada significativa da população trabalhadora. No entanto, pelo fato de nenhuma situação poder ser reduzida ao aspecto econômico, frisamos a importância desse aqui e acrescentamos a ele os aspectos subjetivos relativos à desmobilização programática dos aparelhos contra hegemônicos e sua absorção pelo Estado. Enquanto os governos do PT cumpriam a agenda de setores da burguesia, em especial o capital financeiro, o proletariado deixava de ser referência programática e atuante, como foi na década de 1980. Esse comportamento da principal direção operária do país custou caro, implantou-se aquilo que há de pior no Brasil e no mundo à custa de sérias derrotas da classe frente ao neoliberalismo.

Bolsonaro foi a via moral de canalização de expectativas da população em que a elite financeira e o grande capital apostaram como saída nas eleições de 2018, frente ao desempenho pífio do PSDB. Desde sempre se declarando não entendedor de economia, o candidato à época entregou o seu plano econômico a Paulo Guedes, futuro superministro da economia (PAULANI, 2021, 361). A única pauta verdadeiramente implementada pelo governo Bolsonaro foi sua agenda de costumes. “Não faz sentido avaliar o *programa econômico* de Bolsonaro em matéria de crescimento, de emprego e redução da miséria, porque não são esses os seus objetivos” (PAULANI, 2021, p. 367) vide o crescimento do PIB e do desemprego do início do governo aos meses anteriores à pandemia.

Paulani (2021, p. 365) destaca que *A ponte para o futuro* formulada no governo Temer foi a saída ultra neoliberal como alternativa a um “neoliberalismo progressista de Estado¹¹” – termo que, na sua origem, refere-se à captura simbólica dos grupos subalternos em prol de uma manutenção das políticas neoliberais – como aconteceu nos governos petistas.

A inquietação que cozinhou em fogo brando desde as manifestações de 2013 escancarou o espaço político, no início de 2016, para pôr ponto final a esta sorte de “neoliberalismo progressista de Estado” (com perdão da heterodoxia), que estava no poder desde 2003 (PAULANI, 2021, p.365).

Esse espaço político foi uma oportunidade criada de implementação do ultraliberalismo, a partir do governo Temer. Quanto ao “programa econômico” de Bolsonaro, sem dúvida, o grande capital e o capital financeiro ficaram insatisfeitos, apesar da perversa reforma da previdência, pois seu projeto era e continua sendo muito maior: aprofundamento da reforma

¹¹ Essa denominação é tomada de Fraser (2017) que indica uma vertente neoliberal que, em sua forma estadunidense aparece sob o governo de Bill Clinton que “forjou uma nova aliança de empresários, moradores de condomínios, novos movimentos sociais e jovens: todos proclamando orgulhosos sua autenticidade moderna e progressista, amante da diversidade, multiculturalismo e dos direitos das mulheres. Mesmo quando endossava tais noções progressistas, o governo de Clinton cortejou Wall Street”.

administrativa, mais privatização, carteira verde amarela (não efetivada) e capitalização de fato da previdência (PAULANI, 2021, p. 367).

Alinhavamos até aqui as determinações dos limites das instituições capitalistas e sua inserção subalterna e compactuada no espaço internacional. Avançaremos agora para o Estado e a moeda como o próprio limite no aspecto econômico.

O financiamento das despesas do Estado pode dar-se por três vias: fiscal (poder de tributar), dívida pública e emissão de moeda pura e simples. Atualmente o Estado tem se especializado na produção de dívida. A questão é premente, pois o planejamento e a política econômica têm efeitos reais no produto, no emprego e na moeda, qualquer que seja ela: ultraliberal ou não.

Paraná e Mollo (2021, p. 21), discordantes em dizer que a moeda é uma emissão exclusiva do Estado, entendem que no próprio conceito de moeda não há como esta ser criatura do Estado. Para esses autores, dada a necessária validação social do trabalho privado pelo processo de compra e venda, a moeda aparece como aquela fabricada pela Casa da moeda, mas também pelo dinheiro-crédito, emitido pelos bancos, mediando a transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro, tendo como pressuposto o trabalho futuro.

Não tendo o dinheiro um valor intrínseco, a validação social das mercadorias e a lei do valor se impõem, então, seja ao dinheiro (como equivalente geral) seja às mercadorias, em última instância, por meio da operação denominada por Brunhoff (1978a) de restrição monetária, ou coerção monetária (“*contrainte monétaire*”), qual seja: i) a necessidade de que toda mercadoria seja convertida em dinheiro, ii) de que toda forma de dinheiro seja ao fim convertida em equivalente geral, iii) e a necessidade de que o equivalente geral, ele mesmo, se reproduza como tal. Neste processo, a questão do papel monetário do Estado e seus limites é particularmente importante (PARANÁ; MOLLO, (2021, p. 24).

Assim, toda circulação de moeda de curso forçado está imbricada com as funções desta e estas funções com o processo produtivo, a moeda que aparece como signo de valor, enquanto meio de circulação – que advém do processo de circulação – é independente da moeda enquanto medida de valor – que advém, este último, do processo de produção – possuindo, a primeira função, a última como base.

Diferente da análise keynesiana, onde a preferência pela liquidez do entesourador¹² está associada a fatores psicológicos, da comparação entre uma e outra rentabilidade –

¹² “O entesouramento é uma interrupção do processo de circulação das mercadorias, o encadeamento das trocas interrompe-se, e limita-se provisoriamente à troca M-D [...] é uma demanda de moeda enquanto moeda equivalente geral [que para sua preservação deve conservar as faculdades de entrar novamente em circulação. O entesouramento implica em uma arbitragem entre moeda e mercadoria] (BRUNHOFF, 1978, p. 36-41).

indeterminadas pelas funções da moeda enquanto medida de valor¹³ e meio de circulação¹⁴—, em Marx, o poder da moeda está associada a suas funções na economia capitalista, deduzidas diretamente da gênese do equivalente-geral (BRUNHOFF, 1978, 21-39), que devém do reino das mercadorias. O entesourador retém a moeda na condição de que esta não perca o valor que lhe corresponde originariamente.

Certamente o Estado tem um poder hierárquico superior, ao intervir nas crises econômicas através de normas, regulamentos e práticas políticas e econômicas. Mas esse papel é limitado pela própria dinâmica social, “a intervenção estatal não cria a forma moeda, que se constitui na circulação mercantil, mas contribui para determiná-la como tal” (BRUNHOFF, 1985, p. 39 *apud* PARANA; MOLLO, 2021, p. 23. Para os autores, o entesouramento é fonte de poder político, em que o poder social se transfigura em poder privado, por isso o poder do Estado é limitado pelo poder dos particulares que entesouram. A mesma limitação se dá entre Estados nacionais, onde a relação hierárquica das moedas limita os Estados mutuamente. Uma das funções é a necessidade de conversão da moeda nacional em internacional. Nesse sentido, o dinheiro é uma função endógena do sistema, ou seja, não neutro [pois produz efeitos reais] e imanentes ao sistema. (PARANÁ; MOLLO, 2021, p. 17-25). Tal pressuposto parte da concepção do processo de acumulação do capital, como acumulação de mais-valia extraída no processo produtivo, caso contrário, em se distanciando de tal perspectiva, a alternativa é entender o capital como se ele autovalorizasse espontaneamente na circulação, pela ação do mercado. Parte também da concepção de que a moeda é endógena ao sistema, ou seja, reflexo do funcionamento total do mesmo e não neutra ou puramente contábil. Os utilitaristas veem na utilidade o significante do valor. É, portanto, uma concepção muito distinta do valor enquanto trabalho abstrato, em uma sociedade que se abstrai do fazer concreto do trabalho equalizando todas as formas de trabalho pelo signo de mercadoria.

Os capitalistas individuais entendem o valor das mercadorias através dos preços e da moeda, quando há uma cisão entre um e outro há risco de estouro de crises que variam em

¹³ O preço é o valor na forma de moeda, mas, o preço pode divergir quantitativamente da magnitude do valor: “se o preço, como expoente da grandeza de valor de uma mercadoria é expoente de sua relação de troca com o dinheiro, disso não se conclui a relação inversa, isto é, que o expoente de sua relação de troca com o dinheiro [revele a, ou, seja expoente da] sua grandeza de valor [...]. [Essa] possibilidade de incongruência reside na própria forma preço. Isso não é um defeito de forma, mas ao contrário, aquilo que faz dela a forma adequada” (MARX, 2013, p. 176-177).

¹⁴ Enquanto a função “medida de valor” tem por condição a variabilidade do valor da moeda, como meio de circulação tem implicação com a quantidade de moeda circulante, esta última é a garantia prática da primeira função. Quando essa garantia não ocorre: há crises. Marx indica que o ouro não pode ser substituído por coisas sem valor, puros signos, a não ser quando meio de circulação (BRUNHOFF, 1978, p.26-35): “O resultado da circulação de mercadorias não parece ser mediado por sua própria mudança de forma, mas pela função do dinheiro como meio de circulação” (MARX, 2013, p.189).

dimensão e intensidade. Esse ponto tem um interessante desenvolvimento em Prado (2021, p. 24), que aponta uma inversão do dinheiro quando o colocamos como criador da atividade econômica e não como resultado desta e da atuação do Estado, num processo integrado do Capital com o Estado.

Para [eles – adeptos da teoria moderna da moeda], a emissão de dinheiro parece advir meramente de opções de política econômica ou, de modo ainda mais reduutivo, parece ser uma questão que se resolve no campo das teorias econômicas [...] eles cometem um erro ainda maior [que a ortodoxia] que consiste em ignorar a natureza do sistema econômico expandido, que não pode deixar de incluir o Estado. Como foi apontado por Anwar Shaikh, ignoram as conexões entre o gasto estatal, o financiamento desse gasto, o nível de emprego resultante com a rentabilidade do capital e com as necessidades de sua acumulação – que é insaciável. Ao fazê-lo, ignoram também a natureza conflitiva dos interesses que movem as classes sociais e suas frações (PRADO, 2021, p. 24).

Ao aceitar as premissas da teoria moderna da moeda, aceitamos de contrabando a concepção do Estado apartado da sociedade, economicamente e institucionalmente externo, dando-lhe a capacidade de promover o emprego, independentemente do processo de acumulação do capital, da necessária e insaciável exploração do trabalho e das crises do capital, a este inerentes Acrescente-se a esse tipo de análise, a presunção da necessária passividade dos trabalhadores frente ao processo de acumulação e distribuição social de riqueza (PRADO, 2021).

Algumas concepções de superestrutura levam a um entendimento da separação relativa do político e do econômico como campos distintos localizando o primeiro na superestrutura e o segundo na infraestrutura, o poder do Estado seria algo colocado em muitos momentos acima da sociedade, como apresentado anteriormente numa recorrência a Poulantzas.

O planejamento estatal e a política social em uma economia em que é privilegiada sua regulação pelo mercado – considerada uma economia onde a concorrência regula os preços, mesmo entre oligopólios – se torna assim uma técnica de alocação fiscal e orçamentária de gestão de riscos formados pelo próprio capitalismo, sejam riscos financeiros ou da própria luta de classes, traduzida em convulsões sociais, manifestações da questão social.

Em Keynes (WASQUES, 2016, p. 117), o planejamento capitalista é guiado por uma visão *ex-ante* do mercado, além da regulamentação *ex-post* das transações de mercado, do ponto de vista da demanda agregada; ele não elimina a moeda e o mercado autorregulado, que continuam a ter no lucro e na competição sua lógica estruturante. A gestão estatal da economia pode e deve se dar no capitalismo através de políticas públicas integradas, sociais e econômicas, que visem, por exemplo, entre outros fins a distribuição de riqueza ou de utilidade.

O que o planejamento não pode realizar é a superação da contradição básica do sistema de produção capitalista, que se instala no coração da própria mercadoria: a antítese dialética entre valor e mais-valia, entre trabalho morto e trabalho vivo, trabalho pago e trabalho não-pago; mas desde que o planejamento no sistema capitalista limite-se a recolocar no início do ciclo produtivo os elementos finais que estão no produto, isto é, limite-se a repor os pressupostos da produção capitalista, sua possibilidade torna-se perfeitamente plausível: em síntese, o planejamento num sistema capitalista não é mais do que a forma de racionalização da reprodução ampliada do capital (OLIVEIRA, 1977, p. 24 *apud* LIMA, 2006, p.3)

Assim considerado, para Oliveira não há como purificar a agenda do Estado, apartando-a da sociedade, enquanto espaço contraditório. Seu suposto papel de benfeitor é, antes de tudo, político e ideológico. O processo econômico é relacional e carrega a necessária socialização da produção privada, a acumulação é a lógica do processo que nega a possibilidade de superação e emancipação humana.

Em modos de produção anteriores ao capitalismo, a produção sendo diretamente social – pessoal e não mercantilizada a força de trabalho –, o dinheiro aparecia ocasionalmente, não como representante geral da riqueza e, em última instância, do valor. Aparecia como meio de troca acidental e em certas épocas referenciado em metais, por exemplo, mas não como sancionador da produção, como equivalente geral e equalizador do valor de todas as coisas.

O dinheiro pode ser capturado por diversas instâncias como capital fictício – anacrônico ou diretamente divergente do valor produzido socialmente. No entanto, a lei do valor se impõe e as crises são gestadas. Isso porque o trabalho abstrato e não o dinheiro é o fundamento da riqueza no mundo do capital.

Cabe ao aparato do Estado, à tecnocracia e ao direito a gestão dos riscos criados pelo capitalismo e decorrentes, por vias diretas ou indiretas, do confronto de classes. Políticas sociais alternativas são necessárias. Porém, mais urgente é a defesa dos aparelhos contra hegemônicos e uma via programática de classe.

2. Crise capitalista

2.1. Desenvolvimento enquanto ideologia

A ideologia do crescimento ou a do desenvolvimento sustentável são duas faces de um mesmo projeto societário de manutenção do capitalismo, por desconsiderarem ou abstraírem o antagonismo das classes sociais e as determinações de uma sociedade cindida e contraditória.

Os teóricos neoliberais propõem o crescimento econômico ao se aglutinarem em torno de uma bandeira fortemente tendente a encarar os movimentos do capital via equilíbrio geral nos mercados, onde se dão as trocas, ou, conforme Brunhoff (2010, p. 40) e Gaudemar (1976, p. 106), sob a ótica de formação de preços pelo princípio da raridade dos bens e serviços comercializados.

Para Dardot e Laval (2016, p. 133-145) a conduta maximizadora, condição absoluta do equilíbrio geral, não é em Von Mises e Hayek o principal pressuposto econômico, juntamente com o cálculo capitalista, apesar de necessários. Antes de tudo a economia é uma teoria da escolha da dimensão antropológica do homem-empresa. Para esses autores neoliberais “todo indivíduo tem algo de empreendedorístico dentro dele, é característica da economia de mercado liberar e estimular esse empreendedorismo humano” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.145). Nesse sentido o conhecimento torna-se uma chave central na economia:

Não se trata aqui do conhecimento científico. Para Hayek, que foi o primeiro a teorizá-lo, *knowledge* significa certo tipo de conhecimento diretamente utilizável no mercado, relacionado às circunstâncias de tempo e lugar – o conhecimento que se refere não ao porquê, mas ao quanto (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 145).

É contraditório falar de escassez no mundo capitalista, provido de abundância, viagens espaciais, microtecnologia, nanotecnologia, cibernética e de um imenso exército de trabalhadores a procura de meios para seu sustento, num mundo em que salta aos olhos a superacumulação nas corporações e nos mercados financeiros. Em 2020, a fortuna consolidada das 2.755 pessoas mais ricas, espalhadas pelo mundo, chegou a 13,1 trilhões de dólares (FORBES, 2021) e isso representa 62% do PIB dos Estados Unidos, que foi de 20,93 trilhões de dólares em 2020 conforme dados do Fundo Monetário Internacional (2021).

A superacumulação é tópico dos debates atuais pois inviabiliza o consumo, cria o entesouramento, possibilita a formação de bolhas especulativas e gera desperdícios. Segundo Harvey (2013, p. 370) ela gera: (i) superprodução de mercadorias; (ii) inventários excedentes; (iii) capital ocioso; (iv) excedente monetário; (v) desperdício da força de trabalho (vi) taxa de juros reais decrescentes e taxa de lucro declinante.

Todos esses processos implicam, além do exposto, na “desvalorização do valor”, a face destrutiva do capital em sua crise e na lógica do seu ciclo, “uma análise das contradições internas do capitalismo mostra uma tendência eterna para produzir *não valores* e para desperdiçar força de trabalho [...] A desvalorização é a parte inferior da superacumulação” (HARVEY, p.368).

Por seu lado Lauro Campos aborda o problema do entesouramento como originado pelo subconsumo e realização de produtos e aponta para a entrada do Estado na esfera da circulação para consumir o que os capitalistas e trabalhadores não conseguem fazer pela demanda de bens de consumo:

Vimos que a realização do produto é dupla, porque a mercadoria produzida tem dupla existência. A duplicidade da mercadoria impõe sua realização como valor de uso, no consumo, e como valor, no dinheiro [...]. Como valor de uso, ela destrói-se no consumo individual ou no consumo produtivo, e, como valor, ela realiza-se em sua metamorfose quando o valor passa a existir no dinheiro que demandou a mercadoria [...]. O consumo individual capitalista é antagônico: o aumento do consumo individual do assalariado advém do aumento do salário real por unidade de trabalho, isto é, do custo da produção que o capitalista luta por minimizar. Logo, o consumo total capitalista limita o consumo produtivo e individual e, portanto, a demanda global efetiva. (CAMPOS, 2001, p. 52).

Se a renda para poucos é imensa, o consumo desses poucos será ínfimo em relação à sua renda. Por outro lado, se há uma grande quantidade de trabalhadores que disponham de uma renda suficiente para sua reprodução social, estes consumirão uma parte proporcionalmente maior de suas rendas. O ciclo da produção só é efetivo se a realização da mercadoria, mediante o processo da venda.

O capital tal como conceituado por Marx – e este primeiro passo é bem conhecido – é uma relação social que subordina formal e realmente, intensiva e extensivamente a força de trabalho, fazendo com que ela produza continuamente a substância de que está constituído e da qual se alimenta sem parar. [...] é uma contradição em processo, porque precisa incluir a força de trabalho em seu movimento de valorização, mas ao mesmo tempo, tem que excluí-la constantemente (PRADO, 2014, p.21).

Para os desenvolvimentistas keynesianos, que colocam no centro de suas preocupações, o emprego, a demanda dos trabalhadores combinada com a demanda por bens de produção afeta diretamente o produto e, portanto, o crescimento (BRUNHOFF, 2010, p.46-48). Parece uma solução sólida, não fosse a natureza do capital, que não consegue resolver suas contradições nas esferas da produção e da distribuição do valor. Os keynesianos não veem o próprio sistema impulsionado por uma dinâmica destrutiva cujos efeitos não se restringem a fenômenos puramente econômicos (HARMAN, 2009, p. 11). As respostas anticíclicas do Estado keynesiano não eliminaram a competitividade nos mercados, a desproporção entre valor de uso e valor e a regulação da economia pelo investimento e não pela demanda necessária da população; e, por fim, não entenderam a origem do valor.

O processo de acumulação, acompanhado do desperdício e da destruição, seguiu seu curso sob a suposta batuta do chamado Estado de bem-estar, que serviu de base, por exemplo, para os fundos de pensão – versão mercantilizada da previdência mutualista – e para outros tipos de investidores institucionais. “As finanças são um parasita nas costas de outro parasita, não um problema que pode ser tratado isoladamente do capitalismo como um todo” (HARMAN, 2009, p.300), em última análise foram os problemas mais profundos experimentados pelo setor produtivo que provocaram a financeirização.

Essas considerações foram necessárias para entendermos o debate brasileiro atual sobre as alternativas políticas de crescimento e contenção de crise adotadas, dentro do campo político, no contexto histórico do século XXI no Brasil. Agora, porém, recuaremos ao percurso teórico do debate do subdesenvolvimento, procurando não perder de vista o caráter ideológico do desenvolvimento, que pressupõe que os problemas econômicos e sociais vividos no país se devem ao seu insuficiente desenvolvimento capitalista e podem ser resolvidos na consolidação do processo de acumulação do capital. Tal procedimento, aqui adotado, visa expor as bases do relacionamento que as economias latino-americanas estabeleceram com os países centrais ao serem inseridas no mercado mundial a partir do seu relacionamento bilateral, inicialmente com a Inglaterra, no século XIX, e posteriormente com a economia estadunidense.

Na década de 1950, com a CEPAL, começa-se a estabelecer uma produção intelectual voltada para entender as economias latino-americanas. Tentando ultrapassar a visão ricardiana das vantagens comparativas¹⁵, então utilizadas para explicar o processo de crescimento das economias primário-exportadoras latino-americanas, analisava-se que as economias da região teriam se desenvolvido estruturalmente de forma pouco diversificada e heterogênea (MATTEI, PAULINI, 2009, p.4-9; COLISTETE, 2001 p.32). A vantagem tecnológica dos países centrais conduzia a uma desvantagem no comércio internacional. Para explicar os dados empíricos, Raúl Prebisch apontou para a desigualdade da distribuição dos ingressos, da tecnologia e dos custos salariais entre países centrais e periféricos, além da baixa elasticidade da demanda dos produtos primários¹⁶ e a comparativamente alta elasticidade dos produtos importados pelos países

¹⁵ Teoria ricardiana segundo a qual os países que, no comércio internacional, ao se especializarem na produção de determinados produtos, cujo trabalho demandado para produção fosse comparativamente menor frente a sua própria produtividade e à dos demais países, levaria a atingir, na divisão internacional do trabalho, um ponto ótimo em termos de aproveitamento da mão de obra, da produtividade e aumento do consumo. Segundo essa teoria a divisão internacional do trabalho e o livre comércio são vantajosos para todos os indivíduos, independentemente da classe e do grau de desenvolvimento dos países envolvidos em trocas internacionais (Ricardo, 1996, p.98).

¹⁶ A elasticidade da demanda é um indicador de quanto aumenta a demanda por um determinado produto, com o aumento da renda de quem o consome. Essa baixa variação combinada com a diferença dos níveis salariais implica em uma maior concorrência entre os países primário exportadores no comércio internacional para realização de suas mercadorias (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E O CARIBE, p. 4)

periféricos (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, p.4). Tal fenômeno conduziria à deterioração dos termos de troca no mercado internacional, onde, estruturalmente os países periféricos estariam em desvantagem (COLISTETE, 2001, p.23).

Nesse quadro, a industrialização apoiada pelo Estado – como princípio de intervenção, direta ou indireta – estaria no centro de um processo virtuoso de crescimento na região, desde que capaz de aumentar a produtividade e a dinamização interna que o setor primário era incapaz de resolver, já que os resultados da estrutura primário-exportadora podiam ser facilmente constatados: heterogeneidade econômica (entre o moderno e o arcaico), baixo dinamismo de progresso técnico e de produtividade, desigualdade social e deterioração dos termos de troca (COLISTETE, p.24-27). Não só a industrialização, mas também “a criação de bases materiais, sociais e culturais de uma sociedade nacional”, poderiam ser capazes de controlar os rumos frente à alta exposição econômica que essas sociedades estavam submetidas no mercado internacional, na qualidade de partes constitutivas do projeto desenvolvimentista. A integração social como resposta à heterogeneidade dessas sociedades periféricas, por um lado, e a contradição entre os interesses dos países centrais e as economias nacionais latino-americanas, por outro, eram elementos da análise desenvolvimentista (SAMPAIO, JR. 2012, p. 675).

Contraditoriamente, é na década de 1950 que começa uma maior transnacionalização e integração das economias latino-americanas. A presença de investimentos externos na região passa a ser elemento chave no processo de industrialização, o que inviabiliza o processo anterior de substituição das importações e aponta para fortes indícios da natureza conservadora das burguesias locais (SEABRA, 2019, p. 263-269). Assim, houve uma alteração no estado de coisas do país, onde o comércio internacional se regulava apenas pela transferência de valor dos países periféricos para os centrais, proporcionando um aumento da mais-valia relativa nesses últimos através do barateamento dos bens componentes da cesta de consumo do trabalhador e, ainda, pelo barateamento dos insumos para fabricação de mercadorias. Agregou-se a tal situação a instalação de capital estrangeiro especializado na produção de bens voltados a uma parte relativamente pequena da população: bens de luxo ou suntuários.

Segundo Osório (2009, p. 75-76), no período pós-guerra desenvolve-se nos Estados Unidos a tecnologia de equipamentos de produção pela aplicação de inovações tecnológicas militares no setor industrial. Tal fenômeno cria uma massa de máquinas industriais obsoletas que foram exportadas aos países periféricos. Com a entrada desses capitais a composição orgânica do capital na América Latina aumenta, surgem monopólios associados ao capital estrangeiro, acompanhados pelo crescimento do desemprego. Essa época caracteriza-se pela formação de grandes cordões de pobreza em torno das grandes cidades.

Para Sampaio Jr. (2012, p.676), o ciclo de golpes militares, iniciado no Brasil em 1964 e encerrado no Chile em 1973, foi determinante numa revisão radical do estruturalismo desenvolvimentista.

O capital internacional deixou de ser visto como empecilho ao desenvolvimento para se converter em condição *sine qua non* do próprio desenvolvimento. [...] Logo em seguida foi diluída a contradição entre pobreza e desenvolvimento capitalista autodeterminado. A integração social deixou de ser vista como obstáculo à incorporação de progresso técnico — pré-requisito do próprio desenvolvimento — para se converter em resíduo colonial sem maiores consequências para o dinamismo capitalista [...]. Ao reduzir desenvolvimento ao simples processo de industrialização e modernização, deixando de lado a questão da autonomia nacional e o problema da integração social, lançavam-se as bases para uma profunda ressignificação do próprio conceito de desenvolvimento (SAMPAIO, 2012, p. 677).

Na década de 1960, surge a Teoria Marxista da Dependência, numa tentativa de elucidar o processo de dependência, na relação países periféricos e países centrais, partindo da tradição teórica marxista para explicar a inserção das economias latino-americanas com base na teoria do valor. Entendendo o subdesenvolvimento como produto necessário do desenvolvimento do capitalismo mundial, esses teóricos apontavam a inserção dos países latino-americanos no comércio internacional como dependente¹⁷ dos países centrais. Enquanto os desenvolvimentistas elegiam a deterioração dos termos de troca (definida através dos preços de oferta e procura, conforme elasticidade da demanda) como elemento determinante, a teoria marxista da dependência elegia a troca desigual (baseada na concepção, na teoria do valor de Marx, da transformação de valor em preço de produção, Livro II, d'O Capital)¹⁸.

A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre nações industriais e não industriais, porém a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial. O desenvolvimento das relações mercantis assenta as bases para que uma melhor aplicação da lei do valor tenha lugar, porém simultaneamente cria todas as condições para diferentes molas funcionarem por meio das quais o capital trata de burlá-la. Teoricamente, o intercâmbio de mercadorias expressa a troca de equivalentes, cujo valor se determina pela quantidade de trabalho socialmente necessário que incorporam as mercadorias. Na prática se observam diferentes mecanismos que permitem realizar transferência de valor, passando por cima das leis de intercâmbio e que se expressam nos preços de mercado e nos preços de produção das mercadorias (MARINI, 2008, p.121, tradução livre).

¹⁷ A dependência pode ser entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em um marco em que as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência (MARINI, 2008, p.112, tradução livre).

¹⁸ Não consideraremos aqui, para o entendimento das trocas desiguais, o monopólio natural que é aquele propiciado por condições excepcionais de produtividade da terra (MARX, 2017, p. 212; PAULANI, 2016, 531), mas, sim, aqueles formados pela lógica própria do capitalismo, pela concentração e centralização do capital, pela propriedade de marcas etc., que são capazes de criar barreiras à livre mobilidade do capital entre setores de produção e, portanto, à concorrência. Tais monopólios, assim como os naturais, são capazes de determinar preços. Os países centrais são, para a América Latina, um oligopsonio em relação à demanda dos produtos primários e um oligopólio na oferta de produtos industrializados.

Há que se ressaltar a diferença existente entre preços de mercado e preços de produção. O primeiro reflete a realização na circulação e o segundo seus custos tratados como valor produzido no interior da esfera de produção acrescidos da taxa de médio, o segundo não se opõe ao primeiro, mas o determina e ambos se completam no ciclo do capital. A explicação de Marx, sobre a transferência de mais-valia, a partir da fixação do preço de produção, resgata o trabalho vivo como criador de valor, portanto, quanto mais trabalho vivo, mais valor possui uma mercadoria. No entanto, ao se confrontarem os distintos capitais, aqueles que não conseguiram tecnologia poupadora de mão de obra – os que extraíram maior quantidade de mais-valor – são penalizados devido ao nivelamento da taxa de lucro, com base no lucro médio, nos diversos setores da economia. Os poupadores de mão de obra, com uma composição orgânica maior e um valor menor por unidade de mercadoria produzida, são beneficiados com um “dividendo” maior da mais-valia social. Tal fenômeno ocorre dentro de um mesmo setor e entre setores distintos, no entanto, no cômputo geral o que se tem é uma produtividade média, um “tempo” social de trabalho médio:

Em outras palavras, diferenças nas taxas de lucro de capitais no mesmo setor, surgem porque eles produzem quantidades diferentes de valor por hora, enquanto a equalização da taxa de lucro se deve à transferência de valor [...] a forma percentual [utilizada por Marx, no quadro demonstrativo das transferências] indica que o valor total é igual ao preço de produção total e que a mais-valia total é igual ao lucro total (SAAD-FILHO, 2001, p. 12).

Desse modo, os países centrais agiriam como monopólios em relação aos países periféricos, criando obstáculos¹⁹ que levariam a uma “amputação” da mais-valia extraída nos países periféricos. Desenvolver a heterogeneidade da produtividade do trabalho, através do desenvolvimento de tecnologia poupadora de mão de obra, fundamentaria essa “amputação”, pois, no caso, os países dependentes apresentam-se no circuito internacional das mercadorias com um tempo social médio maior para produção em relação aos países centrais.

Sendo economias periféricas intensivas em mão de obra, o valor gerado para produção dos produtos primários é maior. São os baixos salários e condições de remuneração nesses países que possibilitam as burguesias nacionais compensarem o baixo preço no mercado internacional, proporcionando, além disso, uma transferência para os países centrais de parte mais-valia produzida na periferia mundial. A superexploração do trabalho, conceituada como uma carga alta de intensidade do trabalho, jornadas de trabalho prolongadas e salários baixos ou seja, menos que o necessário à reprodução da força de trabalho (MARINI, 2008, p.124), se estabelece como padrão das relações de trabalho.

¹⁹ O mero fato de que as economias exportadoras primárias não produzem, ou não podem fazê-lo com a mesma facilidade, produtos das economias centrais, permite que essas vendam produtos acima de seu valor.

A superexploração não atinge evidentemente apenas o segmento de bens necessários. Generaliza-se na formação social. Esta recompõe a taxa de lucro das empresas do setor de bens de consumo suntuário [bens de luxo] que sofrem assimetrias tecnológicas e as taxas de lucro das filiais das empresas estrangeiras que transferem excedentes para proprietários não residentes e lideram o dinamismo tecnológico (MARTINS, p.19).

Conforme Dos Santos (2011, p.357), a Teoria Marxista da Dependência tem forte ligação com a teoria do imperialismo e seus pressupostos; no entanto, para o autor, autores como Rudolf Hilferding, Rosa Luxemburgo e Vladimir Lênin já enfocavam a questão desde o ponto de vista dos países centrais, com insuficientes referências aos países dependentes, e de forma marginal. Em outro polo, Harvey (2013, p. 153) argumenta que essa proposição, da teoria da dependência, de que há uma transferência de valor entre países periféricos aos centrais, é equivocada, pois, quando “derivadas soluções adequadas ao problema da transformação [dos valores em preços de produção], elas não mostram necessariamente a transferência de valor de setores com baixa composição para setores com alta composição”. Isso quer dizer que a posição dos países centrais no comércio internacional não lhes garante a possibilidade de criar obstáculos à realização das mercadorias dos países primário-exportadores por um preço de produção equivalente ao seu valor. Para esse autor o problema da transformação do valor em preço estaria mais relacionado a um desperdício em alocação do trabalho social induzido pelo marcador social taxa de lucro e não o valor. A primeira tem como base o retorno sobre o capital total e o segundo o trabalho socialmente necessário – não se restringindo estritamente a um cálculo matemático que, segundo Harvey (2013, p.153-154), é uma solução incompleta na forma como apresentada no volume III d’O Capital por Marx (2017, p. 189-206).

O que Marx agora nos mostra é que isso [a diferença que possa ocorrer entre valor e preço de produção] não tem necessariamente nada a ver com a maximização do produto agregado do mais-valor na sociedade. Encontramos nisso uma base material para essa sistemática distribuição indevida do trabalho social e para esse viés sistemático na organização do trabalho, que conduzem o capitalismo a crises periódicas. A concorrência necessariamente conduz cada capitalista a se comportar de maneira a ameaçar a base da sua própria reprodução social [o mais-valor]. Eles se comportam assim porque a lógica das forças de mercado os obriga a reagir aos preços de produção em vez de às exigências diretas para a produção de mais-valor (HARVEY, 2013, p.160).

Entretanto, Marini argumenta que a relação de superexploração nos países periféricos (2008, p.122) cria as condições para que os fluxos de mercadorias e, posteriormente, de capitais, articulem-se em função dos requerimentos dos múltiplos centros do capitalismo para produzir e exportar bens primários em troca de mercadorias manufaturadas, com criação de dívidas em condições desfavoráveis (idem, p. 110). O autor resgata a teoria do valor trabalho de Marx, no que se refere à transformação do valor em preço de produção; e argumenta que no campo internacional essa relação se repercute nas trocas desiguais entre centro e periferia, criando um

padrão específico nos países da periferia, distinto dos países centrais. Agrega-se a isso o monopólio tecnológico dos países centrais, contribuindo para que o departamento I – produtor de bens de capital²⁰ – nunca fosse desenvolvido de fato na América Latina. E, esses, absolutamente, quase nunca puderam contar com a transferência de tecnologia de ponta dos países centrais. Para Marini, o imbricamento das economias latino-americanas no mercado mundial, quer seja como exportadora, quer seja como receptora de capital internacional (o que vale também para a atualidade), implica na superexploração do trabalho e no desemprego estrutural na região em benefício das regiões centrais da economia capitalista. Há que explicitar o que Marini entende por superexploração do trabalho. A Teoria Marxista da Dependência explica a participação da América Latina no mercado internacional como viabilizadora do processo de industrialização na Europa e da transformação da mais-valia absoluta em mais-valia relativa através do suprimento de bens alimentares que diminuía o custo de reprodução da força de trabalho. Agrega-se a isso o fornecimento de matéria prima abundante, baixando o custo do capital constante, tudo isso com base na superexploração do trabalho (MARINI, 2008, p.116).

A especialização primário exportadora, somada a dependência do capitalismo regional de financiamento externo, a restrição do mercado interno decorrente da superexploração e do desemprego estrutural, colocam os países latino-americanos altamente suscetíveis ao mercado internacional. O problema da transferência de valor é um assunto importante, mas não suficiente, pois, por si mesmo não explica como o capital se reproduz na região e como reproduz as condições necessárias a continuar competindo e transferindo mais-valor, de acordo com o pensamento de Osório (2009, p. 82-84). Se não forem investigadas as particularidades da formação social dos países atrasados, em termos de tecnologia e relações próprias do capitalismo e sua imbricação com os países hegemônicos, estaremos desarmados de uma teoria sociológica que defina a natureza histórica dessas sociedades “menos desenvolvidas”. Para Osório (2009, p. 82), a configuração regional faz a aplicação de políticas de industrialização que buscavam romper com o atraso e amenizar as desigualdades sociais, terminasse propiciando mais subdesenvolvimento e novos desequilíbrios. Os países que no quadro do capitalismo internacional ocupam posições periféricas, ao fomentar políticas de industrialização, com o

²⁰ Para expor seu conceito de reprodução ampliada, Marx parte da divisão da economia em dois setores, ou departamentos, departamento I (produtor dos meios de produção) e departamento II (produtor de meios de consumo), no texto nos referimos às indústrias que participam do departamento I na produção de máquinas de produzir máquinas. (MARX, 2014, p. 598)

objetivo de romper com o atraso e amenizar as desigualdades sociais, acabam por provocar na configuração regional mais subdesenvolvimento e novos desequilíbrios.

Essa posição retardatária no cenário mundial atinge as políticas sociais, no presente século, no sentido de alcançar a massa de desemprego ou subemprego sujeito à superexploração dando um peso maior às políticas de transferência de renda em relação às demais.

2.2. Financeirização e crise

A avaliação das políticas sociais, postas em prática no presente século, no Brasil referente especialmente ao enfrentamento do desemprego e da precarização do trabalho, requer a explicitação de alguns condicionantes, considerando a posição dependente na divisão internacional do trabalho. A ordem social pactuada pelos países centrais na década de 1930, depois da primeira guerra mundial, a qual desembocou na crise de 1929, com repercussão mundial, foi alterada a partir de 1970, para “um capitalismo supostamente mais avançado pelo desacoplamento da renda no nível da produtividade à rápida e crescente desigualdade”, significando uma “restauração da economia como força coercitiva social” (STREECK, 2012, p. 14-16).

Partindo do pressuposto que o capitalismo é por natureza destrutivo, as crises tendem a destruir capitais e gerar desemprego, tratando-se de uma recomposição da lei do valor. Na era da financeirização faz-se mais urgente o aumento da mais-valia, colocado em execução através do aumento do exército industrial de reserva e de uma precarização crescente do trabalho de forma generalizada. No século atual, um dos eventos que marcaram seus primeiros dias foi a crise de 2007-2008, iniciando com a crise do mercado financeiro de hipotecas nos Estados Unidos e se alastrado para as economias europeias subsequentemente. Esse é um marco e um sintoma da atualidade. Essa crise serviu para jogar uma luz no processo de mundialização da financeirização. Observa-se que desde a década de 1990, nas economias periféricas ocorreu a abertura para os fluxos de mercado de capitais internacionais, em especial, os voláteis, provocando sistema concentração e a internacionalização do sistema bancário. No Brasil esse processo de concentração e centralização bancária se inicia, também, nesses anos de 90, a título de aumento da eficiência no sistema, com um forte movimento de entrada de capital financeiro externo no país, sendo gradativamente aumentado esse movimento até o ano de 2006 (penúltimo ano de registro pelo Banco Central, conforme o Sistema Gerador de Séries Temporais do Banco).

O Brasil, na época da crise de 2007-2008, enfrentou o problema de liquidez nos mercados internacionais, adotando políticas anticíclicas, através de transferência de renda, incentivo ao consumo e redução das reservas compulsórias dos bancos. Entretanto, já em 2014, quando do encerramento do super ciclo das *commodities*,²¹ tais estímulos se esgotaram restringindo as possibilidades orçamentárias e fiscais. A partir desse período os índices econômicos passaram a apontar quedas (ANDERSON, 2020, p.81-180). A utilização da receita dos social-desenvolvimentistas, segundo Pochmann (2012), leva os governos do PT a “uma inflexão de dimensão inédita”, caracterizada, por Mercadante (2010), como “social como estruturante”.

Ao contrário do que ressaltam Pochmann e Mercadante, o elemento social não caracterizou esses primeiros anos do século XXI, mas sim a financeirização.

O fenômeno da financeirização, que transformou as economias dos países centrais, ganhou impulso entre os anos de 1973 e 1974 (anos 70 é a *débâcle* do Estado do Bem-Estar Social). Posteriormente houve o aprofundamento da liberalização das regras financeiras na década de 1980, com a defesa do Estado Mínimo neoliberal. Isso significa a ocorrência de um rápido crescimento da esfera da circulação, enquanto a esfera da produção apresentava problemas de lucratividade e produtividade (LAPAVITSAS, 2009, p.4-5; BRUNHOFF, 2010, p.33), com a queda da taxa de lucro, geradora de crises.

O capital dinheiro constitui a forma na qual o capital individual entra em cena, inaugurando seu ingresso no processo de produção capitalista como capital. Qualquer que seja a proporção, o valor do capital em movimento, atuando como capital produtivo, sofre a limitação da parcela do capital adiantado (MARX, 2014, p. 452). Mas o capital financeiro atua como capital-dinheiro, ou seja, na esfera da circulação, sendo associado por Marx, à concentração e centralização de capitais no processo de acumulação (MARX, 2013, p. 702), mesmo ainda sob o capitalismo concorrencial. A existência do capital financeiro pode ser localizada como um decorrente da sociabilidade capitalista, onde o dinheiro é visto como fonte de riqueza, como valor absoluto.

Recorrendo à obra *O Capital financeiro*, de Hilferding, Lenin, em 1917, identifica uma formação generalizada de monopólios, envolvendo o capital industrial e financeiro, através do processo de centralização, além da presença no mercado mundial do capital de empréstimo dos países centrais (LENIN, 1986, p.597-623).

[Hilferding] propôs o termo “capital financeiro” para designar a forma de capital que se constituiu a partir das últimas décadas do séc. XIX, após a entrada dos grandes

bancos no capital da grande indústria alemã. A teoria da interpenetração entre capital industrial e capital de empréstimo tem efeitos políticos importantes em termos de concentração de poder, no plano nacional e internacional. O interesse dos marxistas por esses aspectos são um dos pilares da teoria do imperialismo (CHESNAIS, 2005, p.52).

Aprofunda-se desde então uma vertiginosa concentração e centralização dos capitais. As empresas, no período do binômio Taylorismo-fordismo tratavam de criar fundos internos, capazes de garantir uma independência, através de suas finanças. Essas empresas estavam focadas no processo de industrialização, ao qual estava ligada sua sobrevivência, adquirindo “alma própria de corporações”. Não eram mais as grandes fortunas pessoais, mas as grandes empresas que eram fonte e base de poder. Todas as grandes fortunas passaram a identificar-se com grandes empresas componentes de seus fundamentos (BARAN, SWEEZY, 1974, p.27-40).

Diferente do monopólio observado na obra *Capitalismo monopolista*, publicada em 1966, onde as grandes empresas estavam “nas mãos” da alta administração, cuja responsabilidade para com o acionista era letra morta (BARAN, SWEEZY, 1974, p. 26), a governança da empresa foi transformada, alterando sua ênfase: o importante a partir de então está centrada no repasse de valor para os acionistas, no preços das ações e em resultados de curto prazo. Chesnais responde, em seu livro *A finança capitalista* (2005, p. 52) se, é possível encontrar grupos industriais cujas decisões não estejam condicionadas ao imperativo das finanças: “A vitória temporária do administrador (um longo parêntese de meio século) foi apenas um subproduto do enfraquecimento temporário dos proprietários-acionistas rentistas produzido na ocasião da crise de 1929.” (CHESNAIS, 2005, p. 53). Para aquela fase concorreram formas de organização produtiva que marcaram o processo organizativo do capital monopolista e uma forma de sociabilização (BRAVERMAN, 1987, p.125-134). Esclarecendo indagações para o período atual, Chesnais (2005, p. 53) chama a atenção para a distância da finança em relação às atividades de produção, caracterizada por um apetite insaciável pelo retorno do capital.

[Deu-se então uma] maneira pela qual a finança conseguiu alojar a “exterioridade” da produção no próprio cerne dos grupos industriais [...] A inovação e os longos processos de atividades tecnológicas exigem uma gestão de longos tempos de maturação. Estes são contraditórios com o tempo de investidor financeiro. [...] A taxa de lucro necessária para realização das normas de “valor por acionista” conduz à rejeição de todos os projetos de investimento que não garantirão a taxa exigida (CHESNAIS, 2005, p. 52-58, grifos do autor)

Dada a identificação do traço do rentista - semelhante ao proprietário fundiário que arrenda suas propriedades – e usa seu capital na função de capital financeiro, é o seu caráter

externo à produção e sua relação com o capital aparentemente desvinculada do processo de trabalho. A esse capitalista não interessa de onde vem a rentabilidade de seu capital, se de um processo produtivo ou não. Os rentistas de maneira geral, conforme Paulani (2016, p. 518), são aqueles que obtêm rendimento derivado da mera propriedade e, portanto, têm direito a uma parcela do valor socialmente produzido pelo mero fato de serem proprietários, assim o é o dono da terra que arrenda a terra, bem como o dono do capital monetário que empresta a juros, que surgem atualmente sob diversas formas de relações jurídicas.

Tanto a propriedade do capital-dinheiro tomado por empréstimo, como a propriedade da terra, alugada ou arrendada a capitalistas, têm efeitos reais na distribuição do mais-valor “de modo que parte do valor excedente é subtraído ao processo de formação de taxa média de lucro” (PAULANI, 2016, p. 529).

O capital comercial e o capital-dinheiro aplicado no comércio são mais antigos que o modo de produção capitalista. O capital comercial é na realidade a forma mais antiga de existência do capital na história. No modo de produção capitalista as determinadas formas e funções que o capital assume como capital-mercadoria ou capital-dinheiro e a formação do lucro comercial e do juro difere daquela forma própria do capital produtivo. Pois, no capitalismo a qualidade do capital- dinheiro de comércio, “*quando o produto passa a ser produzido tão somente como mercadoria, e não como meio direto de subsistência [...], isto é, o comércio confere à produção um caráter cada vez mais direcionado ao valor de troca.*” (MARX, 2017, p. 365-370).

Quando nos referimos ao distanciamento do capital financeiro da forma valor, atentamos para a determinação do dinheiro, momento em que ele falha na sua função de extrair do trabalho mais-valor através da compra da força de trabalho, contribuindo para o surgimento de crises, uma vez que o processo de produção e reprodução se dão num fluxo contínuo e retroalimentado.

Aparentemente, a exterioridade do capital financeiro em relação à produção do valor, a que se refere Chesnais (2005, p. 60) está relacionada à “hipótese de insaciabilidade da finança”, ligando-se à concepção de um capitalismo ativo ou “empresário”, por um lado, e a um capitalismo financeiro, por outro, no sentido keynesiano do termo (Chesnais, 2005, p. 52)

Nesse sentido, para Bruno e Caffé (2017, p. 40), a alteração quantitativa dos investimentos no capital financeiro, enquanto opção “preferencial” ao capital industrial (capital produtivo) provoca uma alteração qualitativa no padrão de crescimento.

Em termos keynesianos, a financeirização eleva a um paroxismo a preferência pela liquidez dos detentores de capital, pois as atividades industriais se veem ameaçadas pelas condições mais vantajosas ofertadas pela alocação financeira, como também, e

paradoxalmente, pelas instabilidades derivadas da própria racionalidade dos mercados financeiros liberalizados (BRUNO; CAFFÉ, 2015, p.38)

Prado (2014, p. 20-21) examina o capital financeiro sob a ótica do capital em geral, revelando seu nexos com as diversas formas de capital, por este assumidas, na produção do valor, envolvendo tanto com o capital financeiro, quanto o capital industrial. Trata-se de uma lógica própria do capitalismo, que aparece na superfície e que cria relações e efeitos reais, portanto:

A financeirização não é um efeito anômalo do processo de acumulação, mas sim, vem a ser um resultado necessário e funcional do próprio desenvolvimento da relação de capital [...]. Se há oposição entre as diferentes frações, isso não implica que possam ser pensadas como se fossem simplesmente disjuntas e entre si excludentes. Eis que formam, isso sim, uma unidade bem concreta diante dos trabalhadores (PRADO, 2014, p. 14-22).

Isso não implica em negação das contradições produzidas com participação da financeirização, repercutindo na totalidade do processo de produção capitalista. Essas contradições são inerentes à forma de funcionamento do capitalismo, fundado esse modo de produção no trabalho assalariado e que tem no processo de acumulação de dinheiro seu indicador de riqueza. A contradição entre a produção social e sua apropriação privada, é revestida de uma “autonomia” aparente do capital, gerando mais capital, mediante o processo de trabalho, mas este sim, que gera valor, através da força de trabalho atuante, ao agregar mais-valor à mercadoria produzida. Nesse sentido Prado (2014) adverte: o retorno da repressão financeira “que prevalecera no pós-guerra após o grande desastre, que representara a depressão de 1930, nunca deixará de ser um problema ligado à sobrevivência do capitalismo – não à sua superação” (PRADO, 2014, p. 31).

O sistema de crédito é funcional ao sistema capitalista como um todo. Elimina barreiras entre a produção (ciclo do capital produtivo) e a circulação (ciclos do capital-dinheiro e do capital-mercadoria), por exemplo, através de financiamento de mercadorias que requerem tempo de produção muito longo ou que sejam de alto valor. Para tanto, mediante empréstimos, financia a aquisição de capital constante (capital fixo e capital circulante), como contribui também para redução do tempo de circulação, financiando o processo de comercialização, e ajuda, por fim, em todo o processo de acumulação, a partir da equalização da taxa de lucro, ou seja, na transformação do valor em preço de produção, considerando a taxa média de lucro (HARVEY, 2013, p. 479-489).

Quanto ao processo de crise, Chesnais (2005, p. 60) não nega o papel da financeirização, uma consequência do capitalismo, na implantação de políticas anticíclicas, facilitadas pela criação maciça do crédito:

As contradições do capitalismo sempre estiveram profundamente enraizadas nas relações sociais fundadas sobre a propriedade dos meios de produção [...]. É a situação atual, tal como no passado. Isto posto, as contradições capitalistas clássicas resultam, durante muito tempo, do dinamismo da acumulação, manifestando-se sob a forma de queda da taxa de lucro em fases de rápida acumulação (que se podem atribuir tanto ao superinvestimento quanto a uma elevação passageira dos salários) ou ainda em crises de superprodução. Estas patologias não desapareceram, mas foram contidas e sufocadas sob o efeito combinado de estratégias industriais oligopolistas preocupadas em não criar capacidade produtiva muito elevada e de políticas estatais anticíclicas, cujo pivô foi a criação maciça de crédito pelo Fed (CHESNAIS, 2005, p. 60)

O rentismo, conforme exposto por Paulani, elevaria assim a base da lógica de funcionamento de apropriação do trabalho alheio tanto, expandiria para além da esfera da produção, do trabalhar *in actu*, incluindo a esfera da circulação, onde se dá a apropriação do produto social, ou seja, a distribuição do mais-valor extraído na produção entre os diferentes parceiros envolvidos neste processo.

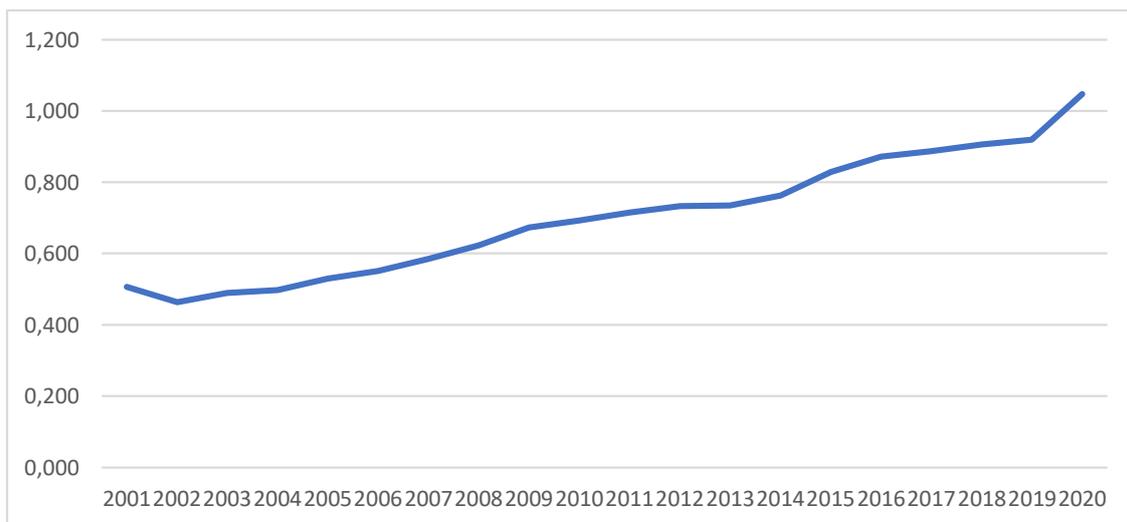
O capital portador de juros, expresso como capital-monetário (ou capital-dinheiro, como preferirem), potencializa a crise, na medida em que, na circulação, se distancia da função de troca de valores socialmente criados pelo trabalho. É o que aconteceu com o estouro da bolha especulativa em 2007-2008, nos Estados Unidos, com repercussão mundial. Assim, o capital fictício é a expressão desse distanciamento, referente ao valor e à moeda em circulação, na medida em que essa última se abstrai do trabalho vivo atuante, pelo qual os trabalhadores se utilizam do trabalho pretérito e da natureza (meios de produção) para transformá-los em mercadoria.

O crescimento da engenharia das finanças e de produtos de negociação futura se desloca da produção real e permite a apropriação de riqueza com base na propriedade formal do capital e não na ação real da força de trabalho o trabalho ao produzir o produto. Dada todas essas formas de subordinação do trabalho, transformado em mercadoria e, portanto, moldável pelo capital, a força de trabalho não deixa de ser o fundamento último da produção e, portanto, da formação do produto social.

A financeirização no Brasil tem início na década de 1980, através da crise da dívida externa, aprofundando-se nos anos seguintes, pela reestruturação das firmas e a adoção de forma recorrente das políticas neoliberais. Trata-se da entrada de uma economia já extremamente endividada no ciclo da financeirização. Sabemos que a lógica financeira está no interior dos processos organizativos da produção, onde tudo passa a ser regulado pela métrica de rentabilidade, *vis-à-vis* ao capital especulativo. É reflexo e causa, no conjunto da economia, da desproporção do capital especulativo frente ao processo de produção de valor, isto é, de investimentos diretamente em processos de produção. Paulani (2017, p.31) elenca alguns indicadores demonstrando a força desse processo, sendo um deles a relação entre o volume dos

meios de pagamentos (M4-M1)²² e o PIB, o qual reflete basicamente a relação de ativos financeiros e PIB; $[(M4-M1) / PIB]$. Nessa relação a autora separa o que é propriamente, grosso modo, meio de pagamento (moeda em poder do público e depósito à vista nos bancos) de outros ativos monetários, que se constituem em direito de remuneração por trabalho futuro e compara ao PIB proporcionalmente. Para esta autora, essa proporção era de 0,3 em 1995, passando em 2004 para 0,8. Atualizando os dados, para o presente século, encontramos, em 2020, uma relação de 1,05. Isso indica que, em média aproximada, em um dia, os ativos financeiros estocados correspondiam a 105%, de toda a produção dos diversos setores (primário, secundário e terciário) ocorrida naquele ano. O que reflete a tendência de evolução da base monetária, em termos restritos (M1), em direção a esses ativos (M4-M1) no último dia do ano, por um lado, e por outro, a correlação desses ativos financeiros com o tamanho do PIB gerado durante um ano de produção²³.

Gráfico 1: Relação entre ativos financeiros e PIB



Fonte: Banco Central do Brasil (Base Monetária u.m.c.) e IBG (Sistema de Contas Nacionais -PIB a valores correntes). Elaboração própria.

A quantidade de títulos públicos e privados e papéis financeiros, em geral, em comparação ao produto, mostra o descolamento dessas moedas de ganho futuro em relação à produção de mercadorias no processo de circulação, entendido no seu sentido estrito: produção

²² Aqui considerados o volume em depósitos de poupança, títulos privados emitidos pelas instituições financeiras, cotas de fundos de investimentos, operações compromissadas com títulos públicos e privados, títulos públicos emitidos pelo governo federal, excluídos o papel-moeda em poder do público e depósitos à vista (M4 – M1). A metodologia é proposta conforme definições da Nota Técnica n.º 48 do Banco Central de novembro de 2018.

²³ Para calcular e relacionar com os dados da autora utilizamos o último registro anual de M4-M1.

para venda e posterior consumo que gera um novo ciclo de produção para venda e posterior consumo.

Esse tipo de análise é um indicativo do uso preferencial da relação dos títulos com o PIB, diferente de outra, aplicada por Bruno e Caffé (2015, p. 50), que compara M4 – M1 à formação de capital fixo no país. O segundo indicador pode dar margem a interpretações psicológicas – de propensão a investir, na tradição keynesiana, como fazem os autores – enquanto o exposto por Paulani relaciona-se de maneira direta ao produto. Ora, como argumentamos, o sinal de crise conduz ao entesouramento: as crises de realização das mercadorias, circundada pela queda tendencial da taxa de lucro são as causas materiais do processo de avanço da financeirização, e não uma propensão de natureza subjetiva e de livre arbítrio entre as opções de entesourar ou investir produtivamente.

2.3. Financeirização e gasto público

Participam como instituições do mercado financeiro a Bolsa de Valores, os bancos, os fundos de pensão (como investidores institucionais), o Banco Central e o Tesouro Nacional. Essas dimensões do Estado influenciam grandemente no circuito do capital de crédito bem como no da realização das mercadorias. O Tesouro Nacional compõe parte do balanço do Banco Central com os títulos emitidos pelo governo para financiamento das políticas públicas e é o responsável pelo registro do estoque da dívida juntamente com o Banco Central. Os gastos estatais do orçamento público são levados em conta por todos os agentes dos diferentes matizes de pensamento econômico. O gasto estatal, apesar de improdutivo²⁴, coloca na esfera da circulação um volume de dinheiro que permite a realização de parte significativa das mercadorias, sendo importante para a compreensão da reprodução ampliada do capital no contexto da economia (TRINDADE, 2011, 98-99). Tal fenômeno não ocorre com a dívida pública, fruto de entesouramento; ela constitui uma finalidade em si mesma para os investidores que aplicam seu capital-dinheiro, ela se constitui e se retroalimenta, comprometendo os gastos sociais e de manutenção do aparelho do Estado, drenando parte do mais-valor e dos salários para o setor financeiro.

A dívida pública é uma forma de capital fictício, ou seja, de capital que não é valor em si mesmo e que não comanda a produção de valor, função exclusiva do capital industrial. No entanto, por ser ainda capital na sociedade fundada na relação de capital,

²⁴ Aqui fazemos um adendo, no sentido de que o gasto em empresas, como a Petrobrás, que estão dentro do ciclo produtivo é de acumulação para produção de mais-valia e, portanto, produtivo. Faz-se necessária tal afirmativa na medida em que esta participação direta do Estado na produção é uma característica dos circuitos de acumulação em um dado momento histórico.

implica num direito legítimo de apropriação de uma parte do valor produzido socialmente. A austeridade, em última análise, é o nome da política econômica que força a cobrança desse “tributo” na atual fase do capitalismo neoliberal e financeirizado. O direito de abocanhar valor, como bem se sabe, é intrínseco ao atual modo de produção e, por isso mesmo, tende a ser justificado com base em preceitos morais. A austeridade, justamente porque garante um direito “sagrado” de participar no resultado da exploração, apresenta-se publicamente como uma regra imperativa de moralidade. Torna-se assim, supostamente, de um dever do governante probo que não dissipa recursos (PRADO, 2021).

O papel “regulatório” do Estado passa assim de Estado fiscal a Estado endividado, dado o esgotamento do virtuosismo keynesiano (STREECK, 2012, p.94). Campos (2001, p. 86) aponta a passagem do Estado para a esfera consumptiva, como resposta keynesiana ao aumento da produtividade do trabalho, em face da incapacidade de consumo pela sociedade e como causa propulsora do endividamento do Estado. Dá destaque ao papel da indústria bélica, no caso estadunidense e internacional. Considerando a situação do Brasil, em especial, a dívida pública é um processo histórico determinante da trajetória econômica do país. Os pressupostos do Estado de bem-estar foram e são inexistentes no país. E é dessa maneira que ele se acopla atualmente à lógica de financeirização.

Com um circuito interno incompleto do capital, nos países dependentes, como consequência de um mercado interno pouco desenvolvido, devido às condições de salário e de renda de grande parte da população, o capital externo e o investimento público marcaram o desencadeamento do ciclo do capital nessas regiões (MARINI, 2012, p. 28). Além disso, a economia brasileira sempre dependeu de capital externo, inicialmente sob a forma de dívidas, usado como um mecanismo de fuga de capitais através de juros e amortizações e, posteriormente, através da remessa de lucros.

O Estado teve uma intervenção histórica na criação de empresas estratégicas e no financiamento do setor privado no Brasil, desde a década de 1930 até a década de 1950, com iniciativas sempre presentes, até o início das privatizações, iniciadas na década de 1990, seguindo até os dias atuais. A partir de 1955, registra-se uma alteração na dinâmica do investimento, pois o país passa por uma fase de instalação, em seu território, de multinacionais produtoras de bens de consumo industrializados, empresas essas que ganharam grande impulso durante a ditadura (OLIVEIRA, 1977, p. 92-95). E a partir da década de 1980 começa o processo de financeirização, utilizando os mecanismos da dívida externa. Todos esses momentos não deixaram de prescindir da presença do Estado como coordenador, quer seja na substituição de importações, quer seja na instalação de multinacionais, quer seja no processo de privatização das estatais.

A política pública é o gênero da ação estatal sob o capitalismo (PEREIRA-PEREIRA, 2016, p. 173), através de políticas fiscais, através do gasto público, ou através da intervenção do campo político-jurídico. Nessa visão, a política social é uma espécie englobada nesse gênero, é aquela atuação que intervém na sociedade para reprimir ou atenuar as tensões no campo social, ela é articulada pelo político e incide no campo político e nos demais campos: econômico, social, ideológico, cultural. As determinações das intervenções da política social, em seu conjunto, seriam, assim, atravessadas por esses diversos níveis, sendo a dimensão político-jurídica uma de suas determinações e o lugar por excelência do Estado burguês ou Estado nação.

Não se pode ter uma expectativa idealista da política social como estruturante em essência, em países dependentes, onde predomina a superexploração e a grande massa que se encontra em desemprego estrutural. Por mais contraditória que possa ser sua existência no sentido de uma positividade civilizatória. Mesmo porque, a política enquanto tal não pode se restringir a uma pragmática,²⁵ por não se reduzir a um território da pragmática, vista como um ato administrativo puro, onde codificação da superestrutura do Estado em ação é um sistema de entradas e saídas. Não pode ser vista como parte da superestrutura que se revela em vários momentos através de diversos arranjos institucionais²⁶ jurídico-políticos, historicamente determinados, com níveis de articulação que refletem a sua contradição motora fundante: o campo da luta de classes.

O orçamento federal é uma peça da política pública que se formula quer sob a égide de políticas de cunho liberal e, no presente século, pautando-se no acompanhamento do conjunto do processo de financeirização da economia. Corresponde a um momento chave do processo político de distribuição do fundo público. Por outro lado, a financeirização impõe ao orçamento uma dinâmica de expropriação de direitos e de austeridade que tem se justificado por meio da dívida pública. Esse é um dos aspectos de seu impacto no período recente. Isso se torna relevante no desenho das intervenções estatais dos países dependentes, na atual fase capitalista de financeirização. E norteia o palco das disputas entre os diversos capitais pela apropriação do fundo público.

²⁵ A esse respeito ver Pereira-Pereira (2016, p. 167) ao referir-se ao papel da Administração Social. Netto (2011, p. 87-88) afirma que o aspecto nuclear de uma intervenção profissional é uma variável dependente das respostas com que contempla demandas históricas determinadas. Participante de uma determinada divisão social do trabalho vinculada às demandas típicas de reprodução do capitalismo maduro.

²⁶ Ao utilizarmos o termo instituições, fazemos no sentido em que Poulantzas (2019, p. 122) expressa: “um conjunto de normas e regras socialmente sancionado”. Esse uso integra alguns cuidados prévios para podermos focalizar a análise que se segue, afastando-nos do risco de abordar a execução do fundo público dentro do aspecto formal normativo.

A aparente execução “transparente” do orçamento e a sua passagem pelo parlamento, permitem aos capitalistas uma aplicação mais favorável do princípio da igualdade própria do capitalismo. Interpretamos sob essa ótica o que Mandel (1982, p. 337) denomina de “interesse e natureza social do capital na sua totalidade”. Assim o orçamento funciona como um palco mais explícito, no parlamento e na sua execução, do nível econômico das funções do Estado, por que é o principal vetor do gasto público. Isso não acontece de maneira tão explícita na política monetária que se dissolve pela sociedade.

Na tramitação do orçamento, em sua execução, os diversos interesses conflitantes das classes dominantes têm emergido com a priorização do setor financeiro em detrimento das demais parcelas. Nesse estado de coisas, cumpre um papel importante a atuação da administração pública gerencial, de cálculo racional da eficiência, onde se dá a aplicação do controle social capitalista e da transparência pública. Só sob condições excepcionais no orçamento o roubo, o “calote da dívida” e a apropriação ilegal é tolerada. Pelo contrário, tal apropriação quando ocorre o faz sob um arranjo que impossibilite jogar luz sobre ele.

Os regramentos e seus controles aperfeiçoados com o *New Public Management*²⁷ possibilitam ao neoliberalismo jogar sua lógica de cálculo e rentabilidade sobre o Estado. “Os problemas de justiça e equidade no capitalismo não são a descoberta de políticos irresponsáveis e corruptos [como amplamente proposto pelos jornais], residem no próprio seio da ordem social do capitalismo” (STREECK, p.20). Nesse sentido, o controle social ou a existência de partidos representantes da classe trabalhadora, no seio do Estado, não consegue equacionar os graves problemas sócio estruturais, pois o Estado burguês se autoneia como acima dos interesses antagônicos das classes sociais. Isso a fim de se dissolverem nele as contradições.

Se antes o Estado agia no campo da impessoalidade²⁸ e da concepção de homogeneidade do povo Nação, a esse campo é acrescida a lógica da rentabilidade e do cálculo financeiro no interior do Estado, o que é recente e perverso no sentido da liquidação das políticas sociais em

²⁷ Reforma neoliberal visando a tecnocracia e os controles públicos de maneira a aplicar na administração pública as perspectivas do cálculo financeiro e da administração gerencial e diminuição de custos. Iniciada no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso, entre os remédios prescritos está a mercantilização do trato da coisa pública através da introdução de mecanismos típicos de mercado para leitura da eficiência, efetividade e eficácia. Outro ponto, além do cálculo financeiro, consiste na transparência e na uniformização das formas de registro e controle em benefício de uma agenda do capital financeiro internacional. Foi dentro dessa perspectiva que muito se avançou no quesito transparência a partir da aplicação da Lei de Responsabilidade de 2001. Para melhor entendimento da *Neu Public Managemnt*, ver José Matias-Pereira (2008)

²⁸ O elemento de impessoalidade e igualdade no direito público e no Estado aparece em Pachukanis (2017, p. 124) “devido ao crescimento das forças sociais reguladoras, o sujeito perde sua tangibilidade material. Sua energia pessoal é substituída pela potência da organização social, ou seja, de classe, que atinge sua mais alta expressão no Estado”. Aqui se situa o poder estatal impessoal abstrato.

países dependentes onde a tônica da relação de classes sempre foi a da superexploração, do desemprego estrutural e de uma atuação social precária do Estado.

A análise a seguir é feita com base na classificação contábil do desembolso conforme ao que se denomina função. No caso, o orçamento é repartido entre as diversas funções e subfunções correspondentes: defesa, dívida, legislativa, educação, administrativa, entre outras. Verifica-se o peso da dívida nos gastos do governo federal quando comparamos o percentual de desembolsos efetuados a título de pagamento de juros e amortizações refinanciadas, feitas ao setor financeiro em relação ao total do gasto do governo no ano para pagamento de todas as outras despesas, como educação, saúde e previdência.

Outra análise se dá pelo grau de endividamento, em termos de estoque da dívida em relação aos desembolsos orçamentários anuais. Abaixo apresentamos duas relações: desembolsos para pagamento de juros e amortizações em relação percentual do total dos desembolsos do orçamento e, por outro viés, o estoque da dívida em relação ao total dos desembolsos do governo federal (este que inclui os juros, os serviços da dívida e os repasses constitucionais ou espontâneos a estados e municípios).

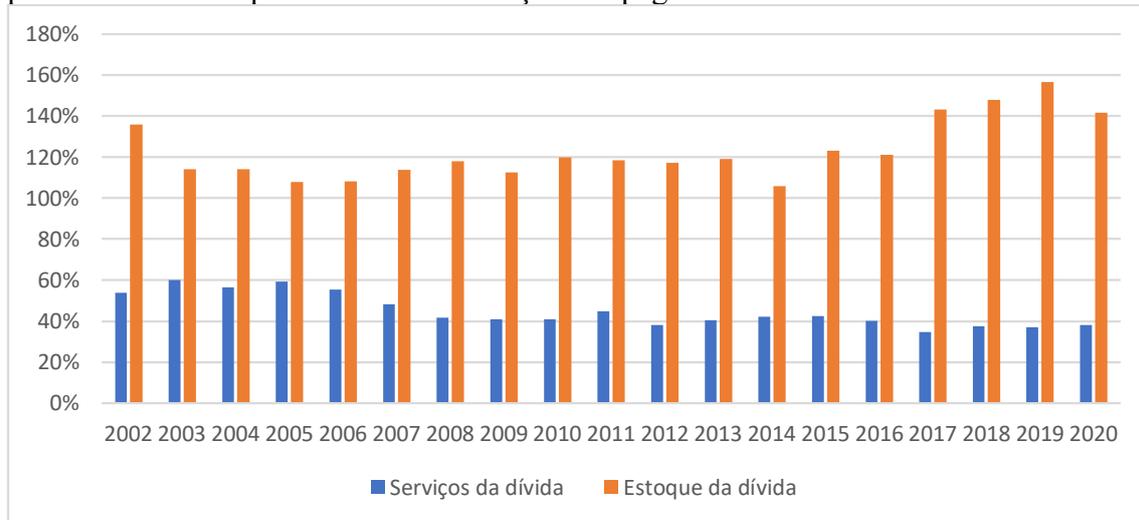
A coleta de dados teve como fonte o Tesouro Nacional. Referente aos desembolsos, utilizamos o SIGA Brasil, sistema disponibilizado pelo Senado Federal que colhe os dados diretamente do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal. Em relação aos estoques, utilizamos o Relatório Anual da Dívida de 2003 a 2020, cujo responsável pela emissão é o Tesouro Nacional.

Para a consulta no SIGA Brasil, os filtros e valores utilizados foram: orçamento fiscal, da seguridade e investimentos; classificação funcional programática, através da subfunção, e valores pagos.

A análise inicia-se a partir de 2002 que é o primeiro registro do estoque da dívida pública federal para análise, quando o montante era de R\$ 893,3 bilhões de reais e termina em 2020, quando o estoque chegou a R\$ 5 trilhões de reais a preço corrente. O período de maior comprometimento do orçamento com o pagamento da dívida foi em 2003, quando os juros e amortizações consumiram 60% dos desembolsos. O ano de maior crescimento do estoque foi 2015, quando houve um aumento de 22% em relação ao ano anterior.

O preço da dívida são os juros pagos, que também têm um peso efetivo no gasto do governo, em dívidas caracteristicamente de curto prazo e altos juros. Em 2003, os juros sozinhos corresponderam a 44% do gasto, 46% em 2005, ocorrendo uma participação de 17% em 2012, 2018 e 2019. Essas variações podem ser lidas como fruto do peso político do capital financeiro no país e sua eventual capacidade de ser o marcador do preço da dívida.

Gráfico 2: Percentual dos serviços da dívida em relação aos pagamentos totais efetuados e percentual do estoque da dívida em relação aos pagamentos totais efetuados.



Fonte: SIGA Brasil para dados dos serviços e juros e Relatório Anual da Dívida para dados do estoque, Tesouro Nacional. Elaboração própria.

Esses dados, em conjunto, mostram a principal forma de apropriação da divisão do fundo público. Tratou-se de uma dívida cara e de curtíssimo prazo no período dos governos do PT.

Dado o volume das amortizações e o conseqüentemente comportamento volátil devido ao seu curto prazo, estas as aplicações apresentaram uma dinâmica especulativa em termos das condições de sua contratação.

O prazo e preço da dívida continuaram desfavoráveis e refletem essa amarra cíclica do orçamento à dívida, o que é agravado no governo Bolsonaro, não pela volatilidade e custo da dívida, mas pelo seu estoque. O que não quer dizer, no entanto, que o alongamento do prazo resolva o problema do patamar dos juros pagos e do comprometimento do fundo público com a financeirização. Antes pelo contrário, para entender as determinações da política social há que se entender a sua localização histórica no contexto de crise e do posicionamento dos Estados dependentes no mundo capitalista financeirizado, como expusemos anteriormente. A financeirização e mercantilização das políticas sociais, juntamente com a desregulamentação das relações de trabalho, apontam o caminho pela acumulação financeira e pelo aumento da massa de mais-valia extraída. A mercantilização pode se dar também através do rebaixamento de valores e ou quantidade de benefícios e beneficiários.

Segundo Brettas (2020, p. 24) a análise da política social, nesse período, acompanhou dois movimentos: (i) impacto das medidas de austeridade nas políticas sociais e (ii) maior participação do setor privado em setores como saúde, educação e previdência. Um exemplo do rebaixamento do valor é a limitação do benefício de aposentadoria dos servidores públicos, que

transforma o regime de solidariedade entre gerações em um regime atuarial (de cálculo financeiro e com aplicações no mercado visando rentabilidade, caracterizado pelo risco do beneficiário condicionado pelo risco de mercado). Um exemplo de diminuição no volume dos benefícios é a ampliação dos requisitos necessários de acesso ao mesmo, caso de particular interesse no presente estudo, que foram as alterações sofridas no seguro-desemprego no sentido de restrição de acesso. Dessa forma um contingente maior de desempregados passa a arcar por conta própria com a situação de desemprego.

A seguir relacionamos a participação percentual em relação ao total de desembolsos anuais do orçamento dos seguintes grupos:

- (i) Legislativo, Judiciário, administrativo, defesa nacional e infraestrutura, sendo esta última o agregado de despesas como, recursos hídricos, abastecimento, agricultura, produção industrial, comércio, energia elétrica, combustíveis, transporte aéreo, rodoviário, comunicações, etc.
- (ii) Gastos sociais, que inclui saúde, educação, segurança pública, previdência social, proteção ao trabalho e relações de trabalho, cultura, serviços essenciais à justiça, assistência social, direitos de cidadania, infraestrutura urbana e rural, incluindo transporte, habitação e saneamento, reforma agrária, desporto e lazer.
- (iii) Dívida pública
- (iv) Outros Encargos Especiais, que inclui precatórios, subvenções e transferências a outros entes nacionais²⁹. Existem outros Encargos Especiais que são gastos sociais, como os Fundos regionais e do Distrito Federal, que não foram incluídos no item (ii) por não representarem uma alteração substancial no montante.

Foi considerada para a primeira análise, no total dos desembolsos do governo federal, o montante gasto com refinanciamento da dívida pública para apuração dos gastos totais, visto que o enfoque dessa análise é a limitação que a gestão da dívida pública em termos de prazos, taxa de juros e estoque impõe aos gastos públicos. Na análise do gráfico 4 foi considerado o total de desembolsos líquidos do refinanciamento. Tal abordagem visa posterior comparação dos efeitos econômicos dos gastos do governo em relação a outras variáveis macroeconômicas, pois no refinanciamento o governo liquida títulos, jogando moeda na economia e vende outros no mesmo montante, retirando moeda da economia.

²⁹ As Operações Especiais comportam as transferências a estados e municípios dentro do grupamento subfunção. Ao detalharmos a função podemos relacionar a que tipo de atividade a autorização da despesa está vinculada no estado ou no município. A partir daí que se pode filtrar os gastos sociais nos entes provenientes do governo central.

A primeira análise (gráfico 3) é de gestão, e está intimamente relacionada às funções do Tesouro e aos impactos internos da dívida no gasto público. Ela relaciona a evolução da dívida e dos gastos sociais, que revela o peso e o comprometimento do orçamento com a financeirização da sua receita. Nota-se que, a partir de 2017, os encargos da dívida diminuem significativamente e aumenta o estoque, sendo a partir deste ano que os gastos sociais passam a ser maiores que o pagamento da dívida. Essa foi uma aposta da burguesia nacional no projeto de austeridade fiscal do governo Temer e na larga avenida que a reforma trabalhista abriu para extração de mais-valia.

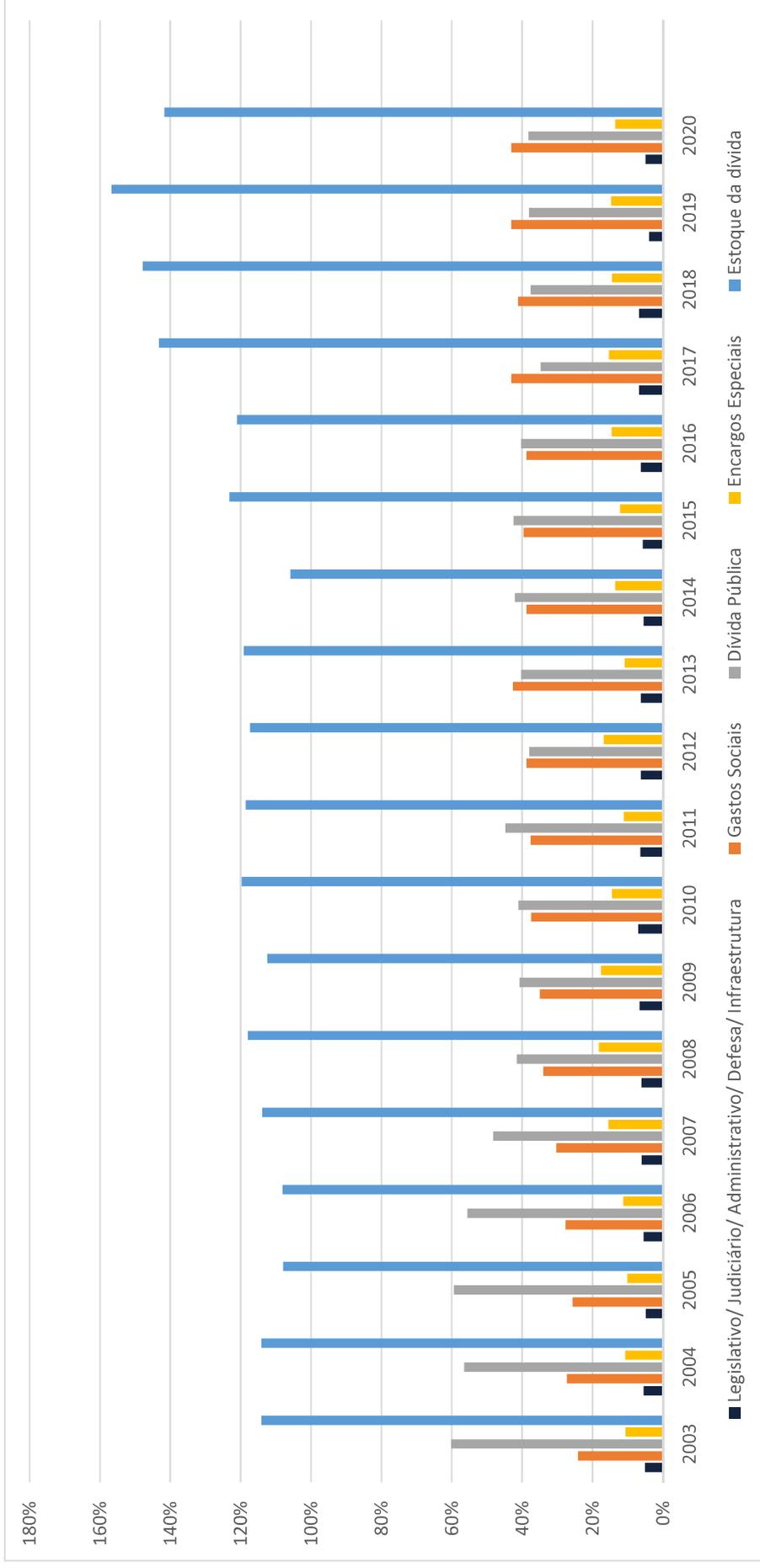
Em relação ao gráfico 4, podemos verificar a significativa redução da previdência e do seguro-desemprego e gastos com o trabalho em geral. Como também um aumento significativo das transferências de renda, que passam a cumprir um importante papel político, como um uso da máquina pública³⁰. Verifica-se que os serviços da dívida diminuíram significativamente em 2016 e 2017 e que o estoque da dívida ampliou consideravelmente em 2019.

O Brasil, se comparado aos países latino-americanos possui ainda uma grande participação dos gastos sociais no orçamento (COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2018), o que se traduz numa margem considerável de possibilidade de aprofundamento da mercantilização e financeirização das políticas sociais. E, que só pode se dar mediante uma imposição de maior subalternização dos trabalhadores frente aos requisitos dos setores dominantes junto ao fundo público e à necessidade de extração de mais-valia na economia.

O Balanço da União, aqui demonstrado parcialmente pela sua execução no período (Gráfico 3, no que tange à gestão da dívida e Gráfico 4, no que tange aos Gastos Sociais discriminados), constitui uma parte incompleta da realidade, visto nele integrar ações favorecedoras de determinados setores econômico-sociais atuantes em outros níveis sociais, em lugar do Estado em sentido restrito, e que o próprio Estado atua também em outros níveis e campos, como o monetário, tributário, jurídico, ideológico etc.

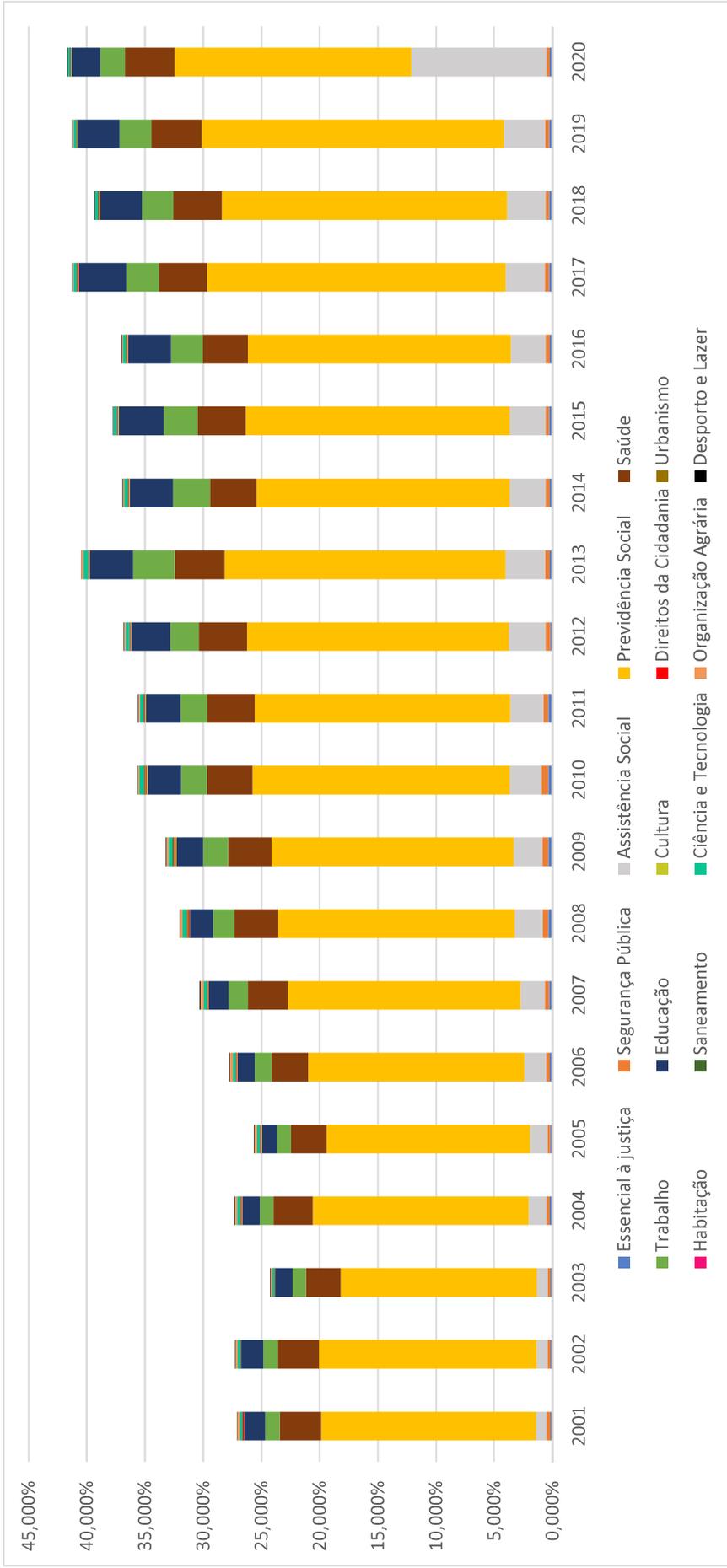
³⁰ Procuraremos desenvolver, no capítulo 4, o significado econômico político, das transferências.

Gráfico 3: Relação Gastos Sociais, Dívida Pública e Estoque da Dívida em relação ao total dos gastos do orçamento



Fonte: SIGA Brasil e Relatório Anual da Dívida – Tesouro Nacional. Elaboração própria

Gráfico 4: Participação dos Gastos Sociais no desembolso líquido do governo federal³¹



Fonte: SIGA Brasil. Elaboração própria

³¹ Gasto líquido total exclui dos desembolsos realizados o montante refinanciado da dívida pública.

A repartição do fundo público é uma das faces do metabolismo social do Estado, mas não a sua essência, que se constrói na dinâmica contraditória de subordinação e afirmação das classes no capitalismo, da construção de hegemonia e contra hegemonia.

Na seção seguinte, focalizaremos os impactos econômicos e sociais que as políticas neoliberais (que têm por fundo a lógica própria do capital financeiro) trouxeram à classe trabalhadora, e sua mobilidade e fluidez entre zonas de emprego e desemprego – entendido como o exército industrial de reserva – e a exacerbação da precariedade do trabalho no Brasil.

Para uma análise mais precisa desses movimentos, deve-se acoplar as variações e reafirmações que a financeirização e as políticas neoliberais trouxeram à configuração das frações burguesas, e que em última instância vai determinar a “gestão” e prioridades do gasto social. Os limites impostos pela financeirização só podem ser compensados com o discurso de nação e crescimento, redistribuição e prevalência do social, enquanto a maioria da população mergulha no subemprego e no desemprego e os serviços sociais são desmontados.

Os impactos econômicos e sociais, provocados pelas políticas neoliberais, fundadas na lógica própria do capital financeiro, transformam-se em impeditivo para qualquer proposta social desenvolvimentista. Essa situação é agravada pela dependência em que se encontram os países latino-americanos na divisão internacional do trabalho. O próprio caráter contraditório das frações burguesas perante a sua impossibilidade de afirmar-se como burguesia nacional é um impedimento à implementação de pautas desenvolvimentistas.

Nesse quadro, as respostas às refrações da questão social remetem a outro problema que, segundo NETTO (2011, p. 94), “confronta o assistente social com um tecido heteróclito em que se move a sua profissionalidade: a teia em que se vê enredada se entretetece de fios econômicos, sociais, políticos, biográficos etc.”

A seguir discutiremos a relação entre trabalho e exploração, em que as diversas formas de manifestações do confronto capital-trabalho não se nivelam e escapam a modelos abstratos-formais de intervenção, de procedimentos de encaminhamentos e de *catalogação*.

3. Trabalho e exploração

No capitalismo a compulsão à acumulação do capital – dinheiro que se valoriza – e para o aumento da produtividade do trabalho, desenvolveram bases materiais, sociais e tecnológicas para um certo tipo de desenvolvimento humano. Dada a lógica do sistema capitalista, coabita com a ampla riqueza gerada a mais profunda miséria como mecanismo imanente de reprodução. Diferentemente de modos de produção anteriores, altamente conservadores, o capitalismo para se expandir se revoluciona de maneira frenética.

A compulsão capitalista para auto expansão, em meio de crises, faz com que o capital sempre procure novos territórios: desde o campo fictício do valor – capital fictício – até a expansão territorial; desde a dilatação do tempo dedicado ao trabalho até o aumento da intensidade e desenvolvimento da tecnologia associada ao mais-valor relativo.

Sob essas formas o capitalismo explora e expropria o máximo que pode, removendo obstáculos, tendo como regra fundante a acumulação. Se a necessidade de acumulação decorre da concorrência capitalista, a mobilidade do trabalho decorre da necessidade de acumulação.

Mobilidade do trabalho que entendemos por:

- (i) “liberdade” de se locomover nos diversos territórios, incluindo movimentos transnacionais e internacionais, movimentos no local de trabalho, movimentos de ir e vir de sua moradia ao local de trabalho;
- (ii) “liberdade” de se locomover em busca da utilização da sua força de trabalho frente à centralização do capital e expropriação em zonas rurais;
- (iii) “liberdade” de dilatar o seu período de atividade e de se intensificar no tempo de jornada;
- (iv) “liberdade” social de mobilidade através da sua complexificação – transformação do trabalho simples em complexo através do domínio de tecnologia e conhecimento – que acarreta uma especialização – e conseqüente trabalho parcelar – maior divisão e hierarquia no interior da classe trabalhadora e, por fim,
- (v) frente a liberdade de comando capitalista da força de trabalho: liberdade de se negar a vender a sua força de trabalho.

Todos esses componentes estão ligados à elevação da composição orgânica do capital e aos avanços tecnológicos, suas conseqüentes barreiras e diversificação e divisão do trabalho em escala mundial.

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Les dés sont pipés* [os dados estão

viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja independente da oferta de trabalhadores (MARX, 2013, p. 715).

O mercado de trabalho compõe a lógica dos demais mercados – autorregulando-se pela competição, como via de acumulação – sob as determinações dos nexos sociais de sua mobilidade, que se baseia na sua liberdade. A mesma liberdade que percorre várias camadas, desde a satisfação de necessidades primárias até realização da subjetividade.

Em termos de distribuição e troca, todos somos vendedores e compradores. A lógica da circulação consiste em vender para comprar e comprar para vender. Mesmo que existam trabalhos não remunerados, tais como o trabalho doméstico, estes se inserem no circuito da distribuição na ordem capitalista de reprodução do valor.

3.1. Os deslocamentos no território como migração interna

Para fazer uma periodização dos movimentos migratórios da sociedade brasileira e a consequente transformação dos conteúdos e arranjos dos lugares pelo território, Santos e Silveira (2001, p. 30-34) derivam a formação inicial das atuais concentrações populacionais em algumas zonas econômicas da demanda externa aliada à localização do poder político administrativo. Essas duas seriam uma primeira lógica de ocupação.

Segundo os autores (2001, p.37), do começo do século XX à década de 1940, ocorre o processo de transição que forma uma rede brasileira de cidades com uma hierarquia nacional articulada a um crescimento industrial característico dos países dependentes.

Rompia-se, desse modo, a regência do tempo “natural” para ceder lugar a um novo mosaico: um tempo lento para dentro do território que se associava a um tempo rápido para fora. [...] O aparelhamento dos portos de estradas de ferro e as novas formas de participação do país na fase industrial do modo de produção capitalista permitiram às cidades beneficiárias aumentar seu comando sobre o espaço regional [...] uma topologia marcada por desconexões decorre sobretudo de uma vida circunscrita às regiões, embora orientada para a satisfação de matérias-primas além dos mares. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 37).

Além do processo de industrialização, chama a atenção outros fatores relativos às precárias condições de reprodução da vida da população rural, como acesso à energia elétrica, saneamento entre outros, além da estrutura fundiária. Em 1960, 32.825 proprietários reuniam 44,62% da superfície destinada à agricultura enquanto 3,32 milhões dispunham de 52,71%. No período entre 1950 e 1960, o índice global do crescimento populacional fica em 39%, enquanto nas cidades esse índice é de 54% (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 40).

Tradicionalmente as origens dos migrantes para as grandes metrópoles eram Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Esse ciclo segue até a década de 1970, quando algumas áreas, anteriormente de atração, transformam-se em zonas de expulsão, cujos segmentos da população se direcionam, pioneiramente, para novas fronteiras, como a Amazônia e Mato Grosso, mantendo-se, no entanto, o alto nível de concentração regional.

Nesse período, observa-se, simultaneamente, uma mecanização da agricultura com emprego de trabalhadores volantes, mobilizados em épocas próprias, dedicando-se no restante do tempo às atividades do terciário. Além do fato de que a capitalização do campo produz o êxodo rural, que provoca a saída dos trabalhadores para a cidade, formando os “mocambos”, favelas e se constituindo em exército industrial de reserva.

Registra-se também nas décadas de 1970 e 1980 uma acentuada concentração e centralização da renda, tudo caminha para a gestação de uma maior especialização territorial, sendo o Sul e o Sudeste os concentradores da produção de bens mais “nobres” e escassos (SANTOS; SILVEIRA; 2001, p. 48-50).

A partir do fim da década de 1970 e no período das décadas de 1980 e 1990, vê-se o aparecimento das migrações regionais em lugar da predominância anterior, das migrações de grande distância, das migrações que vão do urbano ao urbano em lugar das que predominantemente iam do rural ao urbano. Segundo alguns autores, tal fenômeno decorre da desconcentração da indústria – com destaque para o estado de São Paulo – e da guerra fiscal entre os estados (BAENINGER, 2012, p. 1; BAENINGER, 2001, p. 75; SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 106-115).

Observa-se, além do aumento da migração interna no estado de São Paulo, a tendência de reversão dos sentidos das migrações de longa distância, esses dois fenômenos começam a ser captados a partir da década de 1980, São Paulo e Rio de Janeiro apresentem saldos migratórios negativos. Essa tendência persiste com algumas variações até 2015 (BAENINGER, 2001; PNAD 2001 a 2015). No período 2001 a 2015, quase 15 milhões de deslocamentos foram registrados entre as unidades da federação, sendo que destes, 2 milhões (13%) estavam voltando à unidade da federação onde nasceram, conforme PNAD de 2001 a 2015.

A PNAD 2015 foi o último levantamento dos movimentos migratórios internos realizados até o momento. O levantamento feito a cada ano tomava como referência os cinco anos anteriores de movimento migratório entre as unidades da federação, questionando-se a unidade de origem e identificando a de destino para a amostra. Esse mesmo período (2001 a 2015) demonstra a manutenção da tendência de migração em direção a locais que

historicamente expulsavam população, com destaque para Minas Gerais e Goiás. Há, também, a manutenção da reversão de regiões anteriormente de atração, com destaque para São Paulo que, no acumulado do período, apresentou um saldo negativo de 268 mil pessoas. A unidade da federação que mais atraiu migrantes foi Goiás, com um saldo positivo de 486 mil pessoas no período (PNAD, 2001 a 2015). O último registro de São Paulo, porém, demonstra um saldo positivo de influxo de população discrepante com a tendência anterior. Minas Gerais também apresenta um forte movimento de entrada no período como um saldo migratório total de 275 mil no período.

Na PNAD de 2015 os trabalhadores imigrantes ocuparam, em sua maioria, postos de trabalho no comércio do seu estado de destino (18%, do total de imigrantes ocupados), seguido pela construção civil e a indústria de transformação. Mas há presença também significativa dos serviços domésticos. Isso reflete o estado das ocupações no país, onde o comércio é o maior empregador. São Paulo, com um saldo migratório negativo no período de 2001 a 2011 teve principalmente o comércio e a indústria de transformação como setores de destino dos imigrantes. Vê-se aí uma diferença regional, no tocante à indústria, entre Minas e São Paulo, o primeiro com uma presença fraca nesse quesito. Goiás foi o estado que acumulou o maior saldo positivo de migrações de 2001 a 2015. No total, 1 milhão de pessoas entraram no estado nesse período. A PNAD 2015 apresenta o comércio, a indústria de transformação e a agricultura como os locais onde os migrantes mais conseguiram postos de trabalho. Esses dados constituem indicadores da polaridade nacional ainda existente em relação aos ramos de ocupação, relacionados às diferenças sociais dos diversos lugares e suas transformações.

Existe uma presença importante de serviços de baixa remuneração entre os migrantes, talvez decorrente da própria migração interna no país, sendo que a indústria de transformação, apesar de sua importância, perde para serviços em termos de ocupação dessa população que migra internamente.

O avanço do comando do capital sobre o território e sobre o trabalho conduz a que desigualdades tidas como “naturais”, no período anterior a 1970, se desenvolvam para uma especialização que gesta os contornos das desigualdades sociais pelo território.

Considerando: (i) o agravamento das condições de superexploração, (ii) a expansão dos serviços em termos de postos de trabalho, (iii) a vocação de suprir o mercado internacional com matérias primas e alimentos e (iv) a impossibilidade de investir na indústria de maquinário, podemos resgatar a análise do Santos e Silveira:

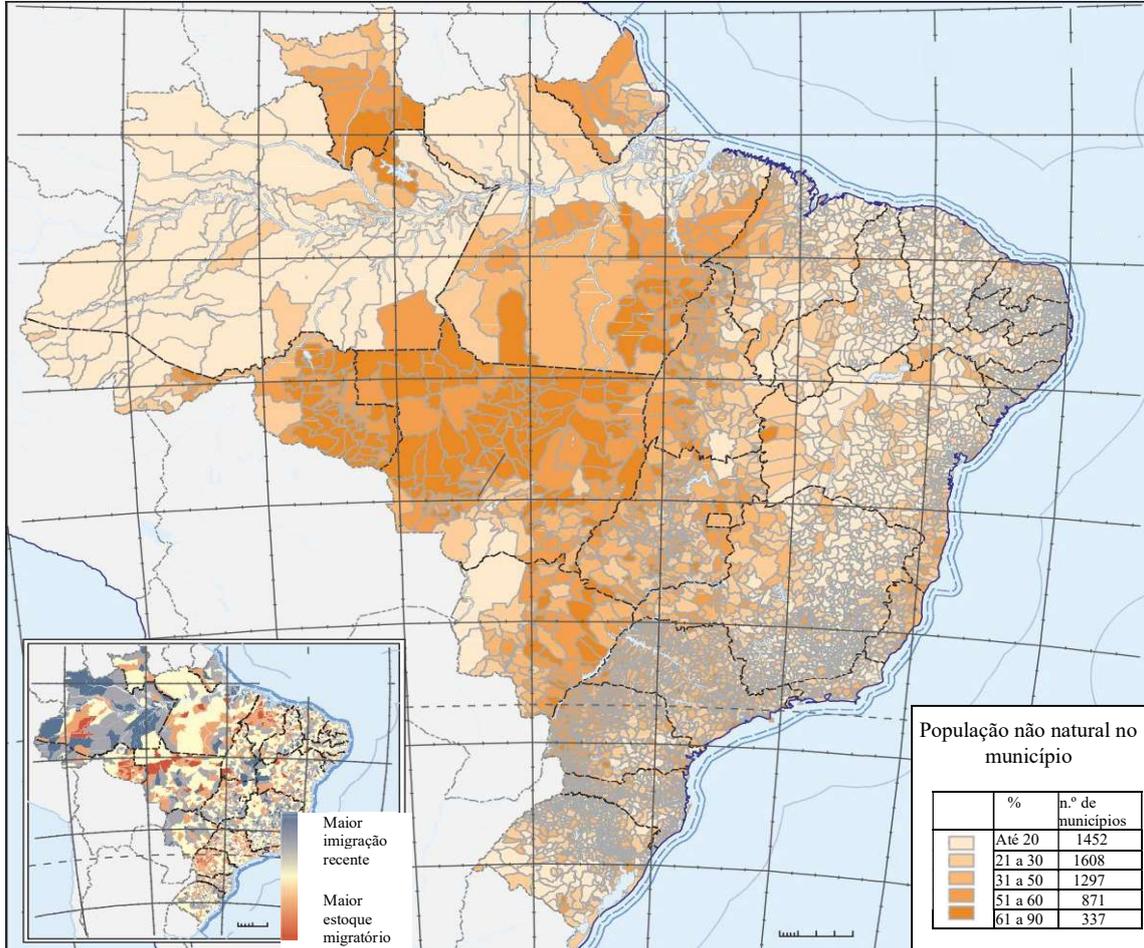
O Estado é, portanto, compelido a adotar uma política de grande potência, favorecendo as maiores empresas sem consideração pelas massas cada vez mais

empobrecidas. Nesse período ocorre uma grande ruptura [...]. Uma autonomia relativa de lugares é substituída por uma interdependência crescente e sobretudo a interdependência “local” entre sociedade regional e natureza, fundada em circuitos locais, é rompida por circuitos mais amplos em mãos de poucos produtores. [...] De um tempo lento, diferenciado segundo as regiões, passamos a um tempo rápido, um tempo hegemônico único, influenciado pelo dado internacional (SANTOS; SILVEIRA, 2011, p. 52)

Os núcleos urbanos com mais de 20 mil habitantes passam de 27,2% do total de cidades em 1960 para 61,42% em 1996. Em relação à população total, passam de 60,3% para 78,38%, respectivamente, já as cidades com mais de 100 mil habitantes passam de 101, em 1980, para 175 em 1996 (SANTOS, SILVEIRA, 2001, p. 203-206). Assim, a diversidade anteriormente existente ganha novo conteúdo que acentua as desigualdades do trabalho, aumenta a massa de superexploração. A integração amplia-se e altera-se, sem deixar de manter, na sua essência, a subordinação dos lugares territoriais e sociais; acrescenta-se a isso, o início de um intenso rompimento com as barreiras naturais. Essa perspectiva de mobilidade migratória não pode estar dissociada das diversas formas de mobilidade do capital, determinantes da mobilidade do trabalho, além de aspectos subjetivos envolvidos na trajetória política sindical. Mas faz-se importante notar nesses processos históricos recentes a condição de reprodução do colonialismo na formação da rede de cidades no país.

A relação hierarquizada entre as diversas regiões insere-se no contorno da configuração desses movimentos, devido às desigualdades e particularidades inerentes às diversas regiões, próprias de sua formação, associada com a evolução do sistema como um todo. A combinação dos elementos em processo forma movimentos migratórios particulares e implicam na modificação dos territórios, refletindo a posição brasileira na economia internacional.

Figura 1: População não natural e correlação entre população migrada e migração recente



Fonte: Atlas do censo demográfico 2010 IBGE. Adaptado.

À medida que se desenvolve a dispersão territorial no país, provocada pelo movimento contraditória de atração versus expulsão, cresce uma nova relação dialógica entre as regiões pressupondo e reafirmando a hegemonia daquelas localidades historicamente formadas no topo de uma hierarquia econômica e cultural. Daí a “desnaturalização” referente à mudança na intensidade e de sentido – na direção do interno ao externo – das regiões interiores do país apontadas por Santos e Silveira. As cidades que apresentam maior percentual de imigrantes, em relação ao seu tamanho original nos fluxos recentes, apresentaram um maior impacto nas alterações culturais e econômicas, quer seja tal imigração provocada por ações do Estado, quer seja consequência da descentralização do capital e alterações das atividades econômicas subsequentes. É o caso do estudo de Hoelle (2021) que produz um relato interessante da alteração da cultura seringueira de preservação da floresta, no Acre, sufocada progressivamente

por uma cultura do gado, que vê na presença da floresta o signo de improdutividade e de fracasso.

Todos esses movimentos estão, em um grau crescente, associados à internacionalização do capital e à financeirização e à acentuação das desigualdades internacionais. Decorre daí uma especialização territorial que começa na década de 1980 e prossegue até 2019. No âmbito internacional, a desconcentração geográfica do capital, do ponto de vista do capitalista individual, é uma resposta às possíveis vantagens em sua localização frente à concentração de sindicatos atuantes, nível salarial e circuitos possíveis do capital em uma determinada região, sem desconsiderar o processo combinado desse circuito local com o os de maior escala de alcance.

Esses processos de reconfiguração do território são uma parte componente do sistema mundial, das assim chamadas “cadeias globais de valor” que privilegiam e hierarquizam os territórios no toque das grandes empresas globais. Conforme Cassiolato (2013, p. 371), o processo decisório dessas empresas, intimamente vinculadas à financeirização, repousa nos grandes centros de decisão (CASSIOLATO, 2013, p. 369).

A presença de investimentos estrangeiros diretos, nas economias dependentes, ao contrário de promover o avanço e desenvolvimento tecnológico e industrial, dilapida o capital tecnológico por ventura ali formado e aumenta a dependência em relação a esses centros decisórios. Assim, a desindustrialização da economia brasileira passa pela financeirização, mas também por uma especialização dos territórios na produção global. Aqui procuramos reafirmar que as estratégias de financiamento, através dos investimentos estrangeiros, nunca foram uma alternativa, nem atual, nem nas pautas cepalinas.

Isso posto, frente às evidências nacionais e internacionais, concordamos com Chesnais *apud* Cassiolato (2013, 379) quanto ao salto qualitativo das relações com as economias centrais no aspecto econômico, aprofundando a especialização brasileira – no setor exportador de commodities e no setor de comércio e serviços – que gera um gap tecnológico e industrial ainda maior que no período precedente.

3.2. Superexploração, plasticidade da força de trabalho enquanto mobilidade no capitalismo

3.2.1. Contextualização

Cadeias de valor podem ser definidas como o conjunto de atividades necessárias para entrega do produto ao consumidor final; uma cadeia pode se dar em nível global, nacional,

regional ou inter-regional. O importante é que o ciclo apresente condições de ser concluído. Do ponto de vista das empresas que se organizam globalmente, trata-se de *fragmentar* o processo produtivo, formando uma cadeia de fornecedores e multiplicando-os através do mundo (EUROSTAT, 2022). Tal comportamento potencializa a competitividade dos oligopólios e reduz as chances de negociação de preços dos fornecedores de insumos e componentes. Esse é um argumento de cunho organizacional, de base microeconômica, alinhada à teoria neoclássica da firma, dos custos de transação e da teoria da inovação. Um de seus objetivos é alcançar um posicionamento *estratégico* com fornecedores como fonte de vantagem competitiva, apontado a partir de 2008-2009 para a intensificação de um rearranjo da localização internacional da indústria, em especial na China, associada também à financeirização e ao incremento do setor de serviços no mundo (SCHERER, 2014, p.76-78).

As cadeias de valor estão assentadas em um conceito divergente do que utilizamos até aqui, pois valor é algo totalmente diferente em Marx, que entende a origem do lucro no mais-valor, como exploração do trabalho. “O processo de produção capitalista consiste essencialmente na produção de mais-valor, representado pelo mais- produto, ou na alíquota das mercadorias produzidas, na qual o trabalho não pago está objetivado” (MARX, 217, p. 283).

Situada na esfera da circulação a cadeia de valor desconsidera, na formação dos preços, a relação interna ao processo produtivo de extração de mais-valor como uma ligação indissociável com a realização, no processo de circulação. Trata o valor como preços de mercado, em contraste com a concepção de valor como trabalho abstrato.

As mercadorias são produzidas por um conjunto coordenado de trabalhos concretos, normalmente executados na fazenda, fábrica ou escritório. Esses trabalhos são executados com diferentes graus de eficiência, por trabalhadores com distintas qualificações, usando diversas tecnologias e em diferentes momentos. Apesar dessas diferenças, todas as mercadorias do mesmo tipo têm o mesmo valor, que aparece através do preço. Ao contrário dos preços, o valor do produto não pode ser determinado ao nível da firma ou do setor da economia por duas razões. Primeiro, a criação de valor é um processo social determinado pela predominância de relações de produção específicas [...]. Segundo os valores e os preços são determinados pelo tempo de trabalho abstrato (SAAD-Filho, 2011, p. 95)

Feita essa ressalva, resgatamos que Marx, não sendo o primeiro a falar da reprodução e distribuição do produto (RUBIN, 2014, p.171), estabelece sua conexão com o mais-valor oriundo do processo produtivo social.

O processo imediato de produção do capital é seu processo de trabalho e valorização, processo cujo resultado é o produto mercadoria [...]. Quer consideremos o ciclo na forma D...D' ou na forma P...P, o próprio processo direto de produção constitui apenas um elo desse ciclo. Numa forma ele aparece como mediação do processo de circulação, na outra, o processo de circulação aparece como mediação. [...] . Cada capital singular, no entanto, forma apenas uma fração autonomizada do capital social

total – uma fração dotada, por assim dizer, de vida individual –, assim como cada capitalista individual não é mais que o elemento individual da classe capitalista (MARX, 2014, p. 449)

Essa conexão, vista do ponto de vista da circulação, se faz através da distribuição do mais-valor na circulação – entre capital industrial, mercantil e financeiro, basicamente – e o consumo individual não produtivo. O autor aproveita e recicla a teoria de Quesnay da reprodução social como um agregado, num produto social, que é posteriormente distribuído entre classes (RUBIN, 2014, p. 188; MARX, 2014, p. 275).

Os diferentes capitais abordados pela teoria marxiana (comercial, industrial e financeiro) e os diferentes ramos, produtores de insumos, maquinário, bens finais e serviços, encontram-se no processo da circulação do capital, enquanto partícipes da reprodução ampliada que, por se dar através da troca generalizada de mercadorias, envolve a produção e a circulação (espaço onde ocorre a distribuição, como um único processo combinado).

A análise inicia-se na situação no mercado dos capitalistas individuais, seus custos, sua tecnologia, sua taxa de exploração *como socialmente dados*, sem desconsiderar a associação complexa da rede de trocas entre os produtores, o que transforma qualitativamente a análise, consistindo, em última instância, no cumprimento do ciclo do capital, iniciando com o capital adiantado, com o objetivo de sua acumulação (MARX, 2013, p. 655). Como adverte Marx:

As condições diretas de exploração e as de sua realização não são idênticas. Elas divergem não só quanto ao tempo e ao lugar, mas também conceitualmente. Uma são limitadas pela força produtiva da sociedade; outras, pela proporcionalidade entre os diversos ramos de produção e pela capacidade de consumo da sociedade. Essa capacidade não é determinada pela força absoluta de produção nem pela capacidade absoluta de consumo, mas pela capacidade de consumo sobre a base de relações antagônicas de distribuição, que reduzem o consumo da grande massa da sociedade a um mínimo só suscetível de variação dentro de limites mais ou menos estreitos. Além disso, ela está limitada pelo impulso de acumulação, de aumento do capital e da produção de mais-valor em escala ampliada (MARX, 2017, p.284)

No entanto a relação entre as esferas de produção e de circulação escapa ao escopo texto, pois, o produto se dá pela equalização de todos os trabalhos particulares em trabalho em geral, por meio das trocas generalizadas, que consiste na própria abstração do trabalho concreto (SAAD-FILHO, 2001, p. 505-511). O produto da economia é consensualmente registrado pelo preço da oferta realizada (produtos criados e vendidos no ano), não se computa, no cálculo do PIB, por exemplo, a venda de uma casa construída em ano anterior, mas computa-se a comissão de corretagem. Outros critérios são necessários para este cálculo: desconta-se a formação de estoques (produtos que foram criados e não vendidos), desconta-se também os insumos advindos de outros setores, como por exemplo, o ferro comprado por uma indústria para produção de bens, ou um componente fabricado em uma indústria e vendido a outra para

montagem. Essa medida evita a dupla contagem do insumo produzido por um capitalista e utilizado por outro na composição dos custos de fabricação de uma mercadoria.

O produto é expresso em preços e sua correlação no tempo implica na utilização de deflatores setoriais. Ora, como dissemos antes, o preço é a forma de representação do valor, mas são duas categorias distintas, pois, valor é trabalho abstrato. Esse é um dos motivos do PIB não refletir o que é o produto na ótica marxista, além de outros fatores desconsiderados pela economia burguesa. O produto é o efeito da acumulação e de relações históricas sociais na ótica marxiana. Na mesma medida, acresce-se também o fato de o PIB ser utilizado como uma unidade de conta, sem se reportar ao desemprego, às condições de saúde e educação e às diversas tramas da questão social, entre elas: a força de trabalho como mercadoria.

A verdade é que sequer medimos a qualidade da alocação dos recursos. A nossa principal medida de progresso, o PIB, não mede nem o desastre ambiental nem o drama social. Não contabiliza o que se produz, nem a quem vai o produto, nem a redução do capital natural do planeta, além de contabilizar como positiva a poluição que exige grandes programas de recuperação. Na realidade, o PIB apresenta apenas a média nacional de intensidade de uso da máquina produtiva (DOWBOR, (2017, p.31).

Os movimentos entre os diversos setores e suas particularidades, têm que ser referenciados ao trabalho, às condições de miserabilidade da população e ao desperdício em geral que o capital promove. O aumento da participação dos serviços e o baixo desempenho do crescimento industrial no Brasil, não pode ser deslocado da financeirização e da divisão e especialização da América Latina no mercado mundial no momento de globalização e seus efeitos decorrentes.

No Brasil, no período de 2002 a 2019, constata-se a predominância dos serviços, que oscilou em torno de um pouco mais da metade do valor agregado do PIB – com destaque para serviços imobiliários e financeiros, ao apresentar uma média de 46% da oferta agregada do setor de serviços³². Observa-se também a partir de 2014, um crescimento na agricultura e indústria extrativa, e uma retração na indústria de transformação, conforme dados do consolidado do Sistema de Contas Regionais do IBGE. O crescimento dos setores em 2019, em relação a 2002, foi de 70% para a agropecuária, 46% para o comércio, 30% para a administração pública, 62% para serviços, 17% para a indústria de transformação e 68% para a indústria

³² Esse levantamento foi baseado na aglutinação de alguns setores do Sistema de Contas Regionais do IBGE. Assim, continuaram segregados, como no original: (1) Agricultura, (2) Comércio e reparação, (3) Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social, (4) Indústrias extrativas. Foram agrupados como (5) Serviços: “Transporte, armazenagem e correio”, “Alojamento e alimentação”, “Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados”, “Atividades imobiliárias”, “Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares”, “Educação e saúde privadas”, “Informação e comunicação” e “Outras atividades de serviços” (6) Indústria: “Indústria de transformação”, “Construção”, “Eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação”.

extrativista – esta última tomando como referência o ano de 2018. A agropecuária apresentou um consumo intermediário médio de 44% do seu produto bruto, chegando a 49% em 2019, na indústria extrativa o percentual médio do consumo intermediário foi de 51% e na indústria de transformação 77%. Por outro lado, as atividades financeiras e imobiliárias oscilaram num percentual de 30% do produto bruto em consumo intermediário.

Esses fatores relacionam-se com o volume de utilização de serviços, insumos e maquinário nos primeiros o que é menos requerido no setor de serviços. Reflete, por outro lado, a configuração da rede de transações de cada um desses setores e o interesse dos cepalinos no desenvolvimento da produção de bens materiais. E tem como objetivo claro o desenvolvimento da indústria, pois esse setor é o núcleo duro de uma economia, o que leva a desejar a criação de uma cadeia interna de suprimentos que estimule o avanço tecnológico e geração de empregos. Esta seria uma visão pelo lado da oferta, tão comum atualmente, onde a oferta, pela indústria seria por si só geradora da sua demanda.

No entanto, esse processo é histórico e geopolítico, além de econômico, e localiza os países dependentes, numa configuração que reflete a relação dos oligopólios com sua “cadeia de valor”, inclusive de financeirização através da formação de holdings (CASSIOLATO, 2013, p. 370).

O capitalismo prepara e, até certo ponto, realiza a universalidade e permanência na evolução [temporal] da humanidade. Com isso se exclui a possibilidade de que se repitam as formas evolutivas nas diferentes nações. Obrigado a seguir os países avançados, os países retardatários não se ajustam em seu desenvolvimento à concatenação das etapas sucessivas (TROTSKY, 1982, p. 14)

O percurso do capital, em âmbito local, reflete o arranjo, internacionalmente existente, de poder econômico e de resistência dos trabalhadores, também em nível mundial. Dessa maneira, é preciso levar em conta fatores como altos investimentos e desenvolvimento tecnológico para ampliação do setor industrial, não só do ponto de vista de importações e exportações, como também do tipo de circuito que o capital precisa realizar nessas economias dependentes, para fazer a sua acumulação.

3.2.2. Superexploração e exército industrial de reserva.

A superexploração do trabalho não atinge apenas o segmento de bens primários para exportação, ela se alastra e contamina os demais setores, provocando o rebaixamento da média social de remuneração do trabalho. E acaba por beneficiar os setores de oligopólios da burguesia nacional ao possibilitar a recomposição da taxa de lucro (MARTINS, 2013, p.19).

O setor monopólico da burguesia dependente, representado pelo grande capital internacional e nacional, tem a base de sua mais-valia extraordinária no monopólio setorial que exerce na economia dependente e transfere para os capitais de composição social média ou inferior as perdas que sofre por sua inserção mundial dependente. Estas se manifestam na deterioração dos termos da troca, nas remessas de lucros e nos pagamentos de juros/amortização de dívidas ou de serviços tecnológicos, comerciais e financeiros internacionais (MARTINS, p.19).

Altos índices de pobreza, associados a um exército industrial de reserva formam uma base social para a superexploração, e mesmo as políticas de transferência de renda, que diminui o quadro da pobreza, não são capazes de reduzir a superexploração, pois esta reflete a inserção da burguesia nacional numa configuração dada internacionalmente e internamente ao país.

Como categoria a superexploração não se confunde com o mais-valor absoluto ou relativo, pois esses podem aumentar mesmo na ausência da superexploração. Trata-se antes, a superexploração, de uma condição concreta de reprodução da força de trabalho numa média social, determinada pelos hábitos e cultura de um determinado segmento social, o patronato. Dado que a reprodução do trabalho e a satisfação de suas necessidades, estão relacionadas aos aspectos culturais e sociais comuns em um espaço tempo histórico, determinado pela correlação de forças em consonância com o nível alcançado da luta de classes. A superexploração é uma violação da lei do valor, pois o valor de qualquer mercadoria é o custo de trabalho social necessário à sua reprodução social. Aparece como o valor da força de trabalho em determinadas condições, onde se observa no cotidiano dos trabalhadores que o salário não é capaz de garantir a reposição do desgaste da força de trabalho em sua totalidade. Por exemplo, trabalhadores na colheita da cana em São Paulo que apresentam uma expectativa de vida laboral igual ou inferior à dos escravos no século XXI (SILVA, Maria, 2007), são uma manifestação empírica da superexploração. Entendemos que ela pode ocorrer tanto em países centrais como periféricos, porém ela é um dado histórico nesses últimos, sendo que nos países centrais ela tem ressurgido com o processo de desregulação do trabalho e financeirização. Esses aspectos implicam em uma massa de assalariados sem acesso ao consumo necessário não só a sua própria reprodução, como também, para gerar uma demanda para os produtos no mercado interno de bens de consumo. Sem essa opção, desde cedo, a industrialização brasileira foi voltada para atender uma camada restrita da população. A lógica capitalista é produzir para o consumo dos 10% mais ricos. Dessa forma, o avanço tecnológico, além de dependente das economias centrais, não possui um dinamizador interno, não se massifica e grande parte da população encontra-se sem acesso a bens necessários à sua reprodução.

Observamos, durante a pandemia, a impossibilidade de milhares de crianças ao acesso ao ensino remoto realizado através da internet. O acesso ao transporte e à mobilidade no país através de automóvel particular, que também pode ser considerado um bem de acesso restrito a

uma camada da população. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios, de 2001 a 2011, e da PNAD Contínua, de 2012 a 2021, mostram que, em 2001, 93,6% da população economicamente ativa³³ recebia até um salário mínimo do DIEESE, que à época era de R\$ 1.100,00. Dentro deste total da PEA, no mesmo período, 61,9% da população recebia até um salário mínimo oficial, na época de R\$ 180,00. Esse quadro se manteve com pouca melhora nas primeiras duas décadas do século XXI. Em 2018 a relação acima era de 94,2% da população recebendo um salário mínimo, do DIEESE, à época R\$ 3.960,00 e 69,7% da população recebendo um salário mínimo oficial equivalente a R\$ 954,00. Esses são indicadores pouco otimistas e muito exigentes. Se considerarmos que o salário mínimo à reprodução da força de trabalho, segundo o DIEESE, foi de R\$ 5.970,00 em 2021, frente a um salário mínimo oficial de R\$ 1.100,00. Parece não ser real que tantos brasileiros sobrevivam com o mínimo oficial. Se sobrevivem, parece ser suficiente para alguns, que desconsideram uma condição mínima de reprodução do trabalho.

As exigências do capital que cada vez mais se descola da produção material, o aumento do exército industrial de reserva serve como base para os capitalistas intensificarem a exploração do trabalho para uma obtenção de uma mais valia que invade o tanto necessário para reprodução da força de trabalho.

O aumento da taxa de exploração, quer seja de maneira absoluta, quer seja de maneira relativa, é um mecanismo de resposta à queda da taxa de lucro. E a existência de uma superpopulação relativa é um fator crucial para que isso ocorra, pois ela reforça a dependência dos trabalhadores e estimula conflitos individuais entre eles no ambiente de trabalho (MARX, 2013, p. 716).

Marx distingue a população relativa em três camadas: a flutuante, a latente e a estagnada, além da pauperizada. A população flutuante seria formada por trabalhadores ora atraídos ora repelidos pelo ciclo dos negócios da indústria, conforme o movimento errático da economia, porém ascendente de ampliação do capital e de suas crises, refletindo o processo de acumulação e centralização. O processo de grandes revoluções tecnológicas se dá em um prazo mais longo do que os movimentos de expansão e contração do capital. Mas ambos se associam à existência de um exército industrial de reserva, sendo que, em períodos expansivos, um país pode chegar ao pleno emprego. No entanto, o alcance de pleno emprego, em situações de prosperidade, é

³³ A renda da população economicamente ativa inclui, para a PNAD, todas as fontes de rendimento para pessoas de 10 anos ou mais, nessa métrica estão incluídas, como não poderia deixar de ser para a finalidade da análise, as pessoas sem renda, dentro da força de trabalho e fora, incluindo os desocupados, os desalentados, as donas de casa os estudantes. , no caso da PNADC, a idade e o tamanho da amostra se modificam para uma amostra muito mais nacionalizada e para a idade considerada a partir de 14 anos. Observou-se uma leve variação dos dados em relação a Tabela 1860 do SIDRA, o que, entendemos, decorre de aproximações e utilização do peso para expansão da amostra.

precisamente uma consequência de uma situação de desequilíbrio, dada as “funções” que o exército de reserva vem a cumprir (NUN, 1969, p. 5).

Este [o exército industrial de reserva] está claramente chamado a cumprir duas funções no mercado de trabalho: por um lado intensifica a competição entre os trabalhadores e deprime os salários a nível de um mínimo fisiológico de subsistência, condição indispensável para a expansão – entendida como “consumo destrutivo” da mão de obra – que promove a formação e o acúmulo de capital, por outro lado, mantém constantemente disponível uma massa de trabalhadores. (NUN, 1969, p. 9-10).

A população latente seria composta de trabalhadores não industriais, oriundos de setores tradicionais, que à época expulsavam mão de obra para os centros industriais. Um exemplo atual dessa categoria são os trabalhadores atraídos à região açucareira de São Paulo para o corte de cana em períodos específicos e não duradouros, ou ainda trabalhadores rurais expulsos do campo para a cidade em decorrência da mecanização do trabalho ou mesmo da concentração fundiária. Em seguida, a população estagnada, que forma uma parte do exército ativo de trabalhadores com ocupações atípicas, no sentido exacerbado da precariedade, em que se prima a superexploração da força de trabalho e as condições de existência caem abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora. Por fim, a população pauperizada inclui os inválidos, ou crianças órfãs ou filhas de indigentes e o lumpem proletariado. Para Nun (1969, p. 19), no período do capitalismo monopolista, a superpopulação relativa pode ser “afuncional ou disfuncional”. Tal afirmativa remete à existência, nos países da América Latina, de um nível de desemprego chamado estrutural, uma massa significativa de desempregados que não tem a possibilidade de reinserção no mercado de trabalho, ou que terão de se abrigar em empregos precários e atípicos.

Para entendermos o programa e *práxis* de um determinado setor social, não basta investigar a palavra escrita nos encontros, congressos e em discursos gravados. É necessário, antes de tudo elaborar uma contextualização, é o que procuramos fazer nesse momento.

Estamos sob a égide do neoliberalismo, implementado enquanto política pelo Estado, desde o governo Collor, 1990 a 1992. E governo Fernando Henrique não foi mais eficaz, nesse sentido. Tal movimento tem sua inteligibilidade no plano global e nas crises que se instauram com a mundialização e a financeirização. Voltando um pouco no tempo, recuperamos o relato detalhado de Pereira (2012) acerca das Instituições Multilaterais de Crédito, focada na atuação do Banco Mundial, que tiveram papel ativo na imposição da agenda neoliberal, nos países de renda baixa e média, em troca de suporte financeiro, em nome de uma suposta agenda de desenvolvimento e combate à pobreza. Nas palavras do vice-presidente e do economista-chefe do Banco Mundial para América Latina e Caribe, Shahid Javed Burki e Sebastian Edwards, no documento *Latin America After Mexico: Quickening the Pace* de 1995:

Para reduzir a pobreza, os governos da região precisam criar estratégias para acelerar consideravelmente o crescimento; precisam também conceber programas sociais mais eficazes para os pobres, sem o que não granjearão o amplo apoio político necessário ao prosseguimento da modernização econômica. A aceleração do crescimento e a redução da pobreza vão requerer uma série de difíceis “reformas de segunda geração”, as quais envolvem a consolidação da estabilidade macroeconômica, a reconstrução do Estado, a melhoria do sistema de ensino e a flexibilização dos mercados de trabalho (Burki & Edwards, 1995, p. 7 *apud* Pereira, 2012).

Nessa época, o Banco passa a incentivar muito mais que “boas políticas”: era preciso que elas tivessem credibilidade. “Somente uma *modernização do Estado* efetiva poderia assegurar as condições necessárias à *construção de confiança*” (Pereira, 2012, grifos do autor). Essa atuação incluía o manejo do orçamento a fim de torná-lo um garantidor e atrelado ao pagamento da dívida pública o que no Brasil teve como ponto culminante a Lei de Responsabilidade Fiscal no final do governo Fernando Henrique.

Acresce-se a isso uma agenda de privatização, criação de uma nova estrutura de “bens públicos”, entendidos como saúde, educação, previdência, onde o setor privado passa a assumir a função de provedor desses bens, além da reforma da administração pública, conhecida aqui por nós, no Brasil, como a implementação da administração pública gerencial, pautada por métricas e eficiência.

A crise mexicana foi um sinal de alerta para a região. A maioria dos líderes políticos se deu conta de que, para tornar a economia realmente pujante, terá que intensificar o processo de reformas. Todavia, não é tão claro que seja politicamente possível acelerar a transformação. (...) Cada vez mais pessoas se sentem decepcionadas e pouco a pouco se espalha o ceticismo a respeito das reformas. O apoio à plataforma eleitoral antirreformista de Abdalá Bucaram, que o levou à presidência do Equador; o descenso da popularidade do presidente Cardoso no Brasil e do presidente Fujimori no Peru; o descontentamento geral que impera na Argentina; o rechaço do programa de reformas no México por parte dos parlamentares do PRI e os protestos violentos que têm ocorrido no Paraguai revelam que o processo de reforma provoca crescente desengano. Esses acontecimentos demonstram que talvez a rebelião de Chiapas, no México, não tenha sido um acontecimento isolado, mas sim um primeiro sinal de que na América Latina há um profundo e crescente mal-estar (Edwards, 1997a, p. 2-3, *apud* Pereira).

A maior instabilidade na região provava que apenas a atuação do mercado era insuficiente para recobrar a confiança dos investidores privados e enfrentar a inquietação social. O eixo, desregulação do mercado, privatização de empresas estatais – principal fator de entrada de capitais externos na América Latina no período – e política de combate à inflação, não foram capazes de trazer o “desenvolvimento esperado”. Era necessário mais Estado. A retumbante e inquestionável imagem de Fernando Henrique Cardoso, de 1995, já não era a mesma, após a crise cambial de 1997-1998, as crises mexicana (1994), asiática (1997) e russa (1998), que estavam, estas últimas relacionadas à maior exposição ao mercado internacional, promovida pela política e prognósticos do Banco Mundial.

Em seu primeiro mandato Cardoso priorizou um avanço na securitização da previdência, tendo como base um questionável déficit e a reforma administrativa, que foram primeiros passos em direção ao estado subsidiário. É no segundo mandato que se dá a flexibilização do câmbio, estabelecimento de metas inflacionárias, criação do necessário superávit primário – que é base para o pagamento da dívida pública – e a primeira abertura ao ataque à estabilidade do funcionalismo público, na medida que impôs um critério arbitrário (não vinculado à demanda da população) de contenção da despesa com pessoal, segundo regras da lei de responsabilidade fiscal. Efetivamente, passou-se à previsão de sanção ao ente federativo que não cumprisse com os limites de despesas e abriu-se, a partir de então, um leque de expedientes para contenção da despesa com pessoal, como extinção de cargos, extinção e terceirização de cargos de mais baixo escalão, considerados “menos nobres”.

4. Atuação dos governos petistas

4.1. Trajetória programática do Partido dos Trabalhadores

O partido dos trabalhadores nasce em 1980, produto do momento histórico em que se deu a greve de 1978 do ABC paulista; não somente, mas, também pela expansão organizativa, em território nacional, de várias categorias, por exemplo, a reconstrução da UNE, a refundação de sindicatos, como os de professores e de jornalistas, e a formação de diversos núcleos de oposição sindical, críticos radicais ao aparelhamento dos sindicatos pelo Estado. Pode-se dizer que o PT nasceu contra o velho sindicalismo de base varguista. Colocava-se contra todos os partidos que, falando em nome dos trabalhadores, não era por eles dirigidos e nem por eles falavam, a exemplo da pretensa oposição que o MDB fazia no legislativo.

A formação do PT é por diversas vezes narrada como uma construção exclusiva daqueles que viriam, posteriormente, constituir a corrente hegemônica do partido, capitaneados por Lula e que se denominariam os *petistas autênticos*. No entanto, essa formação não foi linear, pois nascida no embate de vários projetos políticos de forças envolvidas na sua construção. “No entanto, parte importante dos estudos sobre a origem do PT termina por reproduzir um tipo de *mito funcional*” (COELHO, 2005, p. 49).

Se olharmos para o conjunto de sujeitos que tinham emergido com as mobilizações, e não só para os metalúrgicos de São Bernardo, perceberemos elementos com os quais se pode construir uma narrativa diferente. O mais importante não é que fosse Lula ou outro sujeito qualquer a vocalizar pela primeira vez a necessidade de construção de um partido da classe trabalhadora. O que é realmente decisivo é que esta necessidade se impunha, naquele contexto histórico, a vários sujeitos [...]. Basta enumerar os grupos (considerando ainda que eles se espalham pelo país e são subdivididos em um número muito maior de coletivos e organizações de base regional ou local) para visualizar a complexidade de que foi formado o PT. Por isso a história do PT é a história dos embates entre estes diferentes setores da classe trabalhadora [e correntes políticas]: qual projeto de partido seria, afinal, viabilizado? (COELHO, 2005, p. 51-52).

Elaborar o programa político concernente a uma certa concepção de mundo, significa elaborar as políticas e ações que cabem à classe durante um certo período para visualizar as tarefas decorrentes do enfrentamento de classes. O partido dos trabalhadores não consiste apenas no desenvolvimento necessário de uma liderança específica – de Lula, no caso – mas, constitui o desenvolvimento de um processo histórico de tomada de consciência e independência da classe trabalhadora. A ampla onda de greves, na década de 1980, se destaca pela combatividade da classe e a vinculação de pautas imediatas com as pautas políticas, demonstrando o vigor e a determinação de luta dos trabalhadores no país; mesclado às

reivindicações imediatas da classe, o programa do PT apontava bandeiras capazes de serem implementadas sob o comando da classe trabalhadora.

O PT defendia o fim do pagamento das dívidas públicas, interna e externa, com reorientação dos recursos financeiros para investimentos produtivos, como no âmbito da saúde, educação e moradia. Propugnava, ainda, a reforma agrária, o fim do imposto sindical, a garantia de um salário mínimo que permite uma alimentação adequada; a garantia da redução da jornada para 40 horas, sem redução do salário. Para isso, teria de haver perdas no âmbito dos grandes empresários, banqueiros e latifundiários, para que na outra ponta, no âmbito dos trabalhadores, ocorresse ganhos (ILAESE, 2014, p. 10).

Conforme Coelho (2005, p. 153) a revisão programática do PT já se sente na década de 1990, relacionada a um quadro mais geral da então chamada crise de paradigma (no tocante ao marxismo). O autor aponta como sintomas desta crise as proposições de autores como Lyotard, André Gorz e Clauss Off, lançando “sua crítica para um aspecto realmente vital do marxismo, que é o nexos com o movimento operário” (COELHO, 2005, p. 21).

Cabe aqui ressaltar que a origem material desses debates tem lugar no fim da União Soviética e é acompanhada da queda do muro de Berlim. O termo mais preciso para caracterizar esta crise deveria, então, ser denominada “crise do stalinismo”. Não se trata, definitivamente, de uma crise do marxismo, como podemos comprovar na atualidade, marcada pela expansão desse pensamento social crítico.

De fato, desde sua constituição, como corrente majoritária do PT, a tendência da Articulação nunca reconheceu o projeto revolucionário – e sua maior liderança, Lula, nunca assumiu a posição política de socialista, pelo contrário: essa corrente apontava para um rompimento com a concepção “vanguardista e messiânica” que, segundo eles, caracterizaria o leninismo. Esta era a maior divergência existente entre a corrente majoritária do PT e as organizações que participaram de sua fundação ativamente, compondo uma frente - um incômodo para aqueles que se reivindicavam *petistas autênticos*.

Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos, jamais, que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do Partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do Partido declarações ou posições que não se coadunam com seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um trampolim de

cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado, mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantêm o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores (LULA, 1981)³⁴.

A guinada do PT, na década de 1990, correspondia sim a uma guinada em sua *práxis*, na medida em que, no período anterior, até a eleição de 1989, privilegiava e tinha como polo aglutinador a independência de classe. Mas como visto acima, não necessariamente um projeto revolucionário.

A “crise” apontada por Coelho (2005) não pode ser entendida descolada do movimento das classes trabalhadoras, no mundo do capitalismo, de âmbito internacional. A vitória do neoliberalismo, com seus violentos ataques, produzindo a deterioração das condições de vida dos trabalhadores, a cooptação de sindicatos para uma métrica pragmática e de resultados, o apego ao discurso de falência do comunismo - detonado de forma midiática durante a queda do muro de Berlim —; tudo isso favoreceu o abatimento das lutas, concorrendo para essa crise.

Com a chegada do PT ao governo federal, a partir das eleições de 2002, a gestão petista parece ter dado continuidade ao governo Fernando Henrique Cardoso, mantendo as políticas neoliberais de governo e portando-se exemplarmente na obtenção do superávit fiscal até o limite máximo do factível (ANTUNES; SILVA, 2015, p. 518). (LISBOA, 2017).

No campo das políticas sociais, o carro chefe e de avanço foi o programa de transferência de renda do Bolsa Família que, aliado aos benefícios sociais concedidos, quer onerosos ou não ao Estado. Se comparado ao volume de recursos entregues ao grande capital, os recursos associados a estes programas podem ser qualificados como ínfimos, haja vista a desproporção numérica da formação dos dois grupos aqui referenciados, de um lado o setor financeiro, de outro lado a população em geral.

Os programas de transferência, além do mais, atendem uma parcela de recursos insuficientes para reprodução da vida e em nada alteram a distribuição da renda nos países que o adotam. Mantendo uma estrutura de desigualdade e superexploração do trabalho, é nesse sentido que falamos que não proporcionam uma alteração estrutural. Note-se que nem o mais reconhecido neoliberal, Milton Friedman, em seu livro *Capitalismo e liberdade*, é contrário a um programa de transferência de renda, reconhecendo as desigualdades geradas pelo capitalismo. Isso é compreensível pelo seu baixo impacto estrutural e pela possibilidade que cria de contenção de revoltas sociais entre as mais baixas camadas da população. Até porque

³⁴ Discurso de Lula na primeira Convenção nacional do Partido dos Trabalhadores, disponível na página <https://fpabramo.org.br/csbnh/wp-content/uploads/sites/3/2017/04/03-discursodelula1convecao.pdf>.

essa corrente de pensamento vê na racionalidade a maximização da utilidade e satisfação de preferências.

Um aspecto positivo levantado pelos economistas acerca da transferência de renda, como o Bolsa Família, é que ele traz uma

racionalização dos sistemas nacionais de proteção social, o que significa a substituição das diferentes modalidades de benefícios por uma renda monetária única, permitindo aos beneficiários buscarem atender [suas necessidades] diretamente no mercado (PAES; SIQUEIRA, 2008, p. 584).

No entanto, não podem ser deixados de lado, os investimentos feitos pelo PT na área da educação, especialmente com a instalação de um grande número de universidades públicas propiciando a sua democratização, ao se abrir para um contingente bastante significativo de ingresso dos filhos das camadas empobrecidas de trabalhadores, formando médicos, engenheiros, arquitetos etc. facilitando sua ascensão social. Esse movimento não pode ser esquecer do amplo financiamento do ensino superior privado pelo FIES.

Em outro polo, apontada como a bola da vez, a previdência passou, desde o governo Fernando Henrique, pela destruição do regime de solidariedade, que a embasava, para um regime financeiro atuarial. Em 1998, uma emenda constitucional estabelecia uma idade mínima e aumentava o tempo de contribuição para obtenção da aposentadoria por tempo de serviço (CONDSEF, 2018).

Nos governos petistas, mais PEC's foram aprovadas: em 2003, a EC 41 estabeleceu que as aposentadorias e pensões de servidores públicos seriam com base na média de todas as remunerações, além de ter taxado os aposentados, que passaram a contribuir com 11%. Em 2012, com a EC 70, as aposentadorias por invalidez no serviço público foram alteradas. O cálculo passou a ser realizado com base na média das remunerações do servidor e não com base na sua última remuneração. Em 2015, a EC 88 ampliou de 70 para 75 anos a idade estabelecida para aposentadoria compulsória (CONDSEF, 2018). Em 2012, foi criada a previdência complementar dos servidores públicos federais, que estabelecia um teto ao RPPS igual ao RGPS e jogava para o mercado financeiro as contribuições dos servidores ingressos a partir daquela data.

Não se tratava de um ponto sem nó: atualmente, os servidores com ingresso anterior àquela data estão sendo “convidados” a migrar para o regime de mercado – tanto o pessoal aposentado como o da ativa. Frisamos que, até aquela data, o RPPS possuía um patrimônio e uma participação que o tornava superavitário.

Em termos de participação no orçamentário total, no período de , o gasto da previdência no período de 2001 a 2020, RPPS, somado ao RGPS e militares, oscilou entre um mínimo de 25% em 2009 e 2020 e um máximo de 32% em 2005. E encolheu 20% no período de 2001 a 2020, já os programas de assistência social, cujo principal componente é a transferência de renda focalizada triplicou no primeiro período – 2001 e 2015 – e decuplicou na comparação 2001 e 2020 conformes os relatórios do SIGA Brasil utilizados no Gráfico 4.

A Assistência Social passou de 1,3% em 2001, para 4,074% em 2015, 4,1 em 2019 e 14,5% em 2020, de maneira crescente, considerando-se a variação do PIB, o crescimento da população e do estado de miserabilidade, os programas de transferência de renda, apesar de representarem uma participação menor nos gastos do governo em relação a participação da previdência, evoluíram de forma a ganhar um peso mais significativo nas políticas sociais, com especial destaque na pandemia.

4.2 Num mundo sem classes sociais

Nesse ponto, inicia-se pela caracterização do político, enquanto sujeito ou tipo, portadora de uma ética é costurada pela responsabilidade da ação imediata e do pragmatismo. Os políticos, em sua responsabilidade, precisam aceitar interesses contraditórios. Os políticos deixariam, na sua pragmática imediata, “eticamente” em segundo plano a busca da compreensão do conjunto da vida social, enquanto esta última função caberia aos cientistas.

Tal análise, não leva em conta, segundo Fontes (*in* PEREIRA, 2012), a divisão social do trabalho, ou seja, – incluímos aqui – a existência de classes antagônicas e as determinações na divisão do produto.

Segundo Fontes, em Marx e em Gramsci, não basta, portanto, “estabelecer procedimentos para as decisões de dirigentes, mas apontar a todo o tempo o processo pelo qual se recompõem as clivagens entre dirigentes e dirigidos” (FONTES *in* PEREIRA, 2012).

Em outra vertente, vemos o conceito de *accoutability* – em tradução livre: responsabilização –, que também é utilizado como participação social, relacionado à transparência pública e convive, convenientemente, com coisas como: formação de fóruns, localizados dentro do aparelho do Estado, tanto quanto conciliação de classes e por fim, a mais que desejada por todos: eficiência e eficácia administrativa do Estado.

Nesse sentido, durante os governos petistas, os movimentos sociais são chamados a compor fóruns e canais de interlocução com o governo, juntamente com representação patronal. Por outro lado, vê-se uma completa desmobilização social e perda da autonomia de classe, a

redução das lutas e a CUT seguir abertamente o pragmatismo, adotando um posicionamento propositivo, presente desde o IV Congresso da CUT, em 1992 (BOITO, 1996, p. 92).

Antunes e Silva (2015, p. 515) vão ao encontro de Boito, ao demarcar o corte entre o terceiro e quarto ConCUT, para a implementação da perspectiva propositiva. Demarcam, assim, como Boito (1996), a ofensiva neoliberal, fortemente precarizante, flexibilizante, ao trazer como resultante, no bojo da “reestruturação produtiva”, altos índices de desemprego e quedas salariais, como fatores determinantes da mudança de postura da CUT à época.

O campo de ação privilegiado dos trabalhadores, desde a instalação do governo petista, se desloca da arena de movimentos sociais para as instâncias do próprio Estado. As antigas lideranças, integradas no governo, passam a assumir a função anteriormente cumprida, pelos movimentos sociais, procurando legitimar as ações estatais na tomada de decisão nacional e popular:

Além disso, ao longo dos anos o país tem experimentado a transformação da concepção de governança interna numa ótica de maior racionalização dos gastos públicos e preocupação com o desempenho das ações governamentais, especialmente em função do aumento da responsabilização dos gestores por “más administrações” [...]. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que mais de 90% das cidades do país já possuem os conselhos cuja existência é condição para o repasse de verbas do governo federal em relação às áreas temáticas específicas sobre as quais versam, quais sejam, a da saúde, a da assistência social e a de direitos da criança e do adolescente (TATAGIBA, 2004; COELHO, 2004; GOHN, 2001). Além disso, segundo Cunha (2004), somando-se todos os conselhos atualmente existentes, é possível estimar que haja 1,5 milhão de pessoas atuando nestes espaços, número que, como já apontado por Avritzer (2008), supera, por exemplo, a quantidade atual de vereadores (PIRES; VAZ, 2012, p. 9-10).

A participação da classe trabalhadora, em instâncias do Estado burguês, é importante, por exemplo, no momento de eleições, mas constitui um ponto de fragilidade na sua autonomia. Quando lideranças penhoram seu campo de luta, com a perda da autonomia, em prol da participação e composição com a burguesia, em instâncias governamentais, asseguram a legitimidade de ação do campo burguês (vide item 1.2 sobre a atuação das classes frente ao Estado).

Como dissemos, a consciência se dá pela experiência cotidiana, mas não é voluntarista. A cooptação do Partido dos Trabalhadores significa, no processo histórico, um ataque à toda simbologia criada pelos movimentos sociais nas três décadas finais do século passado. Ao passo que, as manifestações de 2013 são um indicativo da força propulsora e de iniciativa da classe, e mais, de como a ausência propositiva da esquerda abre um caminho fértil para a atuação da direita.

Conclusão

A política econômica do neoliberalismo implantou-se tardiamente no Estado brasileiro, em função das massivas ondas grevistas, da década de 1980, e o próprio movimento político das “diretas já”. O presente século apresenta uma configuração política peculiar na história da “Nova República” com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo.

O período que se seguiu – a partir da década de 1990 – teve como pauta as contrarreformas da Carta Constitucional, controladas pelo *establishment* em face da grave crise econômica que se desenvolveu. Na década de 1980 o Partido dos Trabalhadores desenvolveu um importante papel na resistência da classe frente a uma altíssima inflação e nos ganhos da constituinte, graças a sua inserção social e estrutura partidária.

Mesmo sendo identificado como do campo da esquerda, a pequena política implantada pelo governo do PT refreou as concessões obtidas no período, como procuramos demonstrar e às quais não desconhecemos. Com o uso de uma racionalidade do cálculo econômico, a atual fase do capitalismo é impotente em garantir o básico para a subsistência da maioria da população, inclusive mediante uma atuação conciliadora. As polêmicas entre setores conservadores e progressistas burgueses envolveram também uma fração de militantes e lideranças marxistas, abrindo a possibilidade de fratura no quadro político do governo, que denunciava a política de conciliação e de pragmatismo econômico, como foi o caso da fundação do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).

As posturas de independência de classe, presentes na fundação do Partido dos Trabalhadores, já vinham se tornando raras com a expulsão das correntes divergentes da atual direção, desde há muito tempo, tanto no braço sindical – a Central Única – como no próprio partido, em termos de regimento interno e programa partidário, houve uma maior centralização das decisões e abandono de bandeiras históricas. Dessa maneira, pode-se considerar a ocorrência de um tímido progressismo, no campo das políticas sociais, comparado ao arrojado empenho demonstrado na manutenção da ordem econômica.

A concepção de Estado, classe, poder e socialismo pode contribuir na orientação política para se desvencilhar do perigoso caminho da conciliação de classes, fortalecendo a defesa da autonomia da classe trabalhadora.

A falsa polarização entre políticas sociais e políticas econômicas, espaço público e espaço privado, entre mercado e direitos sociais, decorre de uma nova realidade manifestada no Brasil, nesses últimos anos, e em última instância afeta a organização dos subalternos, em

termos de programa de classe, em todas as suas expressões: fora do campo dos aparelhos hegemônicos do Estado e num real sentido de contra hegemonia.

As políticas sociais, nesses anos de governo do PT, século XXI, desenvolveram-se mais no campo da transferência de renda, como também se desestruturaram nos campos previdenciário, de proteção ao trabalho, saúde e educação de modo geral, com exceção dos avanços realizados no que diz respeito à formação universitária e de pós-graduados. A contrarreforma seguiu sendo aplicada nesse período.

Tal movimento é compreendido pela financeirização do Estado, mas além disso, pela própria lógica do capital, de natureza destrutiva, que devasta a natureza, reduz ainda mais condições mínimas de existência humana, por ter como seu fundamento a extração e apropriação privada do mais-valor.

Nenhum governo do período chegou nem perto de intervir diretamente na estrutura social para remover ou mesmo amenizar o grande foço social existente no país, pelo contrário, esse foço foi estruturalmente mantido, desde a superexploração do trabalho até a manutenção da herança autoritária do Estado em relação a uma população historicamente demarcada. Houve sem dúvida avanços por medidas adotadas durante o governo petista, mas os efeitos das dessas foram de âmbito conjuntural, não se transformando em políticas de Estado, ou seja, de caráter permanente e estruturante.

Mas, pensamos tratar-se, antes de tudo, da perspectiva política da classe trabalhadora, pouco amadurecida ainda, exigindo o alcance de um pleno desenvolvimento no campo da política para não se submeterem, a uma política de conciliação de classes, sob o comando do capital financeiro. E no embate político das lutas históricas, onde o protagonismo da classe trabalhadora é político e plural, no sentido de abarcar várias manifestações da questão social, além da necessária adoção de uma estratégia socialista claramente definida, implica também manifestação de uma vontade política, em ousar falar e ousar fazer. Na sua diversidade, os trabalhadores buscam cotidianamente saídas para a sua existência, para preservação de sua história de luta, mas encontra entraves e resistência por parte da burguesia nacional e internacional, que tenta por todos os meios desmantelar e não preservar esta identidade.

Por tudo isso, construir uma alternativa programática de independência de classe nas diversas esferas da vida social e política, no enfrentamento da questão social, é uma necessidade premente para ultrapassagem dos bloqueios interposto pelos representantes do grande capital, hoje internacionalizado.

Referências

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALBINO; N. LIPORONI; A. O desmonte da política de saúde sob a gestão das organizações sociais; **REFACS**, UFMT, 2020. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaelectronica/index.php/refacs/article/view/5029/pdf>. Acesso em jun.2022.

ANDERSON, P. **Brasil a parte, 1964- 2019**. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANIEVAS, A.; NIŞANCIOĞLU, K. Renting the Origins of Capitalism: The Theory of Uneven and Combined Development. **How the West Came to Rule**: Pluto Press, 2015. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt183pb6f.7>. Acesso em. abr.2019

ANTUNES, A. Cinco anos das jornadas de junho: um legado em disputa. Escola Politécnica de saúde Joaquim Venâncio: **Fiocruz**, 2018. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/cinco-anos-das-jornadas-de-junho-um-legado-em-disputa>. Acesso em: abr.2022.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: HUCITEC, 2006.

BARAN, P.; SWEEZY, P. **Capitalismo monopolista**, ensaio sobre a ordem econômica e social americana. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**, a degradação do trabalho no século XX, Rio de Janeiro: LTC, 1987.

BRETTAS, T. **Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

BRUNHOFF, S. **A moeda em Marx**, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. Finança, capital, Estados, *in*: **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

BRUNO, M.; CAFFÉ, R. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação no caso do Brasil, **População, espaço e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Ciências Estatísticas, 2015.

BUNGE, M. **La causalidad el principio de causalidad en la ciencia moderna**, Bueno Aires: Editorial Sudamérica.,1997.

CALIL, G. Embates e disputas em torno das jornadas de junho, **Projeto História**, v. 47, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/17155>. Acesso em: abr.2022.

CAMPOS, L. **A crise completa**, a economia política do não. São Paulo: Boitempo, 2001.

CASSIOLATO, J. E. Empresas transnacionais e o desenvolvimento tecnológico brasileiro: uma introdução ao artigo “Present international patterns of foreign direct investment: underlying

causes and some policy implications for Brazil” **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2013.

CHESNAIS, F. A proeminência da finança no seio do capital em geral, o capital fictício e o movimento contemporâneo de mundialização do capital, *in*: **A finança capitalista**. São Paulo: Alameda, 2010.

_____ Padrões atuais de investimento direto externo, causas subjacentes e algumas implicações para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, 2013.

COELHO, E. Derrotas recorrentes, ideias persistentes. *In*: **Direitos, democracia e lutas sociais em tempos de crise**. Porto Alegre: FCM, 2020.

_____ Por um Gramsci revolucionário. **HISTRAEB**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gtPDwIMn7ic>. Acesso em: out. 2021.

_____ **Uma esquerda para o capital**, tese para o PPGH da UFF em 2005.

COLISTETE, R. P. O desenvolvimento cepalino: problemas teóricos e influências no Brasil, *in*: **Estudos Avançados**.v.41, 2001.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, **Raúl Prebisch e os desafios para o século XXI**, 2012. Disponível em https://biblioguias.cepal.org/prebisch_pt. Acesso em jul.2021.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA E CARIBE, Gasto Social del Gobierno Central em porcentajes del PIB, **Base de datos de inversión social**, 2018. Disponível em: <https://observatoriosocial.cepal.org/inversion/es/indicador/gasto-social>. Acesso em set.2021.

CONDSEF. **Nos últimos 30 anos o Brasil já teve 6 reformas da previdência**, publicado em 13.nov.2018. Disponível em: <https://www.condsef.org.br/noticias/nos-ultimos-30-anos-brasil-ja-teve-seis-reformas-previdencia?fbclid=IwAR3A4lk4DkeCi2dt3kQKi9T8lMwd9pwkbIepr0wXXfxPfXxyZTJKjU9kG0Y>. Acesso em: jul.2022

CORREIO, J.M. Sobre as causas da mudança de fundamentação das normas sociais: as normas religiosas e as normas jurídicas. **Revista Direito e Paráxis**, v. 06, n. 3: 2015.

DOLAN, K. A. Os 25 maiores bilionários do mundo em 2021. **Forbes**, 6 de abril de 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money/2021/04/os-25-maiores-bilionarios-do-mundo-em-2021/>. Acesso em: jul.2021.

ENGELS, F.; MARX, K. **A ideologia alemã**. São Paulo, SP: Boitempo, 2007

EUROSTAT, What are global value chains? **Global value chains**. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/economic-globalisation/globalisation-in-business-statistics/global-value-chains>. Acesso em: mar.2022.

FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. **Padrão de reprodução do Capital**. São Paulo: SP: Boitempo, 2012,

FONTES, V. **Brasil e o capital-imperialismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FRELTAS, M. C. P. A internacionalização do sistema bancário brasileiro. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2011. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br>. Acesso em set.2021.

GAUDEMAR, J. P. **Mobilidade do trabalho e acumulação capitalista**. Lisboa: Editora Estampa, 1977.

HARMAN, C. **Zombie capitalism: Global crisis and the relevance of Marx**. Chicaco: Haymarket Books, 2010.

HARVEY, D. **Os limites do capital**, São Paulo: Boitempo, 2013.

IBGE, Rendimento médio mensal domiciliar, por classes de Salário Mínimo, **SIDRA**. Disponível em: https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=6. Data de acesso: abr. 2022.

ILAESE, **Os motivos da revolta popular: um balanço crítico do PT**. Org.: Cordeiro, N. São Paulo: ILAESE, 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND, GDP, corrente prices, **Datamapper**. Disponível em: <https://www.imf.org/external/datamapper/>. Acesso: jul. 2021.

LAPAVITSAS, C. Financialisation embroils developing countries. **Research on money and finance**. Discussion paper n. 14. London: SOAS, 2009.

LENINE, V.I. Imperialismo, fase superior do capitalismo, *in*: **Obras escolhidas**, v.1. São Paulo: Editora Alfa-Omega. 1986.

LISBOA, M. Outra história. **Revista Piauí**, ed. 131, ago.2017. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/outra-historia/>. Acesso em: jul.2022.

LÖWY, M. Revolução burguesa e revolução permanente em Marx e Engels, **Discurso**, n. 9 (1978). Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/discurso/issue/view/3139>. Acesso em jun.2022

LÖWY, M. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, **Revista Outubro**, ed. 1, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/edicao-1/>. Acesso em abr.2022.

MATIAS-PREIRA, J. Administração Pública comparada: uma avaliação das reformas administrativas no Brasil, nos EUA e na União Europeia. **Revista de Administração Pública**. V. 42, n.º 1, 2008.

MATTEI, I.; PAULINI, F. A deterioração dos termos de troca na agricultura brasileira no pós-guerra, segundo a abordagem convencional. **Economia e ensaios**, V.23, n.º 1, 2009.

Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/issue/view/237>. Acesso em jul.2021.

MARINI, R. M. **América Latina, dependencia y globalización**, Bogotá: Siglo del hombre – CLACSO, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/secret/critico/marini/>. Acesso em: set.2021.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as ciências sociais, *in: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Org.: Almeida Filho, N., Brasília: IPEA, 2013.

MARX, K. **Grundrisse**, São Paulo, Boitempo, 2011.

MARX, K. **O Capital**, v. I, São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. **O Capital**, v. II, São Paulo: Boitempo, 2014.

MARX, K. **O Capital**, v. III, São Paulo: Boitempo, 2017.

MERCADANTE, A. O. **As bases de novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003 – 2010)**. Tese de Doutorado; Instituto de Economia; UNICAMP, 2010.

NUN, J. Superpoblación relativa, Ejército industrial de reserva y masa marginal. Revista Latinoamericana de Sociología. Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torquato di Tella, v. V, jul. 1969, Buenos Aires. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/7934>. Acesso em: fev. 2021.

OLIVEIRA, F. **A economia da dependência imperfeita**, Rio de Janeiro: Graal, 1977.

OLIVEIRA, S. Cadeias globais de valor e os novos padrões de comércio internacional : estratégias de inserção de Brasil e Canadá, **FUNAG**, Brasília, 2015. Disponível em: http://funag.gov.br/loja/download/1124-Cadeias_globais_de_valor_e_os_novos_padroes_internacionais.pdf. Acesso em: mar.2022.

OSORIO, J. Explotación redoblada y la actualidad de la revolución. Ciudad de Mexico: Itaca, 2009.

PACHUKANIS, E. **Teoria geral do direito e marxismo**, São Paulo: Boitempo. 2017.

PAES, N.; SIQUEIRA, M. Renda Básica da Cidadania versus Imposto de Renda Negativo: O Papel dos Custos de Focalização: **Estudos Econômicos**, v. 38, n. 3, São Paulo, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/article/view/35951/38668>. Acesso em jul.2022.

PARANÁ, E.; MOLLO, M. Dinheiro como relação social. uma leitura do poder monetário do Estado na MMT. **Economia e Sociedade**, v. 30, n. 1 (71). Campinas, São Paulo: Unicamp, 2021. Disponível em : <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/issue/view/1839>. Acesso: dez.2021.

PAULANI, L. **Brasil delivery**, servidão financeira e estado de emergência econômico, São Paulo: Boitempo, 2008.

PAULANI, L. Não há saída sem reversão da financeirização, *in: Estudos Avançados*, n. 31, 2017.

PEREIRA, J. M. M. **O Banco Mundial como ator político intelectual e financeiro – 1944 a 2008**. (livro eletrônico) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

PEREIRA, P. A. P. **Política Social: temas e questões**, São Paulo: Cortez Editora, 2016.

PIRES, R; VAZ, A. Participação social como método de governo? Um mapeamento das “interfaces socioestatais” nos programas federais. **IPEA**. Texto para discussão 1707, fev.2012. Disponível em: http://desafios2.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/td_1707.pdf. Acesso em: jun.2022.

POCHMANN, M. A nova economia política brasileira. **Le monde diplomatique – Brasil**, mai. 2012. Ed.58. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-nova-economia-politica-brasileira/>. Acesso em: set.2021.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2.^a ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Campus, 2000.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**, 4.^a ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2000,

_____, **Poder político e classes sociais**, Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2019.

PRADO, E. Exame crítico da teoria da financeirização, **Crítica marxista**, n. 39, 2014.

PRADO, E. Austeridade: livre opção da burguesia?; **Economia e complexidade**, 2021. Disponível em: <https://eleuterioprado.blog/2021/05/10/austeridade-livre-opcao-da-burguesia/#more-2909>. Acesso em: out/2022.

RICARDO, D. **Princípios de economia política e tributação**, São Paulo, Editora Nova Cultural, 1996.

SAAD-FILHO, Interpretação da teoria marxista do valor: uma revisão de literatura. **Estudos Econômicos**. v.31, n. 3, São Paulo, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ee/issue/view/11245>. Acesso em mar.2022

_____, Valores e preços de produção, uma releitura de Marx. **Análise Econômica**. Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/download/10662/6298>. Acesso em: abr. 2022

SAMPAIO, JR. P. A. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa, *in: Serviço Social e Sociedade*, n. 112, out/dez: São Paulo, 2012.

SANTOS, T. **Imperialismo y dependência**, Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SCHERER, A. L. F. Cadeia de valor e cadeia global de valor, *in: Elementos conceituais e referências teóricas para o estudo de aglomeração produtiva*, Porto Alegre, 2014,

Disponível em: <https://arquivofee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141125e-book-completo.pdf>. Acesso em mar. 2022.

SEABRA, R. L. Do dependentismo à teoria marxista da dependência: uma síntese crítica dessa transição, *in*: **Revista Sociedade e Estado**, v. 34, n. 1; 2019

SILVA, E.; MORAES, R. Dos dividendos da paz à guerra contra o terror: gastos militares mundiais nas duas décadas após o fim da guerra fria. **Texto para discussão**. IPEA, 2012. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1156/1/TD_1754.pdf. Acesso em jan.2022.

SILVA, M. Catadores de cana têm vida útil de escravo em São Paulo, Zafalon, M. Caderno B1, **Folha de São Paulo**, abr.2007.

SILVA, V. Direito e historicidade: uma abordagem thompsoniana de Pachukanis. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 3, UERJ, 2021.

STALIN, J. **A questão da estratégia e da tática dos comunistas russos**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/stalin/1923/03/14.htm>. Acesso em abr.2022.

STREECK, W. **Tempo comprado**, a crise adiada do Estado democrático. São Paulo: Boitempo, 2015.

THOMPSON; E. P. Algunas observaciones sobre clase y falsa conciencia, **Historia Social**, n. 10, Valencia, 1991. Tradução disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/thompson/1977/mes/classe.htm>. Acesso em: jun.2022.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria e outros ensaios**, Petrópolis, R.J: Vozes, 2021.

TRINDADE, J. R. A dívida pública como componente estrutural do sistema de crédito. **Revista Econômica**, v. 13, n.º 1, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistaeconomica/issue/view/1820>. Acesso em ago.2020.

TROTSKY, L. **Historia de la revolución rusa**, Colombia: Editorial Pluma, 1982.

WILLIAMS, R. **Marxismo y literatura**. Buenos Aires: Las Cuarenta. 2009.

WILLIAMS, S. Are Keynes and Marx compatible? **A Critique of crisis theory**. Disponível em: <https://critiqueofcrisistheory.wordpress.com/responses-to-readers-austrian-economics-versus-marxism/are-keynes-and-marx-compatible/>